

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**O CONTEXTO E OS EFEITOS DO PRONAF MAIS
ALIMENTOS PARA OS AGRICULTORES
FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE TEUTÔNIA - RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Maitê Luize Schuhmann

Santa Maria, RS, Brasil

2012

**O CONTEXTO E OS EFEITOS DO PRONAF MAIS
ALIMENTOS PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES DO
MUNICÍPIO DE TEUTÔNIA – RS**

Maitê Luize Schuhmann

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Área de Dinâmicas Econômicas e Organizacionais na Agricultura da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural.

Orientador: Professor Renato Santos de Souza

Santa Maria, RS, Brasil

2012

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Schuhmann, Maitê Luize

O contexto e os efeitos do pronaf mais alimentos para os agricultores familiares do município de Teutônia - RS / Maitê Luize Schuhmann.-2012.

155 p.; 30cm

Orientador: Renato Santos de Souza

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, RS, 2012

1. Agricultura Familiar 2. PRONAF Mais alimentos 3. Racionalidade dos agricultores familiares I. Souza, Renato Santos de II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
Aprova a Dissertação de Mestrado

**O CONTEXTO E OS EFEITOS DO PRONAF MAIS ALIMENTOS PARA
OS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE TEUTÔNIA –
RS.**

elaborada por
Maitê Luize Schuhmann

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Renato Santos de Souza
(Presidente/Orientador)

Prof. Clayton Hillig, Dr. (UFSM)

Prof. Fabiano Nunes Vaz, Dr. (UFSM)

Santa Maria, agosto de 2012

DEDICATÓRIA

Aos meus pais **Sergio e Clisa Schuhmann**, pelo incentivo dado a elaboração deste trabalho de pesquisa, aos ensinamentos que me proporcionaram e, em especial, ao amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

Finalmente, chega-se ao final de mais uma etapa, porém nada seria possível sem a colaboração, direta ou indireta, de muitas pessoas, pois um trabalho tem uma autoria determinada, mas não é um resultado que se alcança de forma independente. Por isso, gostaria de agradecer a todos aqueles que estiveram, física e emocionalmente, ao meu lado nesses últimos anos de caminhada e luta.

De forma especial, gostaria de agradecer:

A Deus, pela minha vida;

A minha família (Sergio, Clisa e Elias), por sempre estarem ao meu lado, pelo carinho e amor dedicado em todos os momentos e por fazerem parte desta realização;

Ao Jonathan, pelo apoio, dedicação, incentivo, alegria, carinho e atenção.

A Dona Ana Jusselma Rangel, pelo incentivo e ajuda no desenvolvimento do trabalho.

Aos meus tios Enio, Eldo e Nelasi, pela ajuda e apoio no desenvolvimento do trabalho a campo.

Ao meu orientador professor Renato Santos de Souza, pelos ensinamentos e encorajamentos em todas as etapas desta dissertação;

A todas as famílias entrevistadas, por terem me acolhido em suas propriedades, e participado no desenvolvimento do trabalho;

Aos meus colegas e amigos, que estiveram ao meu lado;

Ao apoio financeiro da CAPES, através das bolsas de mestrado;

E aos demais, que me apoiaram e estiveram presentes em cada momento deste trabalho.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

O CONTEXTO E OS EFEITOS DO PRONAF MAIS ALIMENTOS PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE TEUTÔNIA – RS.

AUTORA: Maitê Luize Schuhmann

ORIENTADOR: Renato Santos de Souza

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 28 agosto de 2012.

A criação do PRONAF foi um marco na política pública de crédito rural para o financiamento da agricultura familiar, e ponto referencial do agricultor familiar como sujeito social e político no cenário do desenvolvimento rural brasileiro. Recentemente foi criada mais uma linha de crédito de longo prazo destinada a financiar investimentos dos agricultores familiares, o PRONAF Mais Alimentos, objetivando o incremento da produtividade agrícola. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar e compreender a importância, o contexto e os efeitos acarretados pelos recursos disponibilizados pelo PRONAF Mais Alimentos sobre os agricultores familiares do município de Teutônia/RS. Para atingir os objetivos estipulados, o presente estudo foi realizado por meio de uma pesquisa exploratória, cujo objetivo primordial foi obter uma visão geral do Programa Mais Alimentos. Assim, para o desenvolvimento do trabalho realizou-se um levantamento de dados (*survey* quantitativo), através de um questionário, aplicado em 51 propriedades rurais do município de Teutônia. Realizou-se também entrevistas com os mediadores técnicos (EMATER e instituições financeiras) e políticos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR). As análises dos dados coletados se deram por métodos quantitativos, como a descrição da amostra através da distribuição de frequências; e qualitativos, por meio da análise interpretativa das falas. Com base nos dados e análises, pode-se verificar que os agricultores familiares contam com a possibilidade de utilizar o financiamento de crédito rural para viabilizar o acesso às novas tecnologias e aperfeiçoar os recursos de produção, modernizar a infraestrutura produtiva visando o aumento da produtividade e, conseqüentemente, o aumento da competitividade, potencializando as condições de acesso ao mercado. A racionalidade dos agricultores familiares está conectada com a realidade na qual eles se encontram, visando a preservação das condições necessárias que garantem a reprodução social e material das unidades familiares de produção. Os recursos disponibilizados pelo PRONAF Mais Alimentos proporcionaram aumento do bem-estar das famílias entrevistadas, além de provocarem mudanças nos sistemas produtivos, aumentando principalmente a produtividade do trabalho. Deste modo, sugere-se que o trabalho contribui para apontar algumas características relevantes de uma política de crédito recente, ainda pouco conhecida e explorada.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. PRONAF Mais alimentos. Racionalidade dos agricultores familiares.

ABSTRACT

Dissertation of Master's Degree
Post-Graduation Program in Rural Extension
Federal University of Santa Maria

THE CONTEXT AND EFFECTS OF PRONAF MORE FOOD FOR THE FAMILY FARMERS FROM THE CITY OF TEUTÔNIA – RS.

AUTHOR: Maitê Luize Schuhmann

ADVISER: Renato Santos de Souza

Date and Local of the defense: Santa Maria, August, 2012.

The creation of the PRONAF was a milestone in public policy for rural credit for the financing of family farming, and the reference point of family farming as a social and political actor in the scenario of rural development in Brazil. Recently it was created another long-term credit line to finance investments in the properties of small farmers, the PRONAF More Food, aiming the increasing agricultural productivity. This work aims at analyze the importance, the context and effects caused by the resources made available by PRONAF More Food on the farmers from the City of Teutônia/RS. To fulfill the objectives, the present study was performed by an exploratory survey, whose primary objective was to obtain an overview of the Program More Food. Thus, to develop the work, was carried out a survey of data (quantitative survey), through a questionnaire applied to 51 rural properties in the city of Teutônia. Was also conducted interviews with the technical intermediaries (Emater and Financial Institutions) and political (STR). The analyses of the collected data were done by quantitative methods, as the description of the sample through the distribution of frequencies, and qualitative, through interpretive analysis the speeches. Based on data and analysis, it is possible to verify that the family farmers have the possibility to use the financing of rural credit to enable the access to new technologies and improve production capabilities, modernize the infrastructure in order to increase the productivity and, thus, increasing competitiveness, enhancing the conditions for market access. The farmers' rationality is connected with the reality in which they find themselves, in order to preserve the necessary conditions that guarantee the social and material reproduction of the family units of production. The resources offered by Pronaf More Food provided increased of the well-being of the families surveyed, and cause changes in the production systems, particularly by increasing labor productivity. Thus, it is suggested that the work helps to identify some relevant features of a recent credit policy, which still little known and explored.

Keywords: Family farmers rationality. Family farming. Pronaf more food.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sistematização da estrutura da dissertação	28
Figura 2 – Mapa de localização do município de Teutônia.....	57
Figura 3 – Modelo de análise para a pesquisa	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição total do montante e dos contratos do PRONAF Mais Alimentos nos Estados brasileiros.	51
Tabela 2 – Os vinte maiores tomadores de crédito do PRONAF Mais Alimentos no RS	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Investimentos do PRONAF Mais Alimentos no Município de Teutônia	54
Quadro 2 – Ocupações dos entrevistados.....	63
Quadro 3 – Número de moradores por propriedade.....	64
Quadro 4 – Faixa etária dos entrevistados	64
Quadro 5 – Tamanho das propriedades dos entrevistados em hectares	65
Quadro 6 – Combinação entre as duas principais atividades produtivas	66
Quadro 7 – Relação dos entrevistados com o Mercado	67
Quadro 8 – Renda bruta anual das propriedades entrevistadas	67
Quadro 9 – Bens adquiridos pelo PRONAF Mais Alimentos.....	68
Quadro 10 – Valor total do objeto de investimento	69
Quadro 11 – Valor financiado para compra dos objetos de investimento	69
Quadro 12 – Período de carência utilizado pelos entrevistados para começar a pagar o financiamento	70
Quadro 13 – Racionalidade do agricultor familiar na hora de acessar o PRONAF Mais Alimentos	70
Quadro 14 – Fator determinante do financiamento em busca de um investimento viável	71
Quadro 15 – Motivo que mais pesou no investimento em relação ao significado do objeto de investimento	71
Quadro 16 – Divulgadores do PRONAF Mais Alimentos.....	72
Quadro 17 – Influência externa na decisão de investir	72
Quadro 18 – Principal efeito do investimento para a família.....	73
Quadro 19 – Principal efeito do investimento nos sistemas de produção.....	73
Quadro 20 – Opinião dos agricultores em relação ao que poderia ser melhorado no PRONAF Mais Alimentos	74
Quadro 21 – Relação entre a racionalidade do agricultor familiar e a idade do agricultor familiar	75
Quadro 22 – Relação entre a racionalidade do agricultor familiar e o tamanho da propriedade.....	76
Quadro 23 – Relação entre a racionalidade do agricultor familiar e a renda anual bruta	76
Quadro 24 – Relação entre a racionalidade do agricultor familiar e a principal atividade agrícola desenvolvida na propriedade	77
Quadro 25 – Relação entre a racionalidade do agricultor familiar e o valor financiado para a compra dos bens	77
Quadro 26 – Relação entre a racionalidade do agricultor familiar e o valor total do investimento	78
Quadro 27 – Relação entre a racionalidade do agricultor familiar e o fator determinante do financiamento em busca do investimento viável.....	78
Quadro 28 – Relação entre a racionalidade do agricultor familiar e o significado do objeto de investimento	79
Quadro 29 – Relação entre o fator determinante do financiamento em busca de um investimento viável e a idade do agricultor familiar.....	80
Quadro 30 – Relação entre o fator determinante do financiamento e o tamanho da propriedade rural	80
Quadro 31 – Relação entre o fator determinante do financiamento e a renda bruta anual	81
Quadro 32 – Relação entre o fator determinante do financiamento e a valor financiado para a compra dos bens	81
Quadro 33 – Relação entre o significado do objeto de investimento e a idade.....	82

Quadro 34 – Relação entre o significado do objeto de investimento e o tamanho da propriedade rural.....	83
Quadro 35 – Relação entre o significado do objeto de investimento e a renda anual bruta....	84
Quadro 36 – Relação entre os objetos de investimento e seus significados para os agricultores familiares	85
Quadro 37 – Relação entre o valor financiado para a compra dos bens e a idade dos agricultores familiares	86
Quadro 38 – Relação entre o valor financiado para a compra dos bens e o tamanho das propriedades rurais.....	86
Quadro 39 – Relação entre o valor financiado para a compra dos bens e a renda bruta anual.....	87
Quadro 40 – Relação entre o objeto de investimento e o valor financiado	88
Quadro 41 – Relação entre o valor financiado para a compra dos bens e o período de carência	88
Quadro 42 – Relação entre o valor total do investimento e a idade dos agricultores familiares	89
Quadro 43 – Relação entre o valor total do investimento e o tamanho da propriedade rural.....	90
Quadro 44 – Relação entre o valor total do investimento e a renda anual bruta dos agricultores familiares	90
Quadro 45 – Relação entre o valor total do investimento e os objetos de investimento	91
Quadro 46 – Relação entre o período de carência e a idade dos agricultores familiares.....	92
Quadro 47 – Relação entre o período de carência e o tamanho da propriedade rural	92
Quadro 48 – Relação entre o período de carência e a renda anual bruta.....	93
Quadro 49 – Relação entre o objeto de investimento e a idade do agricultor familiar.....	94
Quadro 50 – Relação entre o objeto de investimento e o tamanho da propriedade rural	95
Quadro 51 – Relação entre o objeto de investimento e o efeito do investimento para a família	96
Quadro 52 – Relação entre o objeto de investimento e o efeito do investimento nos sistemas produtivos.....	97
Quadro 53 – Relação entre a idade e a sugestão/opinião dos agricultores em relação ao PRONAF Mais Alimentos.....	98
Quadro 54 – Relação entre o tamanho da propriedade e a sugestão/opinião dos agricultores em relação ao PRONAF Mais Alimentos.....	99
Quadro 55 – Relação entre a renda anual bruta e a sugestão/opinião dos agricultores em relação ao PRONAF Mais Alimentos.....	100
Quadro 56 – Relação entre o valor financiado e a sugestão/opinião dos agricultores em relação ao PRONAF Mais Alimentos.....	101

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Distribuição da quantidade e montante dos contratos do Programa PRONAF Mais Alimentos nos municípios do RS	135
Anexo B – Questionário aplicado aos agricultores familiares	148
Anexo C – Questões aplicadas aos agentes das instituições financeiras	152
Anexo D – Questões aplicadas à EMATER de Teutônia	153
Anexo E – Questões aplicadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teutônia.....	154

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 REVISÃO TEÓRICA	29
1.1 Políticas públicas no meio rural	29
1.1.1 Políticas públicas e a política agrícola no Brasil	31
1.2 Política de crédito rural no Brasil	33
1.3 A agricultura familiar	35
1.3.1 Agricultura familiar e políticas públicas.....	35
1.3.2 Racionalidade dos agricultores familiares.....	38
1.3.3 Racionalidade das políticas públicas.....	43
1.3.4 Influência dos mediadores técnicos e políticos na aplicação das políticas públicas voltadas ao meio rural	44
1.4 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.....	45
1.4.1 Pronaf Mais Alimentos	48
2 RECURSOS METODOLÓGICOS	55
2.1 Caracterização do método de estudo	55
2.2 A área de estudo.....	56
2.3 Procedimentos metodológicos.....	58
2.4 Instrumentos de coleta e análise dos dados	60
2.5 Modelo de análise da pesquisa.....	61
3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	63
3.1 Descrição da Amostra	63
3.2 Análise das relações entre os aspectos do investidor e do investimento	74
3.2.1 Racionalidade decisória dos agricultores familiares em relação ao financiamento	74
3.2.2 Caracterização do financiamento e investimento	85
3.2.4 Sugestões dos agricultores familiares	97
3.3 Influência dos mediadores	101
3.3.1 Mediadores políticos	101
3.3.2 Mediadores técnicos.....	105
4 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	113
CONCLUSÃO.....	123
REFERÊNCIAS	127
ANEXOS	133

INTRODUÇÃO

O espaço reservado para a maioria da população rural nas políticas públicas restringia-se quase sempre a programas compensatórios e de alcance social limitado. Mas nos últimos anos, constata-se maior reconhecimento da importância e do papel da agricultura familiar no desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

A agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada e engloba tanto famílias que vivem e exploram minifúndios em condições de extrema pobreza, quanto produtores inseridos na agricultura dita moderna. Esta heterogeneidade é fruto da própria formação dos grupos ao longo da história, de heranças culturais variadas, da experiência profissional e de vida particulares, assim como o acesso e disponibilidade diferenciados de um conjunto de fatores produtivos. Além disso, a reprodução social é determinada pelas distintas paisagens, com recursos naturais diversos, nas quais os grupos ou comunidades estão inseridos e que influenciam diretamente no seu modo de vida (BUANAIN *et al.* 2006).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares no Brasil, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Este contingente de agricultores familiares ocupa uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes dados demonstram a importância que a agricultura familiar possui para a economia brasileira, sendo responsável por 70% da produção de todos os alimentos que chegam à mesa dos brasileiros (IBGE, 2006). Enfim, o agricultor familiar surgiu como sujeito social importante a ser considerado no cenário agrícola brasileiro, que permitiu a criação de políticas públicas diferenciadas que se expressam, primeiramente, nas políticas de crédito rural.

Sendo assim, atualmente o acesso dos agricultores familiares aos recursos creditícios vem sendo colocado como uma das variáveis mais importantes para a sobrevivência e desenvolvimento da agricultura familiar. O principal programa de concessão de crédito rural no Brasil é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, direcionado exclusivamente aos agricultores familiares, tornando-se um ponto referencial da agricultura familiar como ator social e político no cenário do desenvolvimento rural brasileiro. A concepção desse programa atendeu a um antigo anseio das representações de trabalhadores e pequenos agricultores rurais como também às reivindicações de organismos internacionais, como a FAO, preocupados com as

consequências da revolução verde para a maioria da população que residia no campo brasileiro.

Diversos estudos têm apontado para a relevância do PRONAF, haja vistas as dificuldades históricas do sistema nacional de crédito rural para levar adiante o propósito de ampliar o atendimento à agricultura familiar, frente às demandas da agricultura patronal. Além disso, estudos realizados nos últimos anos, como os de Abramovay (2002), têm evidenciado a dificuldade do PRONAF para ampliar sua base social, diante da persistente exclusão dos agricultores mais pobres, a necessidade de expansão do quadro de beneficiários, com a promoção de condições efetivas de acesso para as famílias. Por outro lado, observa-se que o esforço do Estado para ampliar o quadro de beneficiários, por meio de uma maior disponibilidade de recursos, não resulta necessariamente em distribuição mais equitativa dos resultados. Portanto, o PRONAF vem se constituindo em elemento central na abundância de estudos institucionais de parte significativa da intelectualidade acadêmica brasileira, figurando entre os temas do desenvolvimento rural, alternando em enfatizar as virtudes do programa, os possíveis enganos e equívocos que nortearam e norteiam as tentativas para melhorar e expandir sua abrangência.

O PRONAF firmou-se como principal política pública de crédito diferenciado para a agricultura familiar. Entretanto, este fator não impede indagar se os recursos estão, de fato, contribuindo para a viabilidade socioeconômica dos agricultores familiares.

Recentemente foi criada mais uma linha de crédito de longo prazo destinada a financiar investimentos nas propriedades dos agricultores familiares, a Linha Especial de Crédito de Investimento para a Produção de Alimentos, mais conhecida como PRONAF Mais Alimentos, objetivando o incremento da produtividade da agricultura familiar. Esta linha de crédito foi lançada pelo Plano Safra 2008/2009 e possui como objetivo financiar a infraestrutura das unidades familiares, sendo seu público alvo os agricultores familiares enquadrados no PRONAF, exceto os integrantes dos grupos “A”, “B” e “A/C”, que possuem uma propriedade com dimensão de até quatro módulos rurais e que tenham no mínimo 70% da renda da unidade familiar oriunda da agricultura. O agricultor familiar que estiver em conformidade com o Programa, com renda anual máxima de cento e dez mil reais, tem um limite de crédito de cento e trinta mil reais. Esse valor pode ser pago em até dez anos, com três anos de carência e juros de 2% ao ano.

Entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul é o maior tomador de crédito da linha PRONAF Mais Alimentos desde o seu surgimento em julho de 2008, sendo que os

agricultores familiares gaúchos acessaram aproximadamente 25% dos recursos, e 22% do total dos contratos em relação aos números do Brasil.

Assim, esta pesquisa pretende verificar e analisar o processo de financiamento, a racionalidade dos agricultores familiares ao tomarem o crédito, e os possíveis efeitos que esta política de crédito pode acarretar para os agricultores familiares, que são, supostamente, os maiores beneficiados. Logo, existe uma incompreensão de como se estabelece a avaliação do processo em curso e dos resultados futuros. Vale ressaltar que no ano de surgimento dessa política de crédito em 2008, o mundo entrou em uma das piores crises econômicas do pós-guerra, com uma alta generalizada dos preços agrícolas, mas mesmo assim o governo apostou neste Programa, e passados apenas 10 meses após o lançamento do mesmo, foram financiados em torno de onze mil novos tratores, mais do que em quinze anos de PRONAF (MDA, 2009). Portanto, precisamos nos perguntar a que preço esse Programa está conquistando tais resultados? Será que realmente está aumentando a produtividade das atividades agrícolas? Será que não está comprometendo a renda dos agricultores familiares e causando um maior nível de endividamento? Logo, apesar dos inúmeros estudos que têm sido produzidos sobre o PRONAF como política pública para a agricultura familiar, este trabalho pode ser considerado inédito, por tratar-se da análise de uma nova política, ou seja, de uma nova linha de crédito rural, ainda não analisada anteriormente.

Sendo assim, justifica-se a relevância de investigar os destinos que os agricultores familiares estão dando aos recursos captados pelo Programa Mais Alimentos e as razões que os levam a agir da maneira que agem, buscando compreender se os recursos estão, de fato, mudando para melhor as condições de produtividade e de vida dos agricultores, pois sabidamente, a simples disponibilização de crédito não é garantia de viabilização e sobrevivência dos agricultores familiares.

De modo geral, almeja-se entender e avaliar os principais condicionantes dessa política de crédito para, posteriormente, fazer inferências sobre as consequências positivas ou negativas para as famílias que acessaram o financiamento para a realização de investimentos em suas propriedades. A relevância do estudo está em fornecer uma avaliação sobre os efeitos de uma política de crédito recente, que possui em seu discurso a qualificação e a modernização da agricultura familiar. Através deste estudo, pretende-se verificar se este discurso realmente se confirma ou se o acesso facilitado ao crédito poderá trazer problemas futuros aos agricultores familiares, comprometendo sua renda e qualidade de vida. Agrega-se, ainda, a necessidade de refletir sobre o papel exercido pelos mediadores técnicos e políticos, representados pela EMATER, instituições financeiras e pelo Sindicato dos Trabalhadores

Rurais (STR) na operacionalização do Programa, no tocante à participação destes agentes na elaboração dos projetos técnicos que canalizam os recursos creditícios.

Espera-se que este estudo possa contribuir para a reflexão do atual estágio da política pública de crédito rural no âmbito do PRONAF Mais Alimentos, da necessidade de criar mecanismos de participação social que permitam a inserção das contribuições dos agricultores familiares, fundamentais para o aprimoramento do Programa.

Levando em consideração que o Programa tem como objetivo promover a modernização das propriedades dos agricultores familiares em busca do aumento da produtividade, principalmente através da mecanização e introdução de equipamentos, a pesquisa procura responder à seguinte questão: **Qual a importância e os efeitos ocasionados pelos recursos disponibilizados pelo PRONAF Mais Alimentos sobre os agricultores familiares do município de Teutônia/RS?**

Objetivo Geral

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar e compreender a importância, o contexto, e os efeitos que a Linha Especial de Crédito de Investimento para Produção de Alimentos (PRONAF Mais Alimentos) tem sobre os agricultores familiares do Município de Teutônia - RS.

Objetivos específicos

- Conhecer as características, os instrumentos e as estratégias de financiamento do PRONAF Mais Alimentos;
- Caracterizar o financiamento da linha PRONAF Mais Alimentos quanto aos usos (equipamentos financiados), às culturas (tipo de produção agrícola) e tipos de agricultores financiados (capitalizados ou não);
- Compreender a racionalidade dos agricultores familiares e quais suas perspectivas ao buscarem o crédito do PRONAF Mais Alimentos;
- Analisar a atuação dos mediadores técnicos e políticos na alocação dos recursos do PRONAF Mais Alimentos;
- Verificar os principais efeitos do financiamento para as famílias e para os sistemas de produção.

Distribuição dos capítulos

Para o desenvolvimento do estudo, o presente trabalho está dividido em 5 capítulos, como pode ser observado na Figura 1.

Na introdução são descritos o tema, os objetivos e os elementos norteadores desta dissertação.

O primeiro capítulo é constituído por uma revisão bibliográfica e busca expor de maneira objetiva as linhas teóricas que orientam a pesquisa. A primeira linha teórica é sobre políticas públicas no meio rural, a segunda é a respeito da política de crédito rural no Brasil, a terceira é sobre agricultura familiar e a quarta sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, dentro do qual o PRONAF Mais Alimentos se insere.

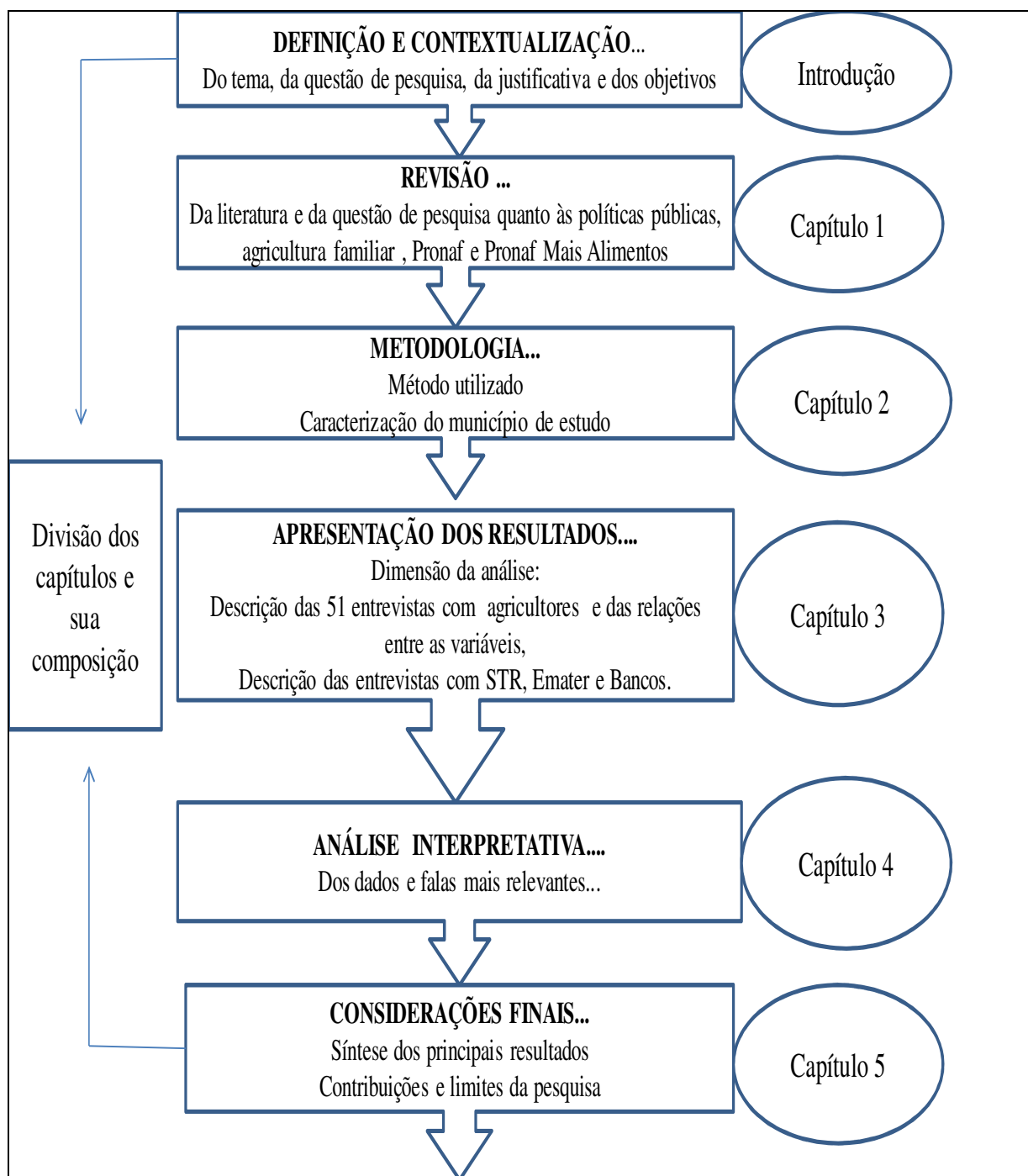
O segundo capítulo consiste na apresentação dos procedimentos metodológicos, assim como uma caracterização do município de Teutônia.

O terceiro está relacionado aos agricultores pesquisados e aos mediadores entrevistados. Deste modo, tal capítulo constitui-se em uma apreciação das dimensões gerais da análise, com intenção de caracterização e entendimento da amostra da pesquisa, bem como de um diagnóstico da relação entre as principais variáveis. Além disso, faz-se uma descrição das entrevistas feitas com os mediadores técnicos e políticos, com o intuito de caracterizar a importância que estes possuem no processo de alocação dos recursos do PRONAF Mais Alimentos.

O quarto capítulo apresenta uma análise interpretativa das falas mais relevantes dos agricultores entrevistados.

No quinto capítulo as considerações finais expõem as principais contribuições da pesquisa, assim como as limitações encontradas ao longo deste trabalho.

Figura 1 – Sistematização da estrutura da dissertação



Fonte: Elaboração própria

1 REVISÃO TEÓRICA

1.1 Políticas públicas no meio rural

Segundo Souza (2006) o entendimento de política pública como área de conhecimento e disciplina acadêmica se deu nos Estados Unidos da América, rompendo a tradição européia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Neste país, a área surge na universidade sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. Já na Europa, a política pública é advinda de desdobramentos dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e do governo, que é produtor, por excelência, de políticas públicas. Na área do governo propriamente dito, a introdução da política pública como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências.

Para Flexor e Leite (2007) houve, a partir dos anos de 1990, um crescente interesse pelo estudo das políticas públicas. Com o crescimento do Estado de bem estar ou desenvolvimentista, existia a necessidade de explorar os mecanismos de interações entre a economia, a sociedade e o Estado que são frutos dos determinantes das políticas públicas.

De acordo com Souza (2006) não existe uma única e nem melhor definição sobre o que seja política pública. Para a autora, as definições de políticas públicas, geralmente, trazem uma visão holística, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores. Enquanto que para Flexor e Leite (2007), as políticas públicas são o resultado de um processo político que busca alinhar as preferências dos agentes com os interesses das organizações e instituições.

Do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública, em geral, é um campo multidisciplinar, e seu foco está nas explicações sobre a natureza do tema e seus processos. Elas repercutem na economia e nas sociedades, por este motivo qualquer teoria da política pública deve esclarecer as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Assim, uma teoria geral da política pública implica a busca de uma síntese de teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia (SOUZA, 2006; FLEXOR; LEITE, 2007). Mas também é preciso deixar claro, conforme Flexor e Leite (2007), que o termo

políticas públicas não se refere necessariamente às políticas do Estado, mas pode incluir outras ações igualmente públicas originárias de instituições não-governamentais, movimentos, entre outros.

Em 1936, Harold Laswell introduziu a expressão *policy analysis* (análise de política pública) como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo (FREY, 2000).

Com o objetivo de definir o que é política pública e suas funções, Herbert Simon introduziu, em 1957, a noção de *policy makers* (elaboradores de políticas). Para o autor, a racionalidade dos elaboradores de políticas públicas é sempre limitada por problemas como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão e auto-interesse dos decisores. Portanto, segundo esse autor, a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional (SOUZA, 2006).

Em 1959, ao questionar a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon, Lindblom propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório. E em 1965, Easton definiu a política pública como um sistema integrado de relações entre o processo de formulação, resultados e o ambiente de aplicação. De acordo com esse pensador, políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos (FLEXOR; LEITE, 2007).

À luz desses pensadores, outros cientistas buscaram novos entendimentos sobre políticas públicas. Em 1980, Laurence Lynn definiu política pública como um conjunto de ações empregadas pelos governos na busca de soluções específicas. Posteriormente, em 1984, Thomas Dye conceitua política pública como o que o governo escolhe fazer ou não fazer. Enquanto que Peteres, em 1986, apresenta uma nova concepção ao defini-la como a união das atividades dos governos, diretas, indiretas ou por delegação, que influenciam na vida dos cidadãos. Já nos anos 1990, Mead a define como um campo dentro do estudo da ciência política que absorve e analisa ação dos governos à luz de grandes questões públicas (SOUZA, 2006).

Souza (2006) reconhece a contribuição de premissas advindas de outros campos teóricos para enriquecer o debate sobre políticas públicas, em especial do neoinstitucionalismo, que enfatiza a importância crucial das instituições/regras para a decisão, formulação e implementação de políticas públicas. Para a autora, a contribuição do neoinstitucionalismo é importante na medida em que a luta pelo poder e por recursos entre

grupos sociais é o cerne da formulação de políticas públicas. Esta luta é mediada por instituições políticas e econômicas que levam as políticas públicas para certa direção e privilegiam alguns grupos em detrimentos de outros (SOUZA, 2006).

1.1.1 Políticas públicas e a política agrícola no Brasil

Segundo Araújo (2003) o Estado brasileiro pode ser caracterizado, tradicionalmente, como centralizador. A tradição de assumir muito mais o objetivo do crescimento econômico e muito menos a proteção social ao conjunto da sociedade, fez com que o Estado adquirisse uma postura de fazedor e não de regulador. Para a autora, o Brasil não tem a tradição de Estado regulador, mas de Estado executor, protetor:

(...) não temos tradição de Estado que regule, que negocie com a sociedade os espaços políticos, o que só hoje estamos aprendendo a fazer. O Estado regulador requer o diálogo entre governo e sociedade civil, e nós não temos tradição de fazer isso. O Estado centralizador, em muitos momentos da nossa vida recente, junta-se ao autoritário: tivemos uma longa ditadura no período Vargas e, depois, uma longa ditadura nos governos militares pós-64. Então, o viés autoritário é muito forte nas políticas públicas do país. (ARAÚJO, 2003, p.2).

Este perfil autoritário e conservador do governo aparece na maneira como tradicionalmente são pensadas e implementadas as políticas públicas de cunho social.

De acordo com Araújo (2003) o que caracterizava o Estado brasileiro no período de 1920 – 1980 eram seu caráter desenvolvimentista, conservador, centralizador e autoritário. A grande ambição do Estado brasileiro durante tais anos era consolidar o processo de industrialização. Para se tornar uma potência intermediária no cenário mundial era necessário optar pela industrialização, sendo que, enquanto muitos países da Europa já passavam pela segunda fase da Revolução Industrial, o Brasil ainda era um país eminentemente agrário. O Estado desempenhava a função de promover acumulação privada na esfera produtiva e o essencial das políticas públicas estava voltado para promover o crescimento econômico, acelerando o processo de industrialização sem a transformação de propriedade na sociedade brasileira.

Segundo Delgado (2001) a política macroeconômica, composta basicamente pela combinação das políticas fiscal, monetária, comercial e cambial, e a política setorial são os dois tipos de política econômica que o Estado utiliza para intervir na agricultura. A política setorial subdivide-se em três modalidades principais: a agrícola, a agrária e a política diferenciada de desenvolvimento rural. A política agrícola condiciona e regulariza as relações

de preços de produtos e fatores, as condições de comercialização, financiamento, os incentivos e subsídios fiscais concedidos, o padrão tecnológico adotado, além de influenciar decisivamente o grau de integração intersetorial e de internacionalização da agricultura. Já a política agrária tem como objetivo intervir na estrutura da propriedade e da posse da terra prevalecente no meio rural, através de sua transformação ou regularização nas regiões onde a terra já foi historicamente apropriada e de sua influência no processo de ocupação de novas terras consideradas como de fronteira agrícola. As políticas ou programas diferenciados de desenvolvimento geralmente são dirigidos à segmentos empobrecidos do campesinato, não integrados à modernização produtiva, e que, muitas vezes assumem ou assumiram, um caráter de políticas de desenvolvimento regional, como no Brasil (DELGADO, 2001).

Com o intuito de implementar a política agrícola e articular os interesses rurais e urbano industriais, em torno do projeto de desenvolvimento de cunho modernizador, o principal veículo utilizado pelo Estado foi a política de crédito rural. O SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural), instituído em 1965, através da Lei 4.829, de 05/11/1965, e regulamentado pelo Decreto 58.380, de 10/05/1966, tinha como propósito compartilhar a tarefa de financiar a agricultura entre instituições financeiras públicas e privadas (SOUZA; CAUME, 2008).

Com isto, o Estado acabou tornado-se o principal agente promotor da modernização agrícola, ao mesmo tempo em que consolidou um padrão de desenvolvimento calcado na agricultura patronal, por meio da modernização tecnológica do processo produtivo *via a vis* à existência de um grande contingente de pequenos agricultores, caracterizados como ineficientes do ponto de vista produtivo e, portanto, considerados desmerecedores de qualquer tipo de proteção e/ou incentivo. O problema do Brasil era incrementar e diversificar a produção e a produtividade agrícola como forma de atender às demandas das necessidades criadas pelo mercado interno: a industrialização e a urbanização. Apenas grandes e médios agricultores, nesse ideário, estariam aptos a dar contribuição (LEITE, 2001; SOUZA; CAUME, 2008).

Delgado (1985) elaborou uma síntese do processo de modernização do setor agrícola brasileiro, entre os anos de 1950 e 1960, com objetivo de mostrar o papel do SNCR na modernização conservadora: 1) No início dos anos 1950, havia começado as mudanças na base técnica, com a introdução de tratores e adubos sintéticos a base de NPK (Nitrogênio, Fósforo e Potássio). A implantação da primeira indústria de tratores – no final dos anos 1950 – é o marco inicial da implantação dos setores industriais de bens de produção e de insumos básicos, com consumo financiado pelo Estado. 2) O final dos anos 1960 é considerado o

marco de constituição do Complexo Agroindustrial (CAI), tendo no SNCR a fonte de financiamento apropriada para a introdução maciça das transformações de base técnica da agricultura.

O modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro que tinha como objetivo modernizar a agricultura através da transformação de sua base técnica com vistas ao aumento da produtividade esteve atrelado à orientação econômica de um processo de industrialização, o qual se consolidou nos anos 1950 com a internalização do setor industrial de bens de capital. Com a introdução de máquinas e de elementos químicos na agricultura, de mudanças de ferramentas e de culturas e o uso de novas variedades, houve a transformação da agricultura de bases rudimentares numa agricultura moderna e intensiva (KAGEYAMA *et al.* 1990; SOUZA; CAUME, 2008).

A dominação do grande capital no meio rural aprofundou a concentração da propriedade da terra e da renda, dificultando e reprodução socioeconômica dos pequenos produtores familiares e criando uma massa de desempregados e subempregados no campo. As alternativas de sobrevivência disponíveis para os pequenos produtores familiares que não se integraram às agroindústrias e decidiram permanecer no campo se restringiam a tentar a sorte na fronteira agrícola ou procurar se manter na área de origem, intensificando a produção no espaço disponível ou, ainda, buscando complementar a renda em ocupações agrícolas e não-agrícolas fora da unidade familiar (DELGADO, 2001).

1.2 Política de crédito rural no Brasil

A agricultura brasileira sempre teve alguma forma de financiamento, mas foi somente após o fim do modelo de financiamento do Ciclo do Café, em 1930, que foi iniciada a constituição de uma estrutura pública com esta finalidade, com a criação de programas de crédito rural, a destinação de recursos públicos e a participação do sistema financeiro. Os marcos da montagem da estrutura institucional do crédito rural brasileiro foram, respectivamente, a criação da Carteira de Crédito Agrícolas e Industrial (CREI), em 1937, da Comissão de Financiamento da Produção (CFP) em 1943, a reforma da CFP em 1952 e, finalmente, em 1965, a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) (MASSUQUETTI, 1999).

A partir dos anos 1950, os incentivos para o setor agrícola foram bancados com recursos da conta cambial. No entanto, houve mudanças na política cambial a partir da

instrução 204 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), em 1961. O resultado foi a redução significativa dos recursos para o setor agrícola, em 1962. Diante disso, ocorreu um período de crise do padrão de financiamento agrícola, que só começou a ser resolvido a partir de 1965 com a criação do SNCR (KAGEYAMA *et al.* 1990). Este era constituído pelo Banco Central do Brasil, Bancos Regionais de Desenvolvimento, Bancos Estaduais, Bancos Privados, Caixas Econômicas, Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, Cooperativas e Órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural (LEITE, 2001).

De acordo com Bacha e outros (2006) os principais objetivos do SNCR eram: financiar parte dos custos de produção; estimular a formação de capital; acelerar a adoção de novas tecnologias e fortalecer a posição econômica dos produtores, especialmente, os pequenos e médios.

Assim, em 1965, passou a vigorar o SNCR que surgiu num contexto onde, através dessa medida buscava-se a criação de condições que dessem suporte ao crescimento urbano. Neste sentido, a maior produtividade aliada a menores preços dos alimentos e maiores exportações seriam medidas de sucesso da política (TERRA, 2002). Para Bacha e outros (2006), este sistema de crédito tinha como objetivo, ainda, dar condições ao produtor rural de usar os insumos modernos e, dessa forma, elevar a produtividade agrícola, alavancando também a indústria de fertilizantes, defensivos e de máquinas agrícolas.

A primeira fase do SNCR caracterizou-se pela relativa facilidade de expansão creditícia e condições de repasse aos beneficiários. Mas uma profunda crise macroeconômica, ocasionada pelo segundo choque do petróleo, ocorrido em 1979, e pela alta dos juros internacionais em 1980, aliada à política expansionista de crédito praticada pelo Brasil em anos anteriores, levou a deterioração das contas externas. Com a crise mundial, o Brasil se viu em meio a uma escassez de crédito a nível global. Neste contexto, o governo brasileiro tinha de gastar ostensivamente com o pagamento dos juros da dívida externa, restando à política econômica elevar a taxa de juros interna, ajustar a política fiscal e contrair os salários, com um único objetivo: minimizar as insatisfações dos credores internacionais (SOUZA; CAUME, 2008).

Segundo Barros citado por Bacha e outros (2006), em virtude das mudanças no cenário internacional, a partir de meados da década de 1970, a economia brasileira passou a sofrer desequilíbrios no balanço de pagamentos e pressão inflacionária. Isso acarretou a incapacidade do governo de continuar com sua política de crédito rural, pois não dispunha de recursos suficientes e o crédito barato e abundante só se mantinha com emissão de base monetária. Entretanto, o processo inflacionário, por si só, foi um instrumento de subsídio ao

crédito, pois as taxas de juros nominais eram inferiores à inflação e o crédito não era corrigido pela mesma, resultando em taxas de juros reais negativas.

A partir de 1978, o Estado começou a mudar a política monetária praticada até então e isso afetou enormemente o SNCR. Houve a elevação das taxas de juros, a redução dos subsídios financeiros, a redução do volume de crédito ofertado e a sinalização crescente em direção ao sistema de crédito privado como alternativa de captação de capital pelos agropecuaristas (DELGADO, 1985).

Para Bacha *et al.* (2006) ao longo da década de 1980 ocorreram algumas alterações na política de crédito rural tais como: redução da participação das autoridades monetárias como fonte de recursos; uso mais intensivo de recursos próprios dos produtores; e reforma nas contas públicas, unificação orçamentária, fim da conta movimento do Banco do Brasil e a criação da Secretaria do Tesouro Nacional, que passou a controlar as operações realizadas por ordem do Tesouro Nacional.

Segundo Belik (2001), nos anos 1990, surgiu um novo tipo de política pública que tinha como foco o apoio por meio do crédito subsidiado voltado para os produtores familiares assentados da reforma agrária ou atividades não empresariais. O governo tinha o intuito de desenvolver o negócio familiar rural, bem como o fortalecimento de alianças mercadológicas e de cadeias produtivas. Outro ponto que deve ser destacado é a separação por parte do governo em termos administrativos e orçamentários entre agricultura familiar e patronal. E nessa nova filosofia por parte do governo, as fontes de financiamento públicas a partir de 1996 começaram a destinar recursos ao seguimento da agricultura familiar por meio do crédito rural (BELIK, 2001).

1.3 A agricultura familiar

1.3.1 Agricultura familiar e políticas públicas

O tema “agricultura familiar” tem sido objeto de inúmeras discussões teóricas, havendo diversos entendimentos acerca das diferentes definições e classificações. Segundo Schneider e outros (2004), a expressão agricultura familiar ganhou projeção no Brasil no final dos anos 1980 e, principalmente, a partir da primeira metade da década de 1990. Para o referido autor, neste período ocorreram dois eventos que tiveram um impacto social e político muito significativo no meio rural. No campo político, a adoção da expressão foi encaminhada

como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo, capitaneados pelo sindicalismo rural. Em meados dos anos de 1990, assistiu-se a uma verdadeira ebulição desses movimentos.

Diante dos desafios que o sindicalismo rural enfrentava nesta época – impactos da abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação -, a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais. De outro lado, a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada intimamente à legitimação que o Estado lhe deu ao criar o PRONAF (SCHNEIDER *et al.* 2004).

Existem diversas vertentes que deram sua contribuição para a delimitação conceitual e entendimento da agricultura familiar, dentre estas se destacam as perspectivas camponesa e marxista (visão clássica e neomarxista). A perspectiva camponesa dedica-se ao estudo do agricultor como uma personagem que, embora tenha capacidade de resistência e adaptação aos novos contextos econômicos e sociais, não está despedido de seus traços camponeses, encontrando-se revestido de suas raízes e tradições. Nesta perspectiva, os agricultores familiares modernos não são personagens novos completamente distintos de seus ancestrais camponeses, existindo, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre essas duas categorias sociais. A perspectiva marxista é aquela em que os autores comungam com a teoria marxista, ou seja, com o poder explicativo da dialética. Esta perspectiva é dividida em duas: a visão marxista clássica, em que os filiados encontram respaldo teórico nos trabalhos de Marx, Lenine Kautsky, e a perspectiva neomarxista, onde há um pluralismo teórico que encontra respaldo na Sociologia da Agricultura e em alguns elementos desenvolvidos por Chayanov (DEPONTI, 2007).

No Brasil, as primeiras discussões sobre a agricultura familiar a pleitear a necessidade de políticas públicas diferenciadas, a fim de transformar o segmento em uma das ferramentas estratégicas com vistas a elaborar uma proposta de desenvolvimento rural, foi articulada inicialmente em 1995 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). A partir dos trabalhos de Veiga (1991) e Abramovay (1998), o termo “agricultura familiar” aparece na literatura como objeto de análise teórica. Abramovay (1998) argumenta que por meio da intervenção do Estado, foi possível transformar a agricultura tradicional do campesinato, caracterizada pela subutilização das potencialidades produtivas

associado à aversão ao risco como fatores impeditivos à racionalização, buscando o lucro em agricultores familiares profissionalizados.

Para efeitos de demarcação e elaboração de políticas de Estado, a institucionalização da agricultura familiar no Brasil teve como marco referencial o estudo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ao estabelecer conceitualmente o termo e, sobretudo, ao elencar um conjunto de diretrizes que deveriam ser consideradas fundamentais para a formulação de políticas públicas para este grupo de agricultores. O estudo define agricultura familiar a partir de três características centrais: 1) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; 2) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; 3) a propriedade dos meios de produção pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadorias dos responsáveis pela unidade produtiva (FAO/INCRA, 1994). Este documento institucionalizou as definições de agricultura familiar e patronal, e transformaram-se em argumentos teóricos para as primeiras tentativas de criação de um programa de crédito rural para a agricultura familiar. Dessa forma, as possibilidades de viabilização da agricultura familiar induziram a pensar um novo desenho das políticas formuladas para o mundo rural. Em 1995, surge o primeiro esboço dessa tentativa com a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), repassando recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Apesar de ter apresentado resultados insignificantes, serviu de marco institucional-legal e embrião daquilo que viria a se transformar posteriormente no PRONAF (MATTEI, 2005).

Em 24 de julho de 2006, surge a delimitação formal do conceito de agricultor familiar, prevista na Lei 11.326, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República. Esta lei considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Levando em conta o atendimento dos requisitos da lei acima, incluem-se, ainda silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; aquículturas que explorem reservatórios hídricos com dois hectares ou

ocupem até quinhentos metros cúbicos de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; extrativistas pescadores que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores (BRASIL, 2006).

A Lei 11.236/2006, conhecida como “Lei da Agricultura Familiar”, representa, portanto, a institucionalização jurídica da agricultura familiar e consagra a classificação dos tipos de agricultura patronal e familiar, proposta pelo Relatório FAO/INCRA (1994), e remete a tipificação do agricultor familiar, conforme os parâmetros adotados para efeito de enquadramento das operações de crédito rural utilizadas pelo PRONAF.

1.3.2 Racionalidade dos agricultores familiares

Almeida (1986) caracteriza a racionalidade como o sistema de crenças e valores que orientam as ações dos seres humanos. A racionalidade das escolhas dos agricultores familiares se constrói baseada no patrimônio cultural, na interação social. Essa racionalidade significa um conjunto de valores, regras de comportamento, parâmetros de escolha, que organizados na mente do agricultor, dão um sentido, uma razão própria que orienta suas decisões, suas opções técnicas (ALMEIDA, 1986). Para o agricultor, a racionalidade econômica, não é o único parâmetro orientador das suas decisões. Apesar de sua inserção no mercado, existe uma diversidade de estratégias e lógicas de decisão dos agricultores, ou seja, existe uma outra racionalidade.

Em relação aos usos do crédito rural, a racionalidade dos agricultores familiares se manifesta como ação social na experiência dos agricultores nos contextos locais, e em suas estratégias de apropriação dos recursos do programa de crédito rural (PRONAF).

Shanin (1976) e Toledo (1993) afirmam que os agricultores familiares são dotados de uma racionalidade não só econômica, a exemplo da agricultura capitalista, como também ecológica. No contexto da racionalidade econômica, com predomínio dos valores de uso, os agricultores familiares adotam uma estratégia que maximiza a diversificação da produção para prover as necessidades da família durante o ano, que tem lugar tanto no tempo como no espaço. No espaço, se considera a máxima utilização de todos os ecossistemas disponíveis. No tempo, o objetivo é obter a maior quantidade de produtos necessários que cada ecossistema oferece durante o ano.

As decisões dos agricultores familiares são tomadas tendo em vista, primeiro, o atendimento das necessidades básicas da família e a manutenção das capacidades produtivas do meio rural natural, considerado patrimônio familiar (PETERSEN, 1998). Entende-se, dessa

forma, que o lucro não é o objetivo primordial dos agricultores familiares que se utilizam de estratégias variadas, no sentido de minimizar os riscos e garantir a reprodução da família. Portanto, a racionalidade econômica desta categoria é diferente dos agricultores capitalistas (PORTO, 2003). Essa racionalidade dos agricultores familiares se expressa também na forma de organização da unidade produtiva, considerando que a gestão e a execução das atividades são realizadas pela própria família.

Segundo Abramovay (1998), a própria organização familiar não depende da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve. As razões que determinam as tomadas de decisão dos agricultores familiares podem ser encontradas através da observação de suas

(...) ideias organizacionais, a maquinaria de seu organismo econômico individual que é a unidade subjetiva teleológica da atividade econômica racional, isto é, da gestão de seu estabelecimento. (Chayanov, 1925/1986, p.118 *apud* Abramovay, 1998, p.60).

Isto quer dizer que o mercado, a disponibilidade de terras e o padrão tecnológico disponível são fatores dos quais o agricultor se serve na montagem de seu objetivo econômico fundamental, mas não explica por si só este objetivo e, portanto, a conduta do agricultor. Diferentemente de uma empresa capitalista, num estabelecimento familiar o critério de maximização da utilidade não é a obtenção da maior lucratividade possível em determinadas condições. O uso do trabalho familiar é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares. O trabalho será tanto mais valorizado quanto mais distante se estiver deste objetivo. Inversamente, uma vez o consumo familiar assegurado, será atribuído um valor menor a cada unidade adicional de trabalho. Neste sentido, “o volume da atividade familiar depende inteiramente do número de consumidores e de maneira alguma do número de trabalhadores” (CHAYANOV, 1925/1986, p.78 *apud* ABRAMOVAY, 1998, p.61).

Aumentando o tamanho da família crescerá a intensidade do trabalho. E o que determina o comportamento do agricultor não é o interesse de cada um dos indivíduos que compõem a família, mas sim as necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar.

Conforme Chayanov (1925/1986), citado por Abramovay (1998), é da relação entre penosidade do trabalho e a satisfação das necessidades que vai depender a escolha da família com relação à venda de suas safras, ao uso de financiamentos ou ao uso de insumos de origem industrial. A aplicação de capital não depende apenas do fato de que ela pode reduzir a

penosidade do trabalho, mas, sobretudo dos impactos que os gastos de investimento terão sobre o consumo familiar e dos usos alternativos do trabalho poupado. Se o investimento de capital significar gasto de dinheiro visando à redução de esforços sem que isso se traduza num aumento da renda bruta familiar, ou de maneira a provocar uma ociosidade do trabalho, cuja utilização teria a virtude igualmente de aumentar a renda bruta, sem, entretanto provocar gastos com compras de equipamentos, o investimento não será feito. Portanto, pode-se dizer que a agricultura familiar possui uma conduta específica, que não corresponde à racionalidade capitalista.

Segundo Abramovay (1998), os agricultores familiares possuem uma racionalidade específica, da qual se pode resumir três aspectos básicos:

1) O maximizador de lucro – O agricultor utiliza insumos não só como forma de obter maior quantidade possível de produto, como também leva em conta o nível relativo de preços de mercado. Desta forma está minimizando custos e maximizando os resultados econômicos de sua produção, em outras palavras, utiliza insumos visando ter um preço final compatível com o mercado. Portanto, a agricultura familiar é apresentada como um sistema coerente e racional de uso dos fatores cuja compreensão econômica é perfeitamente possível e cujo funcionamento é praticamente perfeito, e a raiz desta perfeição está baseada na eficiência¹ e maximização dos lucros.

2) O minimizador de riscos – A produção do agricultor familiar está ligada intimamente à capacidade de subsistência e sobrevivência de sua família, ou seja, enquanto para um empresário rural, uma colheita frustrada representa apenas a perda de um percentual de sua renda, para a família do agricultor familiar um ano ruim na lavoura, representa a fome e, em certas regiões, muitas vezes até a morte. Portanto, não se pode cobrar do agricultor familiar uma racionalidade estimada em função de seu produto marginal, como usado pelos economistas clássicos nas empresas capitalistas, pois as

Segundo Lipton (1968), citado por Abramovay (1998), o agricultor é um maximizador: não de lucros, mas de oportunidades de sobrevivência, e para tanto o essencial é levar em conta um ambiente ecológico e social hostil a esta sobrevivência. Para esse autor, a privação dos agricultores é de tal magnitude que eles não podem nunca se permitir obter uma quantidade de produtos abaixo do mínimo necessário a sua sobrevivência. Neste sentido, é

¹ Eficiência econômica é um conceito bem determinado na microeconomia: trata-se da capacidade de utilizar os fatores produtivos de maneira a encontrar a maior quantidade possível de produtos e também (sem o que não há eficiência) escolher entre os fatores escassos, aqueles que correspondam ao menor preço e/ou que propiciem a maior renda.

claro que eles não optam por maximizar seus lucros em situações em que ganhos adicionais seriam eventualmente possíveis, se houver em torno destes ganhos adicionais o risco de perdas que impliquem a redução do produto aquém da subsistência.

3) O avesso a penosidade - Nos dois itens anteriores, não foi feita qualquer observação significativa com relação a aversão à penosidade, que leva em conta o nível de consumo da família. Essa vertente procura demonstrar que enquanto as necessidades básicas da família não forem atingidas, haverá disposições a um grande sacrifício em trabalho – embora com retorno econômico muito baixo. Uma vez alcançadas estas necessidades elementares, a estimativa feita em torno da utilidade de bens adicionais cai, e aumenta a aversão à penosidade do trabalho. Segundo Mellor (1963, p.519-520), citado por Abramovay (1998, p.91)

Universalmente, a utilidade marginal dos bens adicionais e das rendas de serviço é muito alta, até que as necessidades de subsistência tenham sido alcançadas. Para atingir a subsistência, os agricultores escolhem converter seu trabalho em bens e serviços, mesmo a uma baixa taxa marginal de retorno. Segue-se que a utilidade ligada ao aumento de bens e serviços será menor, uma vez alcançada a subsistência.

A principal virtude da ideia de agricultor avesso à penosidade é a integração num modelo único da produção familiar e do consumo doméstico. As decisões sobre consumo têm especial influência sobre a produção. Neste modelo as decisões econômicas da família dependem estritamente de seu equilíbrio subjetivo: o valor do trabalho e dos bens de consumo variam em virtude de se ter ou não atingido a satisfação das necessidades básicas de subsistência.

Mas há um elemento capaz de alterar significativamente esta racionalidade: é a existência de um mercado de trabalho. A introdução do mercado de trabalho, considerada como uma variável exógena no modelo de equilíbrio entre a desutilidade marginal do trabalho e a utilidade marginal da renda (o famoso balanço chayanovista entre trabalho e consumo), faz com que as decisões a respeito do uso do trabalho sejam separadas daquelas tomadas com relação ao consumo. O custo de oportunidade do trabalho torna-se um parâmetro decisivo nas decisões produtivas da unidade de produção familiar, pois o esforço familiar passa a ser comparado não apenas com a renda obtida no estabelecimento agrícola, mas adquire outro parâmetro que é o custo de oportunidade oferecido pelo mercado de trabalho. As necessidades básicas podem ser alcançadas não mais com base no trabalho no interior da unidade produtiva, mas da venda da força de trabalho (ABRAMOVAY, 1998).

Ainda em relação à racionalidade, segundo Albuquerque e Filho (2005), ao analisarem a obra de Simon, Comportamento Administrativo, constataram que Simon analisa a estrutura da escolha racional humana, ou seja, o modo como o indivíduo decide, para estudar a estrutura e o funcionamento da organização. Também em outros estudos o aspecto racional da tomada de decisão é observado por Simon, mas este não é o propósito desta dissertação. Mas Simon sugere que os indivíduos não são totalmente racionais na tarefa de decidir, observando-se a racionalidade limitada do comportamento humano.

A racionalidade está interligada às alternativas comportamentais existentes, e estas são inúmeras e variam de consciente a inconsciente, sendo através destas que as decisões são efetuadas. Por isso, pode-se dizer que nem sempre os indivíduos têm a capacidade necessária para conhecer e avaliar todas as alternativas na tomada de decisão (BALESTRIN, 2002 e BARROS, 2004).

As organizações agropecuárias, assim como as demais organizações, procuram estruturar-se e estabilizar-se para que suas decisões possam trazer benefícios e minimização das incertezas. A agricultura familiar ainda apresenta diferenças que estão ligadas ao tipo de informação que cada agricultor obtém, financiamentos a que tem acesso, às políticas públicas, aos produtos que produzem, assistência técnica, entre outros. A racionalidade dos agricultores familiares depende muito das situações e dos objetivos de cada um deles. Segundo Lima e outros (2005, p.66),

As decisões e ações dos agricultores familiares relativas à condução de suas atividades de produção são coerentes e racionais. Elas visam atender um ou mais objetivos percebidos como possíveis pelo grupo familiar, tendo em vista a percepção que o(s) agente(s) tem de uma situação e das finalidades atribuídas às suas unidades de produção.

Estudos mostram que o produtor, antes de dar início ao processo de tomada de decisão, analisa suas características quanto aos recursos que dispõe e as restrições que o limita (CARRIERI, 1992).

Segundo Lima e outros (2005, p.43), para concretizar seus projetos, os produtores tomam uma série de decisões e implementam várias ações. As decisões são basicamente orientadas por seus objetivos estratégicos e dependentes das potencialidades e limitações de sua situação. Normalmente, a estratégia adotada consiste em diversificar a produção de acordo com a disponibilidade de recursos, de modo a garantir o autoconsumo, diminuir o risco e aumentar a renda total da família, mesmo que isso não signifique a melhor remuneração do capital investido e a maximização dos lucros.

1.3.3 Racionalidade das políticas públicas

A organização do mundo moderno induz o processo de racionalização da vida social. A partir da criação de um mundo racional e operativo através de um conjunto de normas e procedimentos técnicos, próprios das organizações estatais, transforma-se a realidade em algo passível de administração e controle. Dessa forma, a administração pública encarrega agentes locais para a implementação de políticas, planejadas e supervisionadas, que constituem a base de um plano racional de gestão do desenvolvimento de um Estado - Nação. Por outro lado, os agricultores familiares existem além das fronteiras institucionais do Estado. Durante séculos excluídos dos planos estatais, sobreviveram com estratégias próprias, muitas vezes avessas à racionalidade moderna, e subsidiam a sociedade, através da produção de alimentos e matéria-prima para o complexo agroindustrial, ocupação, trabalho e renda, na maioria das vezes, em uma relação de produção que inclui algum respeito social e ambiental, diferentemente do capitalismo industrial (HILLIG, 2008).

Conforme Hillig (2008) o agricultor familiar, pela sua própria racionalidade, provavelmente esteja mais preparado para uma sociedade de incertezas, do que um cidadão urbano, que usufruiu de algum bem-estar proporcionado pelo Estado. O agricultor familiar opera com a racionalidade da reprodução da unidade de produção, com base na família e propriedade, mas sob critérios de bem-estar econômico, social e afetivo e em um contexto ambiental.

Quando, para o diagnóstico desses agricultores, se ignoram os critérios específicos do funcionamento econômico da agricultura familiar e se aplicam os próprios das unidades capitalistas e, além disso, se contabilizam apenas os produtos agrícolas que levam ao mercado, como hoje são os procedimentos dominantes e os níveis escutados pelos poderes, os resultados são bem conhecidos: a grande maioria das explorações surge como não competitiva e inviável (BAPTISTA, 1997).

Para Bartra (1982) a atividade institucional do Estado, apesar de ter tido uma intervenção muito forte no meio rural nos últimos anos, não apresentou os resultados esperados. A ineficiência dessa prática institucional no campo deve-se às contradições existentes entre os interesses da enorme maioria dos agricultores e às necessidades socioeconômicas dominantes que se expressam na política oficial no meio rural. As metodologias de fomento mais usuais têm um denominador comum: estão impregnadas da ideologia que provém da empresa capitalista, e, portanto, não reconhecem que a agricultura familiar tem características e uma lógica diferentes daquelas de uma empresa capitalista.

1.3.4 Influência dos mediadores técnicos e políticos na aplicação das políticas públicas voltadas ao meio rural

O trabalho de Abramovay e Veiga (1999) demonstra o papel fundamental dos mediadores locais na aplicação do crédito rural. Salienta três instituições principais nesse caso: os sindicatos dos trabalhadores rurais pela luta, mobilização e compromisso com o programa; a extensão rural pela responsabilidade técnica na elaboração dos projetos, concessão e acompanhamento do crédito e pela sua capilaridade institucional; e o sistema bancário, pelas exigências formais e transformação do crédito em produto e do agricultor em cliente.

Para os autores, a agência governamental responsável pela administração direta do PRONAF é formada, basicamente, por extensionistas. Os extensionistas têm papel decisivo na elaboração dos planos municipais de desenvolvimento rural, e a ligação dos profissionais do departamento de assistência técnica e extensão rural e seus colegas nos municípios, permitem freqüentes consultas informais, quanto ao processo de elaboração e aos resultados dos planos. A extensão rural sempre teve papel crucial na mediação entre agricultores e bancos.

O mais importante, entretanto, é que o acesso ao crédito depende da elaboração de um projeto técnico que vem dos extensionistas, portanto, a presença dos técnicos extensionistas como principais mediadores, corrobora o sentido produtivista da concessão do crédito, uma vez levados em conta a tradição da extensão rural oficial no difusionismo tecnológico e modernização da agricultura e o caráter tecnológico da formação técnica e universitária hegemônica no Brasil.

Os gestores locais desempenham o papel de mediadores e gerenciadores da relação entre a racionalidade técnico burocrática das políticas agrárias e os interesses e necessidades dos agricultores. Sobre isso Delma Pessanha Neves, citada por Marques (2004), analisa como os técnicos executam dupla função no sistema hierárquico: no nível superior, os gestores elaboram projetos burocráticos e racionais; no campo, os técnicos são considerados mediadores legítimos dos interesses e necessidades dos agricultores. Os técnicos e políticos locais possuem o controle local das operações no PRONAF, por controlarem a informação e o processo burocrático para obtenção do crédito. A associação entre técnicos, políticos e bancários determinam de forma decisiva o destino dos recursos do PRONAF, privilegiando os agricultores emergentes, aqueles que respondem às exigências do mercado e às inovações tecnológicas. De acordo com seu ponto de vista, os técnicos consideram que o saber técnico permite, plenamente, identificar e conhecer os problemas dos agricultores, assim podendo, em

seguida, propor soluções. Seus conhecimentos nunca são vistos como uma ferramenta de apoio ao saber dos agricultores (MARQUES, 2004). Desta forma, direcionam os recursos conforme o planejamento técnico e estão livres para se engajarem mais intensamente nos tipos de intervenção para os quais estejam mais preparados.

1.4 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

Segundo Mattei (2006), mesmo com os avanços da Constituição de 1988 no que tange à descentralização das ações estatais e criação de conselhos gestores que tinham como objetivo democratizar o acesso aos recursos públicos, no início dos anos 1990, ainda existia uma carência de políticas públicas voltadas às necessidades dos agricultores familiares.

A criação do PRONAF em 1996, se deu, em larga medida, como resposta às reivindicações dos movimentos rurais que vinham ocorrendo desde a década de 1980. O movimento sindical dos trabalhadores rurais vinculados à CONTAG e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT) passou a direcionar suas reivindicações e lutas para a chamada “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares, que seriam afetados pelo processo de abertura da economia. A partir disto, as reivindicações dos trabalhadores rurais, que já haviam começado a ter voz na Constituição de 1988, ganharam destaque nas Jornadas Nacionais de Luta, da primeira metade da década de 1990 (MATTEI, 2001).

Como fruto destas reivindicações, criou-se o PROVAP, considerado como o embrião da mais importante política pública voltada para a agricultura familiar no Brasil, o PRONAF. Segundo Mattei (2005), a criação do PRONAF representou a legitimação, pelo Estado, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola.

Segundo o Manual Operacional do PRONAF, o Programa tem por finalidade o fortalecimento da agricultura familiar, através do apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar, contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Em termos de objetivos específicos, foram definidos os seguintes:

- a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;

b) viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares;

c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social;

d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

No que tange às modalidades, do ponto de vista operacional, o PRONAF compreende quatro linhas de ação: PRONAF Crédito, PRONAF Infraestrutura e Serviços Municipais; PRONAF Capacitação, e Negociação e Articulação de Políticas.

O PRONAF Crédito tem como objetivo conceder apoio financeiro às atividades agropecuárias e não-agropecuárias por meio da liberação direta entre o banco e o demandante do financiamento. O crédito pode ser alocado para o custeio das atividades agrícolas ou para investimento, sendo que pode ser acessado de forma individual, grupal ou coletiva. A perspectiva da liberação dos recursos é basicamente bancária, ainda que a articulação entre os agentes exista.

O PRONAF Infraestrutura e Serviços Municipais têm como objetivos estimular a implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocação de infra-estrutura e serviços públicos municipais necessários ao fortalecimento da agricultura familiar. Dessa forma, essa modalidade do PRONAF visa contribuir para a supressão de possíveis problemas que estejam retardando ou impedindo o desenvolvimento de zonas onde predomina a agricultura familiar, promovendo melhorias nos canais de escoamento da produção, no acesso a novas tecnologias e na competitividade no mercado. O público-alvo são os municípios mais carentes e a seleção passa por uma análise de critérios previamente estabelecidos, como a constituição de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural.

A modalidade PRONAF Capacitação visa habilitar ou capacitar os agricultores familiares e técnicos no que diz respeito ao levantamento das demandas por crédito, obedecendo a determinadas prioridades, definindo as ações a serem desenvolvidas para atendimento às demandas, e na elaboração e monitoria dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural.

A linha Negociação de Políticas Públicas está voltada para a articulação do conjunto de políticas públicas a cargos dos diferentes órgãos setoriais – ministérios, secretarias, agências – em prol da agricultura familiar, bem como para a realização de parcerias com organizações não-governamentais e outras instituições para fomentar o desenvolvimento daquele segmento.

A modalidade de financiamento da produção que engloba os recursos para custeio e investimento tem como objetivo o apoio financeiro aos agricultores familiares, segundo seis categorias. Essa diferenciação por categorias decorreu de um estudo realizado pelo convênio FAO/INCRA no ano de 1999. O estudo recomendou a segmentação dos agricultores familiares beneficiários do Programa em grupos diferentes, utilizando o critério de renda bruta familiar anual. Esse procedimento permitiu que as regras de financiamento se adequassem à realidade de cada segmento (SCHNEIDER *et al.* 2004). Portanto, esses grupos podem ser classificados da seguinte maneira:

- **Grupo A:** agricultores da reforma agrária que, com a extinção do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), passaram a ser atendidas pelo Pronaf, bem como os agricultores amparados pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra.
- **Grupo B:** agricultores familiares, remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas. Esse grupo inclui as famílias rurais com baixa produção e pouco potencial de aumento da produção no curto prazo, localizadas em regiões com concentração de pobreza rural.
- **Grupo C:** agricultores familiares que apresentem explorações intermediárias com bom potencial de resposta produtiva.
- **Grupo A/C:** agricultores oriundos do processo de reforma agrária e que passam a receber o primeiro crédito de custeio após terem obtido o crédito de investimento inicial que substituiu o antigo programa de apoio aos assentados.
- **Grupos D e E:** agricultores familiares estabilizados economicamente.

Ao longo dos anos, ocorreram várias modificações em relação à delimitação da faixa de renda bruta familiar anual adequada a cada classe, dos limites de financiamento e suas taxas de juros subjacentes. Dentre estas modificações e reformulações, uma das principais alterações diz respeito à extinção dos Grupos C, D e E², que passam a ser classificados apenas como “agricultores familiares”. Na Safra 2008/2009 o PRONAF passou a seguir o enquadramento abaixo:

- **Grupo “A”:** a) assentados da Reforma Agrária e beneficiários do Crédito Fundiário; b) reassentados em função de construção de barragens, com área de até um módulo fiscal e renda anual de até R\$ 14.000,00.

² Esta modificação ocorreu a partir da publicação da Resolução Nº 3.559 do Banco Central em 28 de março de 2008.

- **Grupo “B”:** a) área de até quatro módulos fiscais; b) mínimo de 30% da renda familiar da exploração agropecuária e atividades não-agrícolas no estabelecimento; c) renda bruta anual de até R\$ 4.000,00.
- **Grupo “A/C”:** a) assentados da Reforma Agrária e beneficiários do Crédito Fundiário que já fizeram crédito pelo Grupo “A” e não financiaram através de outros grupos.
- **Agricultores Familiares (antigos Grupos “C”, “D” e “E”):** a) área de até quatro módulos fiscais; b) mínimo de 70% da renda familiar da exploração agropecuária e atividades não-agrícolas no estabelecimento; c) mão-de-obra familiar preponderante, admitindo a contratação eventual de trabalho assalariado, podendo manter até dois empregados permanentes; d) renda bruta anual de R\$ 4.000,00 até R\$ 110.000,00.

Institucionalmente, todo o Programa também passou por uma série de mudanças, a principal delas foi o remanejamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em 1999. O MDA criou uma secretaria específica para tratar os assuntos do segmento familiar, a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), que passou a ser a base institucional das diversas linhas de ação do PRONAF e dos demais programas ligados à agricultura familiar brasileira. Com esta nova estrutura organizacional, o tema da agricultura familiar passou a ser visto sob um novo ponto de vista, ou seja, sua função social e econômica foi reconhecida (CORRÊA; SILVA, 2007).

1.4.1 Pronaf Mais Alimentos

A Linha Especial de Crédito de Investimento para Produção de Alimentos, mais conhecida como PRONAF Mais Alimentos, foi criado em 2008, lançada pelo Plano de Safra 2008/2009 com o intuito de incrementar a produtividade da agricultura familiar, em resposta à alta nos preços dos produtos agrícolas, consequência da crise econômica mundial.

Possui como objetivo financiar a infraestrutura das unidades familiares, e seu público alvo são os agricultores familiares enquadrados no PRONAF, exceto os integrantes dos grupos “A”, “B” e “A/C”, que possuem uma propriedade com até quatro módulos rurais e que tenham no mínimo 70% da renda da unidade familiar oriunda de uma ou mais das seguintes atividades: açafrão, arroz, café, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, trigo, fruticultura, olericultura, apicultura, aquíicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura. Esta linha de crédito pode ser utilizada

para financiar projetos de investimento como aquisição de tratores³, máquinas, veículos de transporte, implementos agrícolas e matrizes, formação de pastagens, implantação de pomares, estufas e irrigação, e para a produção, armazenagem e transporte das atividades acima citadas, sendo vedado o financiamento de bens usados, e com potência superior a 80 CV (cavalos-vapor), em se tratando de tratores e motocultivadores.

Para se enquadrarem no Programa, os agricultores familiares devem ter renda bruta familiar de até cento e dez mil reais nos últimos doze meses que antecedem a solicitação da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), excluídos os proventos da previdência rural e programas sociais. Quando esta linha de crédito foi lançada, o agricultor familiar que estivesse em conformidade com o Programa, tinha um limite de crédito de cem mil reais, quantia esta que foi aumentada já no Plano Safra de 2010/2011 para cento e trinta mil reais por cliente. Para operações coletivas, o limite de crédito disponível é de quinhentos mil reais, respeitando o limite individual, sendo exclusivamente para financiamentos de máquinas e implementos agrícolas de uso comum. Esse valor pode ser pago em até dez anos, com até três anos de carência e juros de 2% ao ano. No Plano Safra 2001/2012, financiamentos de até dez mil reais sofrem juros de apenas 1% ao ano.

O Rio Grande do Sul sempre foi um grande tomador de crédito rural, e o mesmo se confirma no PRONAF Mais Alimentos. Desde que o Programa foi lançado, em julho de 2008, até março de 2011, o RS captou um montante de aproximadamente 1,6 bilhões de reais na aplicação de 30.636 contratos através deste programa, representando em torno de 21,8% do total dos contratos e 24,52% do montante total aplicado no Brasil, como pode ser visualizado na Tabela 1.

Esse grande volume de crédito captado pelos agricultores gaúchos pode ser explicado em parte, pelo fato do estado do Rio Grande do Sul se caracterizar, historicamente pela predominância da atividade agrícola. Por intermédio dos imigrantes europeus, teve-se a formação de duas grandes e distintas regiões no estado: o campo, ocupado por portugueses e cuja principal atividade girava em torno da pecuária; e a mata tropical e subtropical que abrigou os italianos, alemães e outras etnias, em cuja bagagem trouxeram culturas agrícolas como o sistema da pequena propriedade e o trabalho familiar (FELDENS, 1989). E essa concentração dos recursos em determinados estados, como é o caso do RS, também pode ser

³ A aquisição de tratores e implementos agrícolas é uma das possibilidades oferecidas pelo PRONAF Mais Alimentos. Para isso, o MDA firmou termos de cooperação com a Associação Brasileira de Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) e a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). Os descontos para o agricultor familiar chegam a 17,5% no preço de tratores, máquinas e implementos agrícolas. O mesmo acordo foi firmado com o Sindicato das Indústrias de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Rio Grande do Sul (SIMERS).

explicada pela alocação de crédito em determinadas culturas, como por exemplo soja, arroz, trigo, milho; culturas estas que o Rio Grande do Sul possui grande produção, além de alguns municípios gaúchos se destacarem na produção de pecuária leiteira, avicultura, suinocultura, entre outras atividades.

Em termos de projeção econômica, o estudo de Guilhoto (2005) já enfatizou e reforçou a dimensão produtiva e econômica da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, á qual chamou de “agronegócio familiar”, participando com cerca de 97% das lavouras de fumo, 74% do milho, 58% da soja, 89% do leite, 74% das aves, 71% da indústria de abates de aves, 70% da indústria de abate de suínos. A pesquisa revelou que no período estudado por Guilhoto (1995 a 2003) a agricultura familiar gerou 10,1% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e 27% do PIB gaúcho, tamanha é a força da agricultura familiar no Brasil e particularmente no estado, o que pode justificar o grande volume de crédito rural absorvidos pelos produtores gaúchos.

De acordo com Guilhoto (2005) e Mattei (2005), que analisaram o impacto do PRONAF no tocante a captação de recursos e às repercussões na economia dos cem municípios brasileiros que mais acessaram os recursos como uma ferramenta de desenvolvimento, o desempenho da agricultura familiar no Rio Grande do Sul é uma das expressões das características regionais que auxiliam a explicar parte do êxito na evolução do agronegócio familiar em virtude da política de expansão do crédito rural; tendo como origem o modelo de colonização adotado ao privilegiar pequenas propriedades e das influências da cultura européia que produziram um tipo peculiar de agricultor familiar a partir do substrato dos colonos imigrantes, especialmente, os alemães e italianos.

Tabela 1 – Distribuição total do montante e dos contratos do PRONAF Mais Alimentos nos Estados brasileiros.

UF	2008/2009		2009/2010		2010/2011		Total (2008/2011)		Total (%)	
	Contratos	Montante	Contratos	Montante	Contratos	Montante	Nº de Contratos	Montante (R\$)	Contratos	Montante
Acre	99	5.613.733	576	29.542.915	232	14.593.037	907	49.749.684	0,64	0,76
Alagoas	33	999.340	829	17.259.054	254	5.372.607	1.116	23.631.001	0,79	0,36
Amapá	26	2.151.548	114	8.661.909	12	834.926	152	11.648.383	0,11	0,18
Amazonas	57	3.702.266	121	9.219.342	87	6.061.251	265	18.982.859	0,19	0,29
Bahia	217	9.709.824	2.339	61.556.819	1.459	36.323.024	4.015	107.589.667	2,85	1,65
Ceará	156	3.352.431	3.438	59.048.488	2.627	51.743.065	6.221	114.143.983	4,42	1,75
Distrito Federal	21	1.120.176	69	2.980.889	17	805.236	107	4.906.301	0,08	0,08
Espírito Santo	547	33.939.703	2.370	108.506.730	1.681	81.013.936	4.598	223.460.369	3,27	3,43
Goiás	1.239	50.662.626	3.863	160.504.964	1.852	77.987.905	6.954	289.155.496	4,94	4,44
Maranhão	41	2.486.757	1.299	39.907.680	844	29.213.535	2.184	71.607.973	1,55	1,1
Mato Grosso	647	43.409.846	1.934	121.613.324	1.493	69.514.454	4.074	234.537.624	2,89	3,6
Mato Grosso do Sul	161	6.728.459	445	17.844.808	439	17.161.072	1.045	41.734.339	0,74	0,64
Minas Gerais	4.149	194.054.276	11.654	473.266.959	5.919	249.172.070	21.722	916.493.306	15,44	14,08
Pará	473	28.755.180	1.293	69.366.594	437	24.516.615	2.203	122.638.389	1,56	1,88
Paraíba	13	412.032	150	3.458.763	94	2.969.998	257	6.840.793	0,18	0,11
Paraná	5.593	401.729.188	8.566	380.782.051	4.371	207.787.655	18.530	990.298.894	13,17	15,22
Pernambuco	192	7.332.315	2.057	42.514.682	1.352	27.885.750	3.601	77.732.747	2,56	1,19
Piauí	93	1.986.206	760	13.032.894	324	6.214.774	1.177	21.233.874	0,84	0,33
Rio de Janeiro	108	4.035.522	208	8.654.008	106	5.287.531	422	17.977.060	0,29	0,28
Rio Grande do Norte	37	1.021.516	417	6.968.736	170	4.350.275	624	12.340.527	0,44	0,19
Rio Grande do Sul	8.469	460.416.679	14.144	724.000.204	8.023	410.925.618	30.636	1.595.342.500	21,78	24,52
Rondônia	518	26.447.901	2.595	129.383.867	1.459	85.504.099	4.572	241.335.866	3,25	3,71
Roraima	38	1.365.176	70	4.227.175	71	5.640.627	179	11.232.978	0,13	0,17
Santa Catarina	3.831	231.821.768	8.156	433.478.492	4.513	237.538.159	16.500	902.838.419	11,73	13,87
São Paulo	2.217	119.849.534	2.716	124.583.003	1.774	80.024.267	6.707	324.456.804	4,77	4,99
Sergipe	15	630.718	273	5.342.374	204	4.207.111	492	10.180.202	0,35	0,16
Tocantins	176	10.629.610	889	38.817.116	364	15.694.443	1.429	65.141.170	1,02	1
Total geral	29.166	1.654.364.331	71.345	3.094.523.840	40.178	1.758.343.038	140.689	6.507.231.209	100	100

Fo

Fonte: Elaborada a partir de dados fornecidos pela SAF/MDA (dados de julho de 2008 até março de 2011).

Entre os municípios de Rio Grande do Sul também existem aqueles que se destacam na captação de crédito rural, assim como pode ser observado na Tabela 2, onde constam os maiores tomadores de crédito do PRONAF Mais Alimentos no estado gaúcho.

Observa-se que o município que mais captou recursos do PRONAF Mais Alimentos foi Caxias do sul, seguido por outros dois municípios da região serrana do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves e Farroupilha. Mas, o que realmente quer se destacar nesta tabela é a posição ocupada pelo município de Teutônia, área de estudo nesta pesquisa. Apesar de ser um município relativamente pequeno, com cerca de vinte e sete mil habitantes e a maioria ainda pertencer à zona urbana, encontra-se na nona posição do *ranking* dos maiores tomadores de crédito do PRONAF Mais Alimentos, com captação de R\$12.440.252,00 distribuídos entre 218 contratos aprovados. (A lista completa dos municípios tomadores de crédito do PRONAF Mais Alimentos pode ser visualizada no Anexo A).

Além disso, grande parte desses recursos foram investidos na mecanização agrícola, através da compra de tratores, implementos e equipamentos, como exposto no Quadro 1.

O município possui forte expressão agrícola e pecuária na produção e produtividade de muitas culturas, com destaque para a cultura do milho seguido da cultura da soja, o que pode explicar, em parte, o grande número de projetos direcionados para a mecanização agrícola, mais especificamente a aquisição de tratores e implementos. Isto sugere a busca por modernização e melhoramento das estruturas dos meios de produção, criando demandas para as indústrias do setor de máquinas e fortalecendo a economia de mercado.

O grande destaque da agropecuária em Teutônia é a produção integrada de leite, aves e suínos. No Quadro 1 também pode-se verificar os investimentos feitos nessas áreas através do Programa Mais Alimentos. Essas atividades possuem bastante incentivo no município de Teutônia, principalmente por causa da presença da Cooperativa Languiru, que estimula seus produtores e associados e se especializarem em determinada atividade, com intuito de obter uma produção em escala, que posteriormente será absorvida pela cooperativa, que hoje é caracterizada como a terceira maior cooperativa agropecuária do estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 2 – Os vinte maiores tomadores de crédito do PRONAF Mais Alimentos no RS

		2008/2011		2009/2010		2010/2011		TOTAL (2008/2011)	
Posição	Município	Nº de Contratos	Montante (R\$)	Nº de Contratos	Montante (R\$)	Nº de Contratos	Montante (R\$)	Nº de Contratos	Montante (R\$)
1º	Caxias do Sul	160	8.803.917	250	13.033.520	145	8.509.965	555	30.347.402
2º	Bento Gonçalves	140	6.170.020	180	7.759.919	104	5.016.237	424	18.946.176
3º	Farroupilha	89	4.560.682	189	9.316.770	89	4.775.268	367	18.652.720
4º	São Lourenço do Sul	80	5.061.642	134	7.694.626	75	4.513.288	289	17.269.556
5º	Flores da Cunha	104	5.129.715	126	5.820.037	68	3.401.852	298	14.351.604
6º	Ibiruba	41	2.736.736	125	7.455.640	74	3.660.270	240	13.852.646
7º	Antônio Prado	114	5.629.083	114	5.414.536	37	2.708.753	265	13.752.372
8º	Santa Maria	78	4.894.165	93	5.862.862	36	1.871.275	207	12.628.302
9º	Teutônia	58	3.785.138	97	5.887.545	63	2.767.569	218	12.440.252
10º	Sarandi	79	4.094.784	110	5.523.819	42	2.586.871	231	12.205.474
11º	Marau	26	1.496.494	125	6.852.450	77	3.839.262	228	12.188.206
12º	Sananduva	70	4.265.445	89	5.028.446	53	2.512.359	212	11.806.250
13º	Estrela	51	3.072.413	110	6.343.214	40	2.362.546	201	11.778.173
14º	Augusto Pestana	47	3.137.196	93	5.499.157	63	2.814.317	203	11.450.670
15º	Santo Cristo	111	5.638.556	65	3.092.667	34	2.219.574	210	10.950.797
16º	Casca	75	4.077.146	88	4.096.890	58	2.699.381	221	10.873.417
17º	Ipê	99	5.833.562	54	2.604.908	46	2.249.298	199	10.687.768
18º	Nova Roma do Sul	84	4.108.167	83	3.634.628	44	2.373.965	211	10.116.760
19º	Garibaldi	86	3.733.247	107	4.474.121	46	1.886.132	239	10.093.500
20º	Santo Ângelo	56	3.636.162	82	4.027.847	37	2.025.096	175	9.689.105

Fo

nte: Elaborada a partir dos dados fornecidos pela SAF/MDA (dados de julho de 2008 até março de 2011).

Investimento	Nº de projetos	Montante (R\$)	Projetos (%)	Montante (%)
Mecanização agrícola (tratores, implementos e equipamentos)	146	8.639.396,65	47,25	49,63
Aquisição de matrizes bovinas	36	1.738.322,76	11,65	9,98
Bovinocultura (estábulo, equipamentos)	10	503.169,60	3,24	2,89
Suinocultura (chiqueiros e pocilgas)	35	2.079.697,63	11,33	11,95
Avicultura (aviários e equipamentos)	38	2.127.165,70	12,30	12,22
Infraestrutura geral (construção, melhorias, mão-de-obra)	40	1.983.027,35	12,94	11,39
Aquisição de caminhões	4	337.600,00	1,29	1,94
Total	309	17.408.379,69	100	100

Quadro 1 – Investimentos do PRONAF Mais Alimentos no Município de Teutônia

Fonte: Elaborado a partir dos dados fornecidos pela Emater de Teutônia (dados de julho de 2008 até dezembro de 2011).

2 RECURSOS METODOLÓGICOS

As estratégias de pesquisa em ciências rurais e sociais aplicadas podem ser do tipo experimental, survey (levantamento), histórica, análise de informações de arquivos e estudo de caso. Cada uma dessas estratégias pode ser usada para propósitos exploratório, descritivo e explanatório (MARTINS, 2002). Assim sendo, o presente capítulo tem como finalidade apresentar a área de estudo e o método a ser seguido na presente pesquisa.

2.1 Caracterização do método de estudo

O estudo exigiu uma análise dos fenômenos e processos de um programa complexo como o PRONAF. O Programa Mais Alimentos, além de inovador e dinâmico, exige um exame sob múltiplas perspectivas e dimensões. Envolve muitas variáveis, como a caracterização dos agricultores familiares, dos investimentos realizados, dos mediadores, entre eles os agentes de extensão rural, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e instituições financeiras. No entanto, é quando olhamos o todo que podemos captar a estrutura e a dinâmica do conjunto, dando um sentido mais importante do que a análise entre variáveis isoladas.

Holanda (2006) argumenta que o rigor metodológico está na escolha coerente dos procedimentos de levantamento de dados, visando identificar os resultados, efeitos do Programa, e verificar quanto a sua relevância e sustentabilidade em confronto com os objetivos estabelecidos anteriormente. Assim, o trabalho se propõe a obter informações úteis e verazes sobre o Programa Mais Alimentos, identificando problemas, limitações e potencialidades; para isso, aliou-se procedimentos quantitativos e qualitativos, na perspectiva de uma pesquisa exploratória.

De acordo com Gil (2006), a pesquisa exploratória possui como objetivo familiarizar-se com assunto pouco conhecido, pouco explorado. Possui ainda a finalidade básica de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias para a formulação de abordagens posteriores. Dessa forma, este tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores (GIL, 2006).

Além de Gil (2006), Piovesan *et al.* (1995) também destacam que a pesquisa exploratória é utilizada para realizar um estudo preliminar do principal objetivo da pesquisa

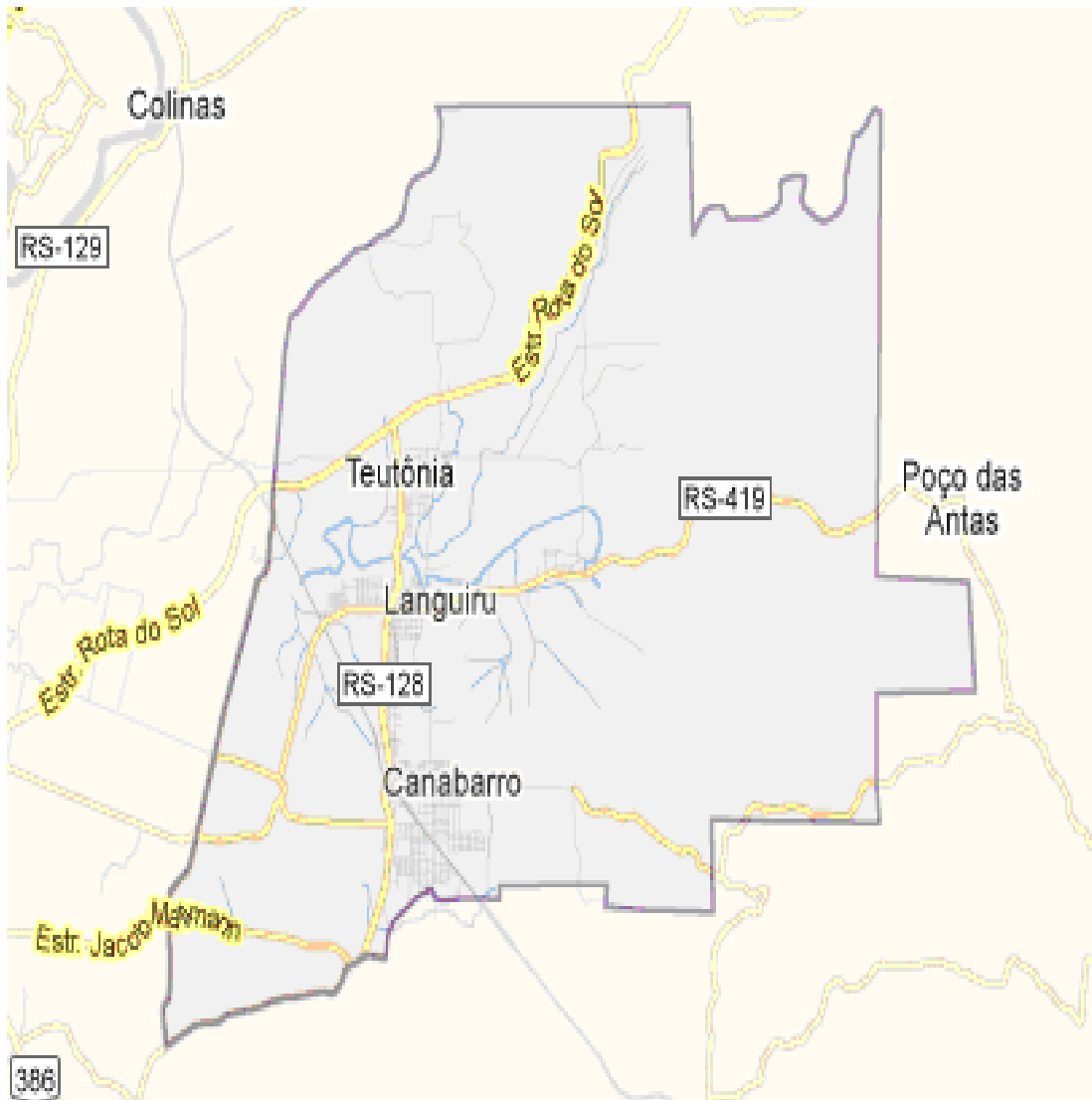
que será realizada, ou seja, familiarizar-se com o fenômeno que está sendo investigado, de modo que a pesquisa subsequente possa ser concebida com uma maior compreensão e precisão. Seus resultados podem fornecer dados quantitativos e/ou qualitativos, descrevendo, assim, as potenciais dificuldades, as sensibilidades e as principais resistências encontradas na pesquisa.

2.2 A área de estudo

Para a delimitação da área a ser pesquisada utilizou-se como critério o montante total de financiamentos do PRONAF Mais Alimentos dos três primeiros anos de funcionamento do Programa, ou seja, de 2008 até 2011 (dados fornecidos pela SAF/MDA). O município selecionado está entre os maiores tomadores desta linha de crédito no Rio Grande do Sul, ocupando a nona posição no ranking dos municípios gaúchos. Além disso, levou-se em consideração a importância sócio-econômica do setor familiar no município, composta por aproximadamente 1300 famílias de agricultores familiares. Além do montante total dos financiamentos, foram observadas variáveis como: total de contratos por município, média dos contratos por município, relações entre os montantes de financiamento e o número e área dos estabelecimentos agropecuários dos municípios gaúchos, conforme dados da SAF/MDA e IBGE. Fruto das análises, chegou-se ao município de Teutônia, por ser considerado representativo em relação aos critérios analisados, além de também ser levado em conta, mesmo que de forma secundária, o fato da pesquisadora conhecer e residir no município, o que evidentemente facilitou os trabalhos de campo.

Teutônia é um dos 497 municípios gaúchos, localiza-se no interior do Estado do Rio Grande do Sul, na região do Vale do Taquari. Emancipou-se do município de Estrela em 1981, com instalação da primeira administração em 1983. Possui área de 179,2 Km², com altitude média de 83 metros. Seu território é banhado pelo Arroio Boa Vista, que deságua no Rio Taquari. Ao norte faz divisa com os municípios de Imigrante e Westfália; a oeste com Estrela e Colinas; ao sul com Fazenda Vilanova e Paverama; e a leste com Poço das Antas, Barão, Boa Vista do Sul e Marata. Sua localização no estado do Rio Grande do Sul é considerada privilegiada por sua proximidade da capital (distante 100 km de Porto Alegre) e a outras grandes cidades, como Caxias do Sul. As rodovias de acesso são a RS 453 (Rota do Sol) e a BR 386 (TEUTÔNIA, 2012). Para uma melhor visualização da área de estudo, observa-se a Figura 2.

Figura 2 – Mapa de localização do município de Teutônia.



Fonte: Rota Vales e Montanhas (ALMEIDA, 2003).

O número de habitantes de Teutônia é de 27.265 habitantes, sendo 23.317 na zona urbana e 3.948 na zona rural (IBGE, 2010). Esse município foi desbravado por imigrantes alemães entre 1858 e 1880. Atualmente, o município abriga imigrantes de várias origens, contudo, ainda prevalecem características, usos e costumes do povo germânico (HESSEL, 1987).

Em relação ao índice de retorno do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Teutônia situa-se na terceira posição na região do Vale do Taquari. Salienta-se, ainda, sua décima sétima posição no Brasil em relação à taxa de alfabetização. Tem como base a indústria (principalmente a agroindústria: laticínios, compotas, embutidos, panificadoras) e a agropecuária. No setor agrícola, predomina a pequena propriedade

diversificada, com média de 8,8 hectares de terra, tendo como destaque o cultivo de milho, a produção de leite, a suinocultura e a avicultura (TEUTÔNIA, 2012).

2.3 Procedimentos metodológicos

Para a execução dos objetivos da pesquisa, o presente estudo foi realizado por meio de uma pesquisa exploratória, cujo objetivo primordial foi obter uma visão geral do Programa Mais Alimentos.

Em um primeiro momento, o presente trabalho faz uma investigação quanto a materiais e informações originárias de outros estudos, livros, revistas, internet, dentre outros. Foram pesquisados dados e informações que pudessem dimensionar a problemática em estudo, bem como trazer uma definição clara dos conceitos chaves dos temas abordados. Sendo assim, os conceitos básicos e a revisão bibliográfica desse estudo contemplam, prioritariamente, a agricultura familiar, a racionalidade dos agricultores familiares, as políticas públicas, o crédito rural, o PRONAF e, mais especificamente, o PRONAF Mais Alimentos.

A segunda etapa consistiu na coleta de dados junto aos agricultores familiares de Teutônia. O levantamento de dados (ou *survey*) usado nesta pesquisa refere-se à interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer, sendo que as análises foram realizadas por métodos quantitativos (distribuição de frequências e construção de tabelas) e qualitativos (análise interpretativa das falas).

A pesquisa qualitativa tem caráter exploratório, isto é, estimula os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito, ou seja, é uma pesquisa onde o pesquisador desenvolve conceitos, idéias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados pesquisados. Já a pesquisa quantitativa é muito usada com o propósito de medir a relação entre as variáveis e obter dados numéricos sobre tal fenômeno, tendo como principal instrumento para coleta de dados o questionário (ROESCH, 2007).

Os levantamentos geralmente envolvem um universo de elementos tão grande que se torna inviável considerá-los em sua totalidade, em função de uma limitação de tempo e recursos. Assim, segundo Gil (2006), é mais freqüente se trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma parte dos elementos que compõem o universo do estudo. O propósito da amostragem, para Roesch (2007), é construir um subconjunto da população que seja representativo nas principais áreas de interesse da pesquisa.

Os tipos de amostragem podem ser classificados como não-probabilísticas e probabilísticas. Na amostragem probabilística, a amostra deve ser extraída de forma que cada

membro da população tenha a mesma chance estatística de ser incluído na amostra. Já a amostragem não-probabilística é a prática de amostragem que não utiliza a seleção aleatória e confia na avaliação pessoal do pesquisador (GIL, 2006). Esta amostragem é utilizada quando é preciso ter casos que possam ser representativos da população estudada, sendo as entrevistas aplicadas naquelas pessoas que forneçam informação sobre os indicadores que interessam ao pesquisador (SORIANO, 2004).

A amostra dos mediadores técnicos e políticos foi selecionada intencionalmente, a partir da amostragem não-probabilística. Os mediadores técnicos e políticos são atores importantes na operacionalização das políticas públicas no meio rural, especialmente para a efetivação do PRONAF, no tocante à elaboração, execução e avaliação dos projetos produtivos, visando traduzir os anseios e desejos dos agricultores familiares que possam indicar sustentabilidade econômica para atender as necessidades básicas das famílias e gerar oportunidades de inserção socioeconômicas às mesmas. Os mediadores, para este estudo, foram representados pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teutônia, pelo responsável chefe do escritório da EMATER no município, bem como por funcionários dos agentes financeiros (Sicredi e Banco do Brasil), que tem uma relação direta no circuito das operações do PRONAF. Para efeito desta pesquisa, optou-se por denominar mediadores técnicos e políticos separadamente, com o objetivo de tornar mais precisas as funções de cada um deles, quais sejam: a influência exercida na alocação dos recursos do crédito rural expressos nos projetos que canalizam os recursos oriundos do PRONAF. Os mediadores técnicos são representados, especialmente, pela EMATER e pelos agentes financeiros, cuja função está relacionada com a elaboração e análise dos projetos técnicos produtivos na aplicação dos recursos do PRONAF; devem apoiar os agricultores com o suporte técnico na execução e desenvolvimento dos projetos financiados. Os mediadores políticos são representados pelas lideranças e dirigentes sindicais que agem nos processos de organização dos agricultores, na veiculação das informações gerais do Programa e fazem a mediação prioritária entre os agricultores e as esferas públicas no encaminhamento das demandas de políticas públicas para o segmento.

Já a amostra dos agricultores familiares foi selecionada a partir de uma amostragem probabilística. Considerou-se, neste trabalho, o número de contratos do PRONAF Mais Alimentos do município de Teutônia, no período de julho de 2008 até março de 2011, como a nossa população total (218 contratos). Portanto, para determinação de uma amostra fidedigna da realidade e estatisticamente aceita, a mesma foi calculada a partir de um nível de confiança de 95%, margem de erro de 10% e um $p = 0,5$, obtendo-se, dessa forma, como uma amostra

mínima representativa da população o número de 51 contratos, ou seja, foram entrevistados 51 agricultores rurais que acessaram o crédito do PRONAF Mais Alimentos neste período.

Para a seleção da amostra foi utilizado o método da amostragem aleatória simples, o mais utilizado em caso de amostragem probabilística. Dá exatidão e eficácia à amostragem, e todos os elementos da população têm a mesma probabilidade de pertencerem à amostra. A maneira utilizada foi a amostragem por sorteio.

2.4 Instrumentos de coleta e análise dos dados

A coleta de dados contou com a aplicação de questionários junto aos agricultores familiares e entrevistas com os mediadores técnicos e políticos. De acordo com Gil (2006), os questionários podem ser definidos como uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc. Para armazenar as informações coletadas nas entrevistas utilizou-se um gravador, que posteriormente possibilitou que os dados fossem transcritos e analisados.

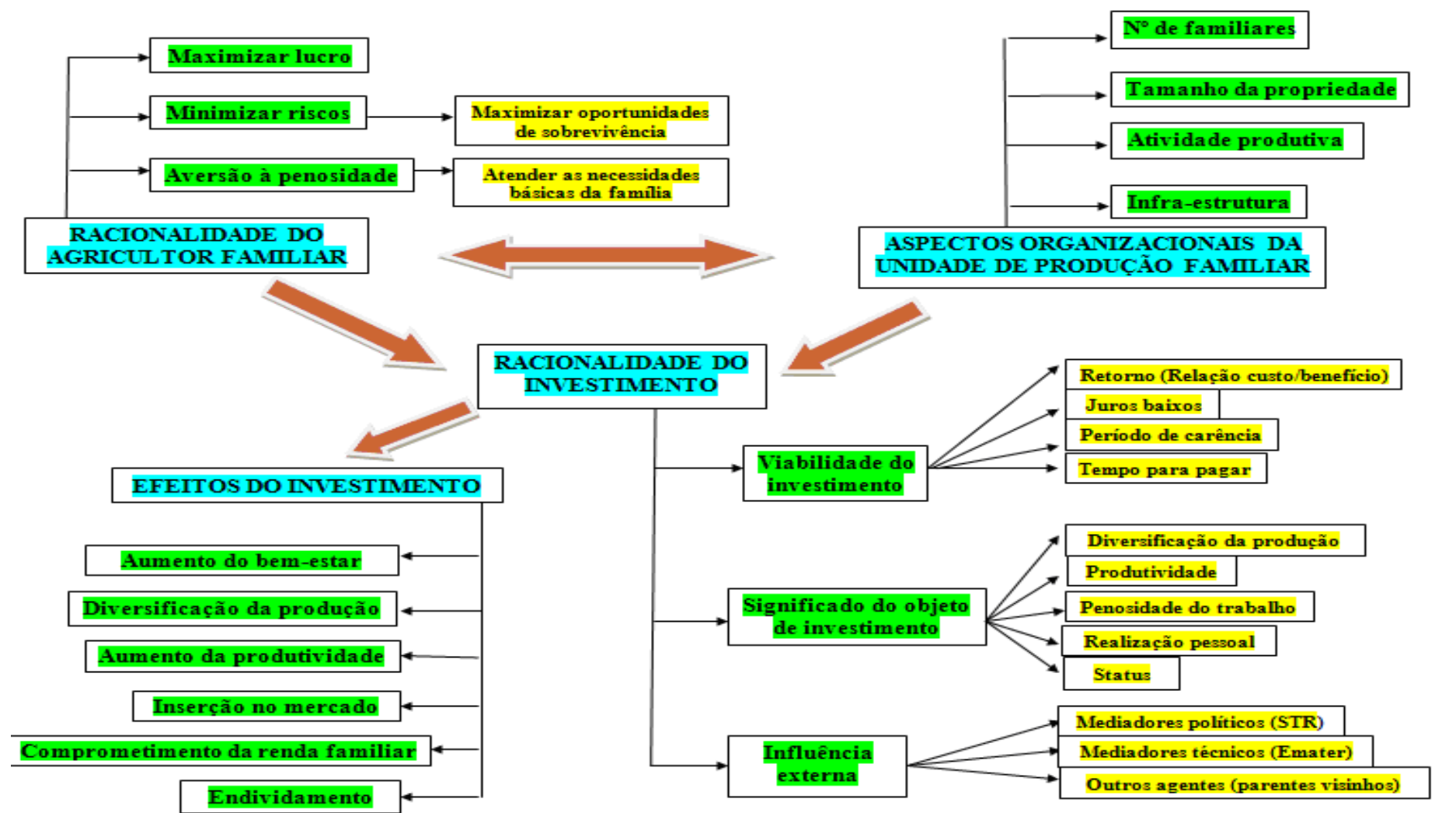
No caso específico deste estudo, a aplicação foi realizada pessoalmente pela autora do trabalho, sendo que faz parte de uma observação direta e extensiva. O questionário é formado por 42 questões abertas e fechadas relacionadas aos aspectos organizacionais da unidade de produção familiar, racionalidade do agricultor familiar, racionalidade do investimento e efeitos do investimento, como pode ser observado no Anexo B. A pesquisa foi realizada em novembro e dezembro de 2011, e consiste em 51 entrevistas, distribuídas pelas famílias que acessaram o PRONAF Mais Alimentos, de forma aleatória, como supracitado. As perguntas aplicadas aos agentes financeiros, técnico da EMATER e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em forma de entrevistas, também podem ser vistos nos Anexos C, D e E respectivamente.

Quanto à análise e interpretação, inicialmente foi realizada uma análise primária dos dados, a qual constitui em uma análise univariada dos mesmos, pois refere-se à apreciação de cada característica ou variável. Em seguida realizou-se uma análise quantitativa com base na distribuição de frequências e construção de tabelas, com o intuito de obter uma análise mais aprofundada dos componentes de estudo. Além da análise quantitativa, realizou-se uma análise interpretativa das falas dos agricultores familiares e também dos mediadores, com o objetivo de obter entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados pesquisados.

2.5 Modelo de análise da pesquisa

Ao estudar o Programa de Crédito Rural PRONAF Mais Alimentos e a racionalidade dos agricultores familiares ao acessar tal crédito, observa-se uma gama de possibilidades de análises. Para tanto, apresenta-se um modelo de análise para a pesquisa, expresso pela Figura 3, o qual apresenta um esboço do referencial teórico estudado e os objetivos da pesquisa, com intuito de mostrar um panorama para posterior relação entre as variáveis organizacionais da unidade de produção familiar, racionalidade do agricultor familiar e do investimento e os possíveis efeitos do investimento, a serem abordados nos resultados do estudo.

Figura 3 – Modelo de análise para a pesquisa



3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos através da pesquisa. Em um primeiro momento, são expostos os resultados quantitativos obtidos através do cruzamento de frequências, realizado a partir das informações extraídas dos questionários aplicados aos agricultores familiares. Em um segundo momento, tenta-se, de forma mais descritiva, analisar a atuação dos mediadores técnicos e políticos na elaboração de projetos, através dos quais se dá a alocação dos recursos do PRONAF Mais Alimentos.

3.1 Descrição da Amostra

A partir da amostra pesquisada observa-se que foram entrevistados 76,47% (39) do sexo masculino e 23,53% (12) do sexo feminino, sendo todos agricultores. No entanto, apesar de todos serem agricultores, há entre eles alguns que são também aposentados e outros que desenvolvem outras atividades, conforme mostrado no Quadro 2.

Ocupações	Nº de entrevistados	%
Somente agricultor	32	62,75
Agricultor e aposentado	11	21,57
Agricultor e pluriativo ⁴	8	15,68
Total	51	100

Quadro 2 – Ocupações dos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo.

A principal fonte de renda é agrícola para 90,20% (46) dos entrevistados e não-agrícola para os outros 9,80% (5), esta advinda da aposentadoria ou pluriatividade. Outra observação importante é quanto ao tempo de dedicação à propriedade, o qual, em 82,35% (42) dos entrevistados é integral, em 13,73% (7) é metade do tempo e para 3,92% (2) é eventual.

Quanto ao núcleo familiar das propriedades analisadas, observa-se que os moradores ou dependentes da propriedade variam de 2 a 6 pessoas, como podemos ver no quadro 3.

⁴ Segundo Schneider (2003), a pluriatividade está ligada à emergência de situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a dedicar-se ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura e ao cultivo da terra e também cada vez menos executada dentro da unidade de produção. Assim, trata-se de um fenômeno o qual membros das famílias optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural.

Nº de moradores da propriedade	Nº de entrevistados	%
2	7	13,73
3	9	17,65
4	17	33,33
5	13	25,49
6	5	9,80
Total	51	100

Quadro 3 – Número de moradores por propriedade

Fonte: Pesquisa de campo.

As propriedades que possuem somente 2 moradores (13,73%) são compostos por casais com idade superior a 60 anos e aposentados, que irão deixar sua propriedade como herança para seus filhos, que atualmente não moram com eles e são empregados assalariados fora do campo. Pode-se também observar que 100% dos entrevistados são filhos de agricultores, fato que mostra a forte ligação que possuem com o meio rural.

a) Dados demográficos dos entrevistados

Dentre os dados demográficos pode-se observar que a faixa etária predominante dos entrevistados está entre 41 e 50 anos (35,29%), seguida dos 51 aos 60 anos (25,49%), como pode ser visualizado no Quadro 4, o que mostra que os entrevistados estão em uma faixa etária mais “madura”, por apresentarem-se em maior número acima dos 41 anos, totalizando 78,43% dos entrevistados.

Idade	Nº de entrevistados	%
Menos de 30	7	13,73
31 - 40	4	7,84
41 - 50	18	35,29
51 - 60	13	25,49
Mais de 60	9	17,65
Total	51	100

Quadro 4 – Faixa etária dos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo.

Os jovens com menos de 30 anos (13,73%) que buscaram o financiamento PRONAF Mais Alimentos, apenas estão continuando o trabalho de seus pais ou sogros, pois residem na

mesma propriedade. Raramente conseguem começar sozinhos, sem alguma herança advinda dos familiares mais velhos, pois dificilmente terão condições de adquirir extensões de terras para iniciarem suas atividades rurais.

O número de agricultores (21) que buscaram o financiamento com idade superior a 50 anos (43,13%) também é expressivo, o que pode nos indicar que para acessar o crédito, os agricultores devem estar bem organizados e estabelecidos para poder cumprir com as exigências do financiamento.

Em relação à origem étnica dos entrevistados, constatou-se que 100% são alemães, o que condiz com a maioria dos moradores da cidade de Teutônia, sendo este um município de colonização alemã.

b) Dados da organização econômica dos entrevistados

A área que os agricultores possuem para o trabalho e produção de seus produtos consta no Quadro 5, no qual é possível observar que o maior número de agricultores, 88,24% possui até 30 hectares.

Tamanho das propriedades em hectares	Nº de entrevistados	%
0 - 10	13	25,50
10 - 20	16	31,37
20 - 30	16	31,37
30 - 40	4	7,84
Mais de 40	2	3,92
Total	51	100

Quadro 5 – Tamanho das propriedades dos entrevistados em hectares

Fonte: Pesquisa de campo

Em relação às condições legais da propriedade (terra), 11,76% têm parte de sua área arrendada de terceiros e o restante, 88,24%, possuem e utilizam somente terras próprias.

Quanto à finalidade da atividade predominante nas propriedades, 100% são de atividade comercial. Mas ressalta-se que, apesar de todas as propriedades pesquisadas possuírem a atividade predominante como comercial, também existe a produção para subsistência em todas elas.

Dentre as atividades comerciais, pode-se constatar que a principal atividade é o gado leiteiro com 64,71% (33 dos entrevistados), a avicultura fica em segundo lugar com 23,53% (12), e a suinocultura em terceiro com 11,76% (6), seguidos de milho e soja.

No Quadro 6 é possível observar a combinação entre as duas principais atividades produtivas presentes nas propriedades pesquisadas. Destaca-se também que, apesar da cultura do milho não aparecer como atividade predominante nas propriedades, ele é cultivado em 94,12% (48) das famílias entrevistadas, geralmente utilizado como alimento para os animais (gado leiteiro e de corte) em forma de silagem, além da comercialização em grão.

Principal atividade	Segunda principal atividade	Nº de entrevistados	%
Leite	Suinocultura	13	25,49
Leite	Milho	10	19,61
Leite	Avicultura	7	13,73
Leite	Gado de corte	3	5,88
Avicultura	Leite	3	5,88
Avicultura	Milho	2	3,92
Avicultura	Suinocultura	3	5,88
Avicultura	Gado de corte	2	3,92
Avicultura	-	2	3,92
Suinocultura	Leite	3	5,88
Suinocultura	Avicultura	1	1,96
Suinocultura	Milho	1	1,96
Suinocultura	Gado de corte	1	1,96
Total		51	100

Quadro 6 – Combinação entre as duas principais atividades produtivas

Fonte: Pesquisa de campo.

A mão-de-obra predominante para o desenvolvimento das atividades é a familiar em 88,24% (45) dos entrevistados. A mão-de-obra que engloba a família e assalariados está presente em apenas 11,76% (6) dos entrevistados, e entre esses, ainda vale a pena salientar que em alguns casos, a mão-de-obra assalariada é eventual, ou seja, utilizada somente em períodos chave para as atividades, como plantio e colheitas.

Outro fator importante a ser observado é a relação dos agricultores com o mercado. No Quadro 7 observa-se que 90,2% dos entrevistados fazem parte de alguma cooperativa, predominantemente da Cooperativa Languiru (86,27%, 44 entrevistados), 3,92% (2) são

cooperados da Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda. (Cosuel), 1,96% (1) é integrado à Seara e 1,96% era integrada à antiga Frangosul no período da pesquisa.

Relação com o mercado	Nº de entrevistados	%
Cooperativado	46	90,20
Produtor individual	3	5,88
Integração com agroindústria	2	3,92
Total	51	100

Quadro 7 – Relação dos entrevistados com o Mercado

Fonte: Pesquisa de campo.

Um fator que também merece ser explanado é a infraestrutura existente nas unidades de produção familiar antes do novo investimento realizado pelos produtores rurais através do PRONAF Mais Alimentos. A grande maioria dos entrevistados, 90,2% (46) moram em casas de alvenaria e apenas 9,8% (5) moram em casas de madeira. Do total da amostra entrevistada, 82,35% (42) praticam a atividade de gado leiteiro, e entre esses produtores, 47,62% (20) já possuíam sala de ordenha antes da implementação do Programa Mais Alimentos. Além disso, 76,47% (39) também já possuíam pelo menos um trator e alguns implementos (arado, pé-de-pato, espalhador de esterco, carretão, lâmina, plaina, concha, pulverizador, subsolador, plantadeira, entre outros) em sua propriedade.

Quanto à renda bruta anual das propriedades entrevistadas, aspecto que apresenta-se como importante em termos de análise econômica, é possível observar no Quadro 8 que 27,45% das propriedades tem renda anual entre R\$100.000,00 e R\$200.000,00. A maioria dos entrevistados (76,47%) possui renda anual bruta de até R\$200.000,00, e são poucos os que possuem renda acima de R\$400.000,00 (5,88%).

Renda bruta anual das propriedades em R\$	Nº de entrevistados	%
10.000 - 50.000	13	25,49
50.000 - 100.000	12	23,53
100.000 - 200.000	14	27,45
200.000 - 300.000	5	9,8
300.000 - 400.000	4	7,84
400.000 - 500.000	3	5,88
Total	51	100

Quadro 8 – Renda bruta anual das propriedades entrevistadas

Fonte: Pesquisa de campo.

c) Dados do investimento e da racionalidade dos agricultores familiares

Para caracterizar os investimentos feitos pelos agricultores através do PRONAF Mais Alimentos, inicialmente identifica-se quais foram os objetos adquiridos por estes, conforme pode ser visualizado no Quadro 9. Os investimentos foram feitos em áreas diversas como, mecanização agrícola (através de compra de tratores, implementos, equipamentos), construção e ampliação de chiqueiros e aviários, entre outros. Destaca-se, principalmente, a aquisição de tratores e implementos, representando 50,98% da amostra (26).

Objetos de investimento	Nº de entrevistados	%
Trator	13	25,49
Trator e implementos	10	19,61
Construção de chiqueiro	6	11,76
Construção de aviário	4	7,84
Sala de ordenha e implementos	4	7,84
Implementos	3	5,88
Equipamentos para aviário	3	5,88
Ampliação de chiqueiro	2	3,92
Galpão e implementos	2	3,92
Sala de ordenha	1	1,96
Resfriador de leite	1	1,96
Caldeira	1	1,96
Fábrica de ração	1	1,96
Total	51	100

Quadro 9 – Bens adquiridos pelo PRONAF Mais Alimentos

Fonte: Pesquisa de campo.

Ainda vale ressaltar que entre os entrevistados, 45,10% (23) adquiriram tratores novos pelo Mais Alimentos, e destes, 21,74% (5) trocaram o seu trator antigo por um novo, 21,74% (5) tiveram a oportunidade de comprar seu primeiro trator e o restante, 56,52% (13), aproveitaram o programa para comprar mais um trator, sem a necessidade de se desfazerem dos que já tinham.

Em relação ao valor total do bem adquirido pelos produtores rurais, verifica-se que 49,02% (25) dos objetos de investimento custaram entre R\$50.000,00 e R\$90.000,00, conforme Quadro 10. Também observa-se que 15,68% (8) dos objetos de investimento

ultrapassaram o limite máximo de crédito disponível para os agricultores familiares pelo PRONAF Mais Alimentos, que é de R\$130.000,00.

Valor total do bem (R\$)	Nº de entrevistados	%
0 - 30.000	2	3,92
30.000 - 50.000	6	11,76
50.000 - 70.000	10	19,61
70.000 - 90.000	15	29,41
90.000 - 110.000	6	11,76
110.000 - 130.000	4	7,84
130.000 - 150.000	6	11,76
Acima de 150.000	2	3,92
Total	51	100

Quadro 10 – Valor total do objeto de investimento

Fonte: Pesquisa de campo.

Outro fator importante a ser analisado é o valor financiado por parte dos produtores rurais para a aquisição dos objetos de investimento, sendo que 50,98% (26) dos entrevistados financiaram quantias entre R\$50.000,00 e R\$90.000,00, como pode ser observado no Quadro 11.

Valor financiado (R\$)	Nº de entrevistados	%
0 - 30.000	6	11,76
30.000 - 50.000	4	7,84
50.000 - 70.000	12	23,53
70.000 - 90.000	14	27,45
90.000 - 110.000	7	13,73
110.000 - 130.000	8	15,69
Total	51	100

Quadro 11 – Valor financiado para compra dos objetos de investimento

Fonte: Pesquisa de campo.

Vale destacar que 11,76% (6) dos entrevistados pegaram o valor máximo a sua disposição, ou seja, R\$130.000,00. Ressalta-se, que alguns completaram o valor total do bem adquirido com reservas próprias, mas 68,63% (35) financiaram a totalidade da compra.

Outro fator que deve ser considerado como um aspecto importante para o investimento é o período de carência, conforme exposto no Quadro 12. Verifica-se que a amostra esta bem

equilibrada em relação ao período de carência utilizado, mas ainda predomina a carência de 2 anos (29,41%).

Período de carência	Nº de entrevistados	%
Sem carência	14	27,45
1 ano	11	21,57
2 anos	15	29,41
3 anos	11	21,57
Total	51	100

Quadro 12 – Período de carência utilizado pelos entrevistados para começar a pagar o financiamento

Fonte: Pesquisa de campo.

Em relação à racionalidade do agricultor familiar ao acessar o crédito e realizar a compra, constatou-se que 52,94% dos entrevistados agem com o objetivo de maximizar os lucros da unidade de produção familiar, seguidos da redução da penosidade (41,18%), ou seja, estes últimos agiram com intuito de facilitar o seu trabalho e assim garantir, com mais facilidade, as necessidades básicas da família, conforme Quadro 13.

Racionalidade do agricultor familiar	Nº de entrevistados	%
Maximizar lucro	27	52,94
Reduzir a penosidade	21	41,18
Minimizar riscos	3	5,88
Total	51	100

Quadro 13 – Racionalidade do agricultor familiar na hora de acessar o PRONAF Mais Alimentos

Fonte: Pesquisa de campo.

Em relação aos determinantes do financiamento na busca de um investimento viável, o fator mais considerado na decisão de investir nesse caso foi o juro baixo de 2% ao ano, justificando o investimento para 66,67% (34) dos entrevistados, seguido do objetivo do retorno, ou seja, da relação custo/benefício (17,65%), conforme Quadro 14.

Determinante do investimento	Nº de entrevistados	%
Juros baixos	34	66,67
Retorno (Relação custo/benefício)	9	17,65
Prazo de pagamento	8	15,69
Período de carência	-	-
Total	51	100

Quadro 14 – Fator determinante do financiamento em busca de um investimento viável

Fonte: Pesquisa de campo.

Além da busca pela viabilidade do investimento, outro motivo levado em consideração na hora do investimento foi o significado do próprio objeto de investimento, como pode ser observado no Quadro 15. Constatou-se que para 41,18% (21) dos entrevistados, o principal objetivo ao realizarem a compra foi a diminuição da penosidade do trabalho, seguido de 29,41% (15) que tinham como objetivo o aumento da produtividade agrícola, sendo que este também é o principal objetivo do próprio Programa Mais Alimentos.

Significado do objeto de investimento	Nº de entrevistados	%
Diminuição da penosidade do trabalho	21	41,18
Aumento da produtividade	15	29,41
Aumento da produção	9	17,65
Diversificação da produção	3	5,88
Realização pessoal	3	5,88
Total	51	100

Quadro 15 – Motivo que mais pesou no investimento em relação ao significado do objeto de investimento

Fonte: Pesquisa de campo.

Ao analisar quem foram os informantes dos agricultores em relação ao Programa Mais Alimentos, constata-se que em 27,45% (14) dos casos, os agricultores tomaram conhecimento sobre o Programa pela mídia, seguido do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (23,53%) e dos bancos (17,65%), conforme Quadro 16. Pode-se observar que os próprios vendedores de tratores e implementos também se encarregaram de divulgar o Programa em 15,69% (8) dos casos da amostra.

Quem informou os agricultores sobre o Programa Mais Alimentos	Nº de entrevistados	%
Meios de comunicação	14	27,45
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	12	23,53
Bancos	9	17,65
Vendedores de tratores e implementos	8	15,69
Vizinhos	4	7,84
Família	3	5,88
Emater	1	1,96
Total	51	100

Quadro 16 – Divulgadores do PRONAF Mais Alimentos

Fonte: Pesquisa de campo.

Além de divulgarem o Programa, algumas das entidades citadas acima também influenciaram o investimento realizado pelos agricultores, como exposto no Quadro 17. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, apesar de ter sido um divulgador importante, não teve muita influência na decisão de investir, apenas em um caso, mas observa-se a significativa influência dos vendedores de tratores e implementos (23,53%) e de outros agentes variados, como parentes, vizinhos, conhecidos (66,67%).

Influência externa	Nº de entrevistados	%
Outros agentes (parentes, vizinhos...)	34	66,67
Vendedores	12	23,53
Cooperativa	3	5,88
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	1	1,96
Técnicos da EMATER	1	1,96
Total	51	100

Quadro 17 – Influência externa na decisão de investir

Fonte: Pesquisa de campo.

d) Efeitos dos investimentos e sugestões dos agricultores

Dentre os vários elementos analisados em relação ao investimento realizado pelos agricultores a partir do crédito disponibilizado através do PRONAF Mais Alimentos, chama a atenção os resultados já percebidos pelos agricultores. Destaca-se, portanto, os principais efeitos que o investimento trouxe para as próprias famílias, como pode ser observado no

Quadro 18. Durante as entrevistas os agricultores foram questionados em relação aos efeitos do investimento, quanto ao aumento ou redução do bem-estar familiar após o investimento, e 100% dos entrevistados responderam que houve aumento do bem-estar familiar, se manifestando através da diminuição da penosidade do trabalho para 64,71% dos entrevistados e melhoria da renda familiar para os demais 35,29% dos entrevistados.

Efeito do investimento para a família	Nº de entrevistados	%
Melhoria na renda	18	35,29
Diminuição da penosidade do trabalho	33	64,71
Total	51	100

Quadro 18 – Principal efeito do investimento para a família

Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto aos efeitos do investimento, pode-se visualizar no Quadro 19, que além de proporcionar bem-estar familiar, o investimento trouxe também alguns resultados para os sistemas produtivos, principalmente aumento da produtividade do trabalho (70,59%) e aumento da produção (17,65%).

Efeito do investimento nos sistemas de produção	Nº de entrevistados	%
Aumento da produtividade do trabalho	36	70,59
Aumento da produção	9	17,65
Diversificação dos sistemas produtivos	4	7,84
Aumento da produtividade da terra	2	3,92
Total	51	100

Quadro 19 – Principal efeito do investimento nos sistemas de produção

Fonte: Pesquisa de campo.

Quando questionados sobre o que poderia ser melhorado na linha de crédito PRONAF Mais Alimentos, a principal reclamação e sugestão dos agricultores entrevistados foi diminuir as dificuldades e garantias exigidas para acessar o crédito (31,37%), conforme Quadro 20. Além disso, 15,69% (8) dos entrevistados sugeriram aumentar o prazo de pagamento, 13,73% (7) sugeriram aumentar o limite máximo de crédito disponibilizado pelo Programa, e 13,73% (7) propuseram que este mesmo Programa contemplasse o financiamento de terras.

Sugestão dos agricultores	Nº de entrevistados	%
Diminuir dificuldades/garantias para acessar o crédito	16	31,37
Aumentar o prazo de pagamento	8	15,69
Financiar terra pelo Mais Alimentos	7	13,73
Aumentar o limite de crédito	7	13,73
Diminuir juros	4	7,84
Garantia em caso de imprevistos	2	3,92
Garantir preços mínimos	2	3,92
Não melhorariam nada	5	9,80
Total	51	100

Quadro 20 – Opinião dos agricultores em relação ao que poderia ser melhorado no PRONAF Mais Alimentos

Fonte: Pesquisa de campo.

3.2 Análise das relações entre os aspectos do investidor e do investimento

Neste item são apresentadas as relações entre as variáveis de interesse para a pesquisa, as quais foram obtidas por meio de cruzamentos de frequências a partir dos dados entre os aspectos organizacionais da unidade de produção familiar, organização econômica dos entrevistados, racionalidade dos agricultores familiares, condições do financiamento e do investimento, além do cruzamento entre os dados dos objetos de investimento e os efeitos do investimento para a família e para os sistemas de produção agropecuários, que são descritos e analisados a seguir.

3.2.1 Racionalidade decisória dos agricultores familiares em relação ao financiamento

Neste item são apresentadas as relações entre a racionalidade do agricultor familiar, o fator determinante do financiamento na busca de um investimento viável, o significado do objeto de investimento e os dados demográficos e econômicos dos entrevistados, além dos dados do investimento.

a) Racionalidade dos agricultores familiares

Analizando a racionalidade dos agricultores familiares no Quadro 21 observa-se que, 52,94% dos entrevistados têm como objetivo a maximização dos lucros e 41,18% dos entrevistados são avessos à penosidade.

Considerando a relação entre a faixa etária dos entrevistados e a racionalidade dos mesmos, verifica-se que 71,43% dos entrevistados que possuem menos de 30 anos e 100% dos entrevistados entre 31 e 40 anos tem como objetivo principal a maximização dos lucros, enquanto que 77,78% dos que possuem mais de 60 anos desejam reduzir a penosidade do trabalho. Verifica-se, portanto, que entre os agricultores mais jovens a racionalidade predominante é a maximização dos lucros, enquanto que para os mais velhos é a aversão à penosidade, pois estes pensam mais em facilitar a satisfação das necessidades básicas da família.

Idade (anos)	Racionalidade do agricultor familiar						Total	Total da Amostra	
	Maximizar lucro		Minimizar risco		Reduzir a penosidade				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%	Nº	%
Menos de 30	5	71,43	-	-	2	28,57	100	7	13,73
31 - 40	4	100	-	-	-	-	100	4	7,84
41 - 50	9	50,00	1	5,56	8	44,44	100	18	35,29
51 - 60	7	53,85	2	15,38	4	30,77	100	13	25,49
Mais de 60	2	22,22	-	-	7	77,78	100	9	17,65
Total	27	52,94	3	5,88	21	41,18	100	51	100

Quadro 21 – Relação entre a racionalidade do agricultor familiar e a idade do agricultor familiar

Fonte: Pesquisa de campo.

Da observação dos dados do Quadro 22, do tamanho da propriedade em relação à racionalidade do agricultor familiar, nota-se que a maioria dos agricultores que possuem até 10 hectares tomaram as suas decisões com a finalidade de maximizar lucros (69,23%), seguidos da aversão à penosidade (30,77%). Entre os que possuem de 30 a 40 hectares, 75% realizaram seus investimentos com base na aversão à penosidade, assim como 100% dos que possuem extensões acima de 40 hectares. Dessa forma, pode-se dizer que os que possuem extensões de terras menores, agem com o objetivo de maximizar o lucro familiar, sugerindo-se assim, que estes sejam também os agricultores mais jovens e, portanto, precisam usar bem a pequena área da qual dispõem para sustentar-se; enquanto os que possuem extensões de

terras maiores, principalmente acima de 30 hectares, agem com aversão à penosidade, ou seja, procuram facilitar o trabalho e assim atender as necessidades da família.

Tamanho da propriedade (hectares)	Racionalidade do agricultor familiar						Total	Total da Amostra	
	Maximizar lucro		Minimizar risco		Reduzir a penosidade				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%	Nº	%
0 - 10	9	69,23	-	-	4	30,77	100	13	25,50
10 - 20	7	43,75	2	12,50	7	43,75	100	16	31,37
20 - 30	10	62,50	1	6,25	5	31,25	100	16	31,37
30 - 40	1	25,00	-	-	3	75,00	100	4	7,84
Mais de 40	-	-	-	-	2	100	100	2	3,92
Total	27	52,94	3	5,88	21	41,18	100	51	100

Quadro 22 – Relação entre a racionalidade do agricultor familiar e o tamanho da propriedade

Fonte: Pesquisa de campo.

Observa-se na relação do Quadro 23 que, quanto menor a renda anual bruta, maior a tendência dos agricultores buscarem a maximização dos lucros; e quanto maior a renda anual auferida pelos entrevistados, maior é a sua preocupação com a redução da penosidade do trabalho.

Renda anual bruta (em mil reais)	Racionalidade do agricultor familiar						Total	Total da Amostra	
	Maximizar lucro		Minimizar risco		Reduzir a penosidade				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%		%	Nº
10 - 50	7	53,85	1	7,69	5	38,46	100	13	25,49
50 - 100	9	75,00	-	-	3	25,00	100	12	23,53
100 - 200	8	57,14	1	7,14	5	35,71	100	14	27,25
200 - 300	-	-	1	20,00	4	80,00	100	5	9,80
300 - 400	2	50,00	-	-	2	50,00	100	4	7,84
400 - 500	1	33,33	-	-	2	66,67	100	3	5,88
Total	27	52,94	3	5,88	21	41,18	100	51	100

Quadro 23 – Relação entre a racionalidade do agricultor familiar e a renda anual bruta

Fonte: Pesquisa de campo.

No Quadro 24 observa-se que, os agricultores familiares que praticam a bovinocultura leiteira como a atividade agrícola principal, agiram, principalmente, com o objetivo de reduzir a penosidade do trabalho, enquanto que os agricultores que praticam a suinocultura e a avicultura como atividade principal, agiram, predominantemente, com o objetivo de maximizar o lucro da família (83,33% e 58,33%, respectivamente).

Atividade agrícola principal	Racionalidade do agricultor familiar						Total	Total da Amostra	
	Maximizar lucro		Minimizar risco		Reduzir a penosidade				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%	Nº	%
Gado leiteiro	15	45,45	2	6,06	16	48,48	100	33	64,71
Avicultura	7	58,33	-	-	5	41,67	100	12	23,33
Suinocultura	5	83,33	1	16,67	-	-	100	6	11,76
Total	27	52,94	3	5,88	21	41,18	100	51	100

Quadro 24 – Relação entre a racionalidade do agricultor familiar e a principal atividade agrícola desenvolvida na propriedade

Fonte: Pesquisa de campo.

Em relação ao Quadro 25 observa-se que, a racionalidade que se destaca entre os agricultores familiares que buscaram financiamentos até R\$70.000,00 é a redução da penosidade do trabalho. Entre os que financiaram valores acima de R\$70.000,00, destaca-se a busca pela maximização dos lucros.

Valor financiado para a compra do bem (em mil reais)	Racionalidade do agricultor familiar						Total	Total da Amostra	
	Maximizar lucro		Minimizar risco		Reduzir a penosidade				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%	Nº	%
0 - 30	3	50,00	-	-	3	50,00	100	6	11,76
30 - 50	1	25,00	-	-	3	75,00	100	4	7,84
50 - 70	5	41,67	1	8,33	6	50,00	100	12	23,53
70 - 90	9	64,29	-	-	5	35,71	100	14	27,45
90 - 110	3	42,86	2	28,57	2	28,57	100	7	13,73
110 - 130	6	75,00	-	-	2	25,00	100	8	15,69
Total	27	52,94	3	5,88	21	41,18	100	51	100

Quadro 25 – Relação entre a racionalidade do agricultor familiar e o valor financiado para a compra dos bens

Fonte: Pesquisa de campo.

No Quadro 26, que demonstra a relação entre a racionalidade do agricultor familiar e o valor total do investimento, pode-se observar semelhanças com o quadro anterior, pois, entre os agricultores que investiram valores menores que R\$70.000,00, destaca-se a busca pela redução da penosidade do trabalho; e entre os produtores que investiram valores mais altos, acima de R\$70.000,00, predomina a busca pela maximização dos lucros familiares.

Valor total do investimento (em mil reais)	Racionalidade do agricultor familiar						Total	Total da Amostra	
	Maximizar lucro		Minimizar risco		Reduzir a penosidade				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%		%	Nº
0 - 30	-	-	-	-	2	100	100	2	3,92
30 - 50	3	50,00	-	-	3	50,00	100	6	11,76
50 - 70	3	30,00	1	10,00	6	60,00	100	10	19,61
70 - 90	10	66,67	-	-	5	33,33	100	15	29,41
90 - 110	3	50,00	1	16,67	2	33,33	100	6	11,76
110 - 130	3	75,00	-	-	1	25,00	100	4	7,84
130 - 150	4	66,67	-	-	2	33,33	100	6	11,76
Acima de 150	1	50,00	1	50,00	-	-	100	2	3,92
Total	27	52.94	3	5.88	21	41.18	100	51	100

Quadro 26 – Relação entre a racionalidade do agricultor familiar e o valor total do investimento

Fonte: Pesquisa de campo.

Observando o Quadro 27, verifica-se a relação entre a racionalidade do agricultor familiar e o fator determinante do financiamento em busca de um investimento viável. Observa-se, portanto, que entre os que optaram pelo retorno (relação custo/benefício) como fator determinante do financiamento, o objetivo principal era a maximização dos lucros (77,78%), bem como os que decidiram realizar o financiamento por causa dos juros baixos (50%). Mas os agricultores que elegeram o prazo de pagamento como fator decisivo no financiamento, agiram, principalmente, com o objetivo de reduzir a penosidade do trabalho (62,5%).

Fator determinante do financiamento	Racionalidade do agricultor familiar						Total	Total da Amostra	
	Maximizar lucro		Minimizar risco		Reduzir a penosidade				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%		%	Nº
Retorno	7	77,78	-	-	2	22,22	100	9	17,65
Juros baixos	17	50,00	3	8,82	14	41,18	100	34	66,67
Prazo de pagamento	3	37,50	-	-	5	62,50	100	8	15,69
Total	27	52,94	3	5,88	21	41,18	100	51	100

Quadro 27 – Relação entre a racionalidade do agricultor familiar e o fator determinante do financiamento em busca do investimento viável

Fonte: Pesquisa de campo.

Das frequências apresentadas no Quadro 28, observa-se que 100% dos entrevistados que agiram com a racionalidade de reduzir a penosidade do trabalho, atribuíram o mesmo significado aos seus objetos de investimento. Os agricultores que realizaram o investimento em busca de uma realização pessoal agiram com o propósito de minimizar os riscos, enquanto que os produtores que tinham como objetivo a diversificação da produção, aumento da produção e produtividade, realizaram suas escolhas com a finalidade de maximizar os lucros de sua família.

Significado do objeto de investimento	Racionalidade do agricultor familiar						Total	Total da Amostra	
	Maximizar lucro		Minimizar risco		Reduzir a penosidade				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%		%	Nº
Diversificação da produção	3	100	-	-	-	-	100	3	5,88
Aumento da produtividade	15	100	-	-	-	-	100	15	29,41
Diminuição da penosidade do trabalho	-	-	-	-	21	100	100	21	41,18
Realização pessoal	-	-	3	100	-	-	100	3	5,88
Aumento da produção	9	100	-	-	-	-	100	9	17,65
Total	27	52,94	3	5,88	21	41,48	100	51	100

Quadro 28 – Relação entre a racionalidade do agricultor familiar e o significado do objeto de investimento

Fonte: Pesquisa de campo.

b) Fator determinante do financiamento na busca de um investimento viável

Ao analisar o Quadro 29, verifica-se que 66,67% dos entrevistados consideraram o juro baixo como o principal incentivo para investir, seguido do retorno (17,65%) e do prazo de pagamento (15,69%). Confere-se que em relação ao fator determinante do financiamento, na busca de um investimento viável, o juro baixo realmente foi o estímulo predominante em todas as faixas etárias, mas também vale ressaltar que o retorno (relação custo/benefício) foi mais considerado pelos mais novos, e o prazo de pagamento apareceu como um importante incentivo de investimento para os mais velhos.

Idade (anos)	Fator determinante do financiamento						Total	Total da amostra	
	Retorno		Juros baixos		Prazo de pagamento				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%	Nº	%
Menos de 30	2	28,57	4	57,14	1	14,29	100	7	13,73
31 - 40	1	25,00	3	75,00	-	-	100	4	7,84

Idade (anos)	Fator determinante do financiamento						Total	Total da amostra	
	Retorno		Juros baixos		Prazo de pagamento				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%	Nº	%
41 - 50	4	22,22	11	61,11	3	16,67	100	18	35,29
51 - 60	1	7,69	10	76,92	2	15,38	100	13	25,49
Mais de 60	1	11,11	6	66,67	2	22,22	100	9	17,65
Total	9	17,65	34	66,67	8	15,69	100	51	100

Quadro 29 – Relação entre o fator determinante do financiamento em busca de um investimento viável e a idade do agricultor familiar

Fonte: Pesquisa de campo.

No Quadro 30 observa-se a relação entre o tamanho da propriedade e o fator determinante do financiamento. O fator que mais foi levado em consideração na hora de investir, ou seja, que mais incentivou o investimento, foi o juro baixo, independente do tamanho das propriedades. Apesar disso, verifica-se que quanto menor o tamanho das propriedades, mais foi levado em consideração a questão do retorno (relação custo/benefício), juntamente com os juros baixos; nas propriedades maiores, o retorno deixa de ser relevante e a questão do prazo de pagamento é mais considerado, como nas propriedades com extensão acima de 30 hectares, onde o prazo de pagamento foi o fator mais considerado em 50% dos casos.

Tamanho da propriedade (hectares)	Fator determinante do financiamento						Total	Total da amostra	
	Retorno		Juros baixos		Prazo de pagamento				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%		%	Nº
0 - 10	3	23,08	9	69,23	1	7,69	100	13	25,50
10 - 20	3	18,75	11	68,75	2	12,50	100	16	31,37
20 - 30	3	18,75	11	68,75	2	12,50	100	16	31,37
30 - 40	-	-	2	50,00	2	50,00	100	4	7,84
Mais de 40	-	-	1	50,00	1	50,00	100	2	3,92
Total	9	17,65	34	66,67	8	15,69	100	51	100

Quadro 30 – Relação entre o fator determinante do financiamento e o tamanho da propriedade rural

Fonte: Pesquisa de campo.

Analisando o Quadro 31 que mostra a relação entre a renda anual bruta dos entrevistados e o fator mais considerado na hora do investimento, considerando a busca pela viabilidade econômica do mesmo, observa-se que além do juro baixo, o retorno (relação

custo/benefício) é mais relevante entre os que possuem renda de R\$50.000,00 a R\$100.000,00 (33,33%); e o prazo de pagamento é mais considerado entre os que têm renda de R\$200.000,00 a R\$300.000,00 (40%) e, entre os com renda superior a R\$400.000,00 (33,33%).

Renda bruta anual (em mil reais)	Fator determinante do financiamento						Total %	Total da amostra Nº %	
	Retorno		Juros baixos		Prazo de pagamento				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%			
10 - 50	1	7,69	10	76,92	2	15,38	100	13	25,49
50 - 100	4	33,33	8	66,67	-	-	100	12	23,53
100 - 200	2	14,28	10	71,43	2	14,28	100	14	27,25
200 - 300	1	20,00	2	40,00	2	40,00	100	5	9,80
300 - 400	1	25,00	2	50,00	1	25,00	100	4	7,84
400 - 500	-	-	2	66,67	1	33,33	100	3	5,88
Total	9	17,65	34	66,67	8	15,69	100	51	100

Quadro 31 – Relação entre o fator determinante do financiamento e a renda bruta anual

Fonte: Pesquisa de campo.

No Quadro 32 observa-se, novamente, que o juro baixo predomina como fator determinante em todos os níveis de financiamento, do menor ao maior montante emprestado. A busca pelo retorno (relação custo/benefício) também está presente em todos os níveis de financiamento, mas em menor importância que o juro baixo, enquanto que o prazo de pagamento, só se torna relevante a partir de financiamentos acima de R\$30.000,00.

Valor financiado para compra do bem (em mil reais)	Fator determinante do financiamento						Total	Total da Amostra	
	Retorno		Juros baixos		Prazo de pagamento				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%		%	Nº
0 - 30	1	16,67	5	83,33	-	-	100	6	11,76
30 - 50	1	25,00	2	5000	1	25,00	100	4	7,84
50 - 70	2	16,67	8	66,67	2	16,67	100	12	23,53
70 - 90	3	21,43	9	64,28	2	14,29	100	14	27,45
90 - 110	1	14,29	5	71,43	1	14,29	100	7	13,73
110 - 130	1	12,50	5	62,50	2	25,00	100	8	15,69
Total	9	17,65	34	66,67	8	15,69	100	51	100

Quadro 32 – Relação entre o fator determinante do financiamento e a valor financiado para a compra dos bens

Fonte: Pesquisa de campo.

c) Significado do objeto de investimento

Da observação do Quadro 33, pode-se dizer que para 41,18% dos entrevistados o principal significado do objeto de investimento foi a diminuição da penosidade do trabalho; e para 29,41% dos entrevistados o objeto de investimento tinha como significado o aumento da produtividade. Analisando a relação entre a faixa etária dos entrevistados e o significado dos objetos de investimento, verifica-se que entre os que possuem menos de 30 anos, os objetivos que predominam é a diversificação da produção, o aumento da produtividade e a diminuição da penosidade do trabalho (28,57% cada); entre os que possuem entre 31 e 40 anos predomina o aumento da produção (75%); e entre os que possuem idade de 41 a 50 predomina o objetivo da diminuição da penosidade do trabalho (44,44%).

Quanto aos que possuem idade entre 51 e 60, destaca-se a diminuição da penosidade do trabalho, juntamente com o aumento da produtividade (30,77% cada); e para os maiores de 60 anos predomina a diminuição da penosidade do trabalho (77,78%). Diante disso, sugere-se que os mais jovens ainda estão mais dispostos a diversificar sua produção e aumentar o nível de produção e produtividade, mas à medida que vão ficando mais velhos, consideram mais o fato da diminuição da penosidade do trabalho, pois possuem como objetivo principal facilitar seus serviços, devido à debilidade física e pela falta de permanência dos mais jovens da propriedade rural.

Idade (anos)	Significado do objeto de investimento										Total	Total da Amostra	
	Diversificação da produção		Aumento da produtividade		Diminuição da penosidade do trabalho		Realização pessoal		Aumento da produção				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%	Nº	%
Menos de 30	2	28,57	2	28,57	2	28,57	-	-	1	14,29	100	7	13,73
31 - 40	-	-	1	25,00	-	-	-	-	3	75,00	100	4	7,84
41 - 50	1	5,55	6	33,33	8	44,44	1	5,55	2	11,11	100	18	35,29
51 - 60	-	-	4	30,77	4	30,77	2	15,38	3	23,08	100	13	25,49
Mais de 60	-	-	2	22,22	7	77,78	-	-	-	-	100	9	17,65
Total	3	5,88	15	29,41	21	41,18	3	5,88	9	17,65	100	51	100

Quadro 33 – Relação entre o significado do objeto de investimento e a idade

Fonte: Pesquisa de campo.

Entre as frequências apresentadas no Quadro 34, observa-se que, dos que possuem propriedades inferiores a 10 hectares, 38,46% realizaram o investimento através do Programa Mais Alimentos com o objetivo de diminuir a penosidade do trabalho, e 30,77% com o objetivo de aumentar a produção. Os que possuem propriedades de 10 a 20 hectares agiram com o objetivo de diminuir a penosidade do trabalho e aumentar a produtividade (37,5% cada).

Também observa-se que à medida em que as propriedades aumentam de tamanho, o principal significado do objeto de investimento é a diminuição da penosidade do trabalho, como pode ser visualizado no Quadro abaixo, onde 75% dos que têm extensões de terras entre 30 e 40 hectares e, 100% dos que possuem extensões maiores que 40 hectares levam esse fator em consideração.

Tamanho da propriedade (hectares)	Significado do objeto de investimento										Total	Total da Amostra	
	Diversificação da produção		Aumento da produtividade		Diminuição da penosidade do trabalho		Realização pessoal		Aumento da produção				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%	Nº	%
0 - 10	1	7,69	3	23,08	5	38,46	-	-	4	30,77	100	13	25,50
10 - 20	1	6,25	6	37,50	6	37,50	2	12,50	1	6,25	100	16	31,37
20 - 30	1	6,25	6	37,50	5	31,25	1	6,25	3	18,75	100	16	31,37
30 - 40	-	-	-	-	3	75,00	-	-	1	25,00	100	4	7,84
Mais de 40	-	-	-	-	2	100	-	-	-	-	100	2	3,92
Total	3	5,88	15	29,41	21	41,18	3	5,88	9	17,65	100	51	100

Quadro 34 – Relação entre o significado do objeto de investimento e o tamanho da propriedade rural

Fonte: Pesquisa de campo.

No Quadro 35 verifica-se que para 38,46% dos entrevistados com renda anual bruta entre R\$10.000,00 e R\$50.000,00, o principal significado do objeto de investimento é a diminuição da penosidade do trabalho; para 30,77% é o aumento da produtividade; para 15,38% é o aumento da produção; e para 7,69% é a diversificação da produção e realização pessoal. Entre os que auferem renda anual de R\$50.000,00 e R\$100.000,00, os significados dos objetos de investimento que se destacam é o aumento da produção (50%) e o aumento da produtividade (41,67%).

Percebe-se que um dos principais objetivos dos entrevistados realmente é a diminuição da penosidade do serviço, presente em quase todas as faixas de renda, pois eles buscam sempre facilitar suas jornadas de trabalho. Inclusive, buscam facilitar suas tarefas, para que

assim consigam produzir mais em menos tempo, aumentando a produtividade do trabalho e também a renda familiar. Entre as faixas de menor renda, além da diminuição da penosidade do trabalho, também são levados em consideração a diversificação da produção, aumento da produção e, principalmente, da produtividade. À medida que a renda bruta auferida anualmente aumenta, maior é a importância da diminuição da penosidade do trabalho.

Renda anual bruta (em mil reais)	Significado do objeto de investimento										Total	Total da Amostra	
	Diversificação da produção		Aumento da produtividade		Diminuição da penosidade do trabalho		Realização pessoal		Aumento da produção				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%	Nº	%
10 - 50	1	7,69	4	30,77	5	38,46	1	7,69	2	15,38	100	13	25,49
50 - 100	1	8,33	5	41,67	-	-	-	-	6	50,00	100	12	23,53
100 - 200	1	7,14	5	35,71	7	50,00	1	7,14	-	-	100	14	27,45
200 - 300	-	-	1	20,00	3	60,00	1	20,00	-	-	100	5	9,80
300 - 400	-	-	-	-	4	100	-	-	-	-	100	4	7,84
400 - 500	-	-	-	-	2	66,67	-	-	1	33,33	100	3	5,88
Total	3	5,88	15	29,41	21	41,18	3	5,88	9	17,7	100	51	100

Quadro 35 – Relação entre o significado do objeto de investimento e a renda anual bruta

Fonte: Pesquisa de campo.

No Quadro 36 verifica-se que para 53,85% dos entrevistados que investiram na compra de tratores, tiveram como objetivo principal a diminuição da penosidade do trabalho, seguido do aumento da produtividade (30,77) e da realização pessoal (15,38%). Entre os agricultores que investiram apenas em implementos novos, destaca-se o objetivo da diminuição da penosidade do trabalho (66,67%); e entre os que investiram em tratores e implementos, predomina o objetivo do aumento da produtividade. Por outro lado, a construção e ampliação de chiqueiros e aviários significaram diversificação da produção e, principalmente, aumento da quantidade produzida.

Objetos de investimento	Significado do objeto de investimento										Total	Total da Amostra	
	Diversificação da produção		Aumento da produtividade		Diminuição penosidade de trabalho		Realização pessoal		Aumento da produção				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%	Nº	%
Tratores	-	-	4	30,77	7	53,85	2	15,38	-	-	100	13	25,49
Tratores e implementos	-	-	6	60,00	4	40,00	-	-	-	-	100	10	19,61
Implementos	-	-	1	33,33	2	66,67	-	-	-	-	100	3	5,88
Construção de chiqueiros	2	33,33	-	-	-	-	1	16,67	3	50,00	100	6	11,76

Objetos de investimento	Significado do objeto de investimento										Total	Total da Amostra	
	Diversificação da produção		Aumento da produtividade		Diminuição penosidade de trabalho		Realização pessoal		Aumento da produção				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%	Nº	%
Ampliação de chiqueiros	-	-	-	-	-	-	-	-	2	100	100	2	3,92
Construção de aviários	-	-	-	-	-	-	-	-	4	100	100	4	7,84
Equipamentos para aviários	-	-	-	-	3	100	-	-	-	-	100	3	5,88
Galpões e implementos	-	-	2	100	-	-	-	-	-	-	100	2	3,92
Sala de ordenha e implementos	-	-	-	-	4	100	-	-	-	-	100	4	7,84
Sala de ordenha	-	-	-	-	1	100	-	-	-	-	100	1	1,96
Resfriador de leite	1	100	-	-	-	-	-	-	-	-	100	1	1,96
Caldeira	-	-	1	100	-	-	-	-	-	-	100	1	1,96
Fábrica de ração	-	-	1	100	-	-	-	-	-	-	100	1	1,96
Total	3	5,88	15	29,41	21	41,18	3	5,88	9	17,65	100	51	100

Quadro 36 – Relação entre os objetos de investimento e seus significados para os agricultores familiares

Fonte: Pesquisa de campo.

3.2.2 Caracterização do financiamento e investimento

Neste item são apresentadas as relações entre o valor financiado no investimento, o valor total do investimento, o período de carência e os dados demográficos e econômicos dos entrevistados.

a) Financiamento (valores financiados)

Da observação dos dados do Quadro 37, pode-se dizer que 23,53% dos entrevistados buscaram financiamentos entre R\$50.000,00 e R\$70.000,00 e 27,45% financiaram entre R\$70.000,00 e R\$90.000,00. De maneira geral, os financiamentos ficaram bem equilibrados entre todas as faixas etárias, mas entre os mais jovens (menos de 30 anos), observa-se que os valores financiados foram acima de R\$50.000,00, sendo que 28,57% destes buscaram financiamentos próximos ao valor máximo do PRONAF Mais Alimentos, o que pode ser um indicativo da falta de reservas entre os mais jovens, ou então investimentos em atividades que exigem montantes maiores, como no caso da suinocultura por exemplo, ou ainda uma propensão em assumir riscos e empreender.

Idade (anos)	Valor financiado para a compra dos bens (em mil reais)												Total	Total da amostra	
	0 - 30		30 - 50		50 - 70		70 - 90		90 - 110		110 - 130			Nº	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%			
Menos de 30	-	-	-	-	2	28,57	3	42,86	-	-	2	28,57	100	7	13,73
31 - 40	1	25,00	-	-	1	25,00	-	-	1	25,00	1	25,00	100	4	7,84
41 - 50	2	11,11	2	11,11	3	16,67	6	33,33	1	5,55	4	22,22	100	18	35,29
51 - 60	1	7,69	2	15,38	4	30,80	3	23,08	2	15,38	1	7,69	100	13	25,49
Mais de 60	2	22,22	-	-	2	22,22	2	22,22	3	33,33	-	-	100	9	17,65
Total	6	11,76	4	7,84	12	23,53	14	27,45	7	13,73	8	15,69	100	51	100

Quadro 37 – Relação entre o valor financiado para a compra dos bens e a idade dos agricultores familiares

Fonte: Pesquisa de campo.

Em relação ao Quadro 38, observa-se que entre os agricultores que possuem menos de 10 hectares de terra, 38,46% buscaram financiamentos entre R\$70.000,00 e R\$90.000,00, e 23,08% financiaram quantias entre R\$110.000,00 e R\$130.000,00.

Entre os que possuem entre 30 e 40 hectares de terras, 75% financiaram valores entre R\$110.000,00 e R\$130.000,00, e os proprietários de extensões maiores que 40 hectares buscaram financiamentos entre R\$70.000,00 e R\$110.000,00.

Tamanho da propriedade (hectares)	Valor financiado para a compra dos bens (em mil reais)												Total	Total da amostra	
	0 - 30		30 - 50		50 - 70		70 - 90		90 - 110		110 - 130			Nº	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%			
0 - 10	2	15,38	2	15,38	1	7,69	5	38,46	-	-	3	23,08	100	13	25,5
10 - 20	3	18,75	1	6,25	5	31,25	2	12,50	4	25,00	1	6,25	100	16	31,37
20 - 30	1	6,25	1	6,25	5	31,25	6	37,50	2	12,50	1	6,25	100	16	31,37
30 - 40	-	-	-	-	1	25,00	-	-	-	-	3	75,00	100	4	7,84
Mais de 40	-	-	-	-	-	-	1	50,00	1	50,00	-	-	100	2	3,92
Total	6	11,76	4	7,84	12	23,53	14	27,45	7	13,73	8	15,69	100	51	100

Quadro 38 – Relação entre o valor financiado para a compra dos bens e o tamanho das propriedades rurais

Fonte: Pesquisa de campo.

No Quadro 39 é possível verificar a relação entre a renda anual bruta dos entrevistados e a quantia por estes financiada. Como pode ser notado, as quantias financiadas variam bastante, até chegarem ao limite máximo de R\$130.000,00. Os agricultores que possuem renda superior a R\$400.000,00, não financiaram menos do que R\$70.000,00. Também

observa-se que, mesmo os agricultores que auferem renda bruta anual inferior a R\$50.000,00, financiaram quantias acima de R\$110.000,00.

Renda bruta anual (em mil reais)	Valor financiado para a compra do bem (em mil reais)												Total	Total da amostra	
	0 - 30		30 - 50		50 - 70		70 - 90		90 - 110		110 - 130				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%	Nº	%
10 - 50	2	15,38	1	7,69	4	30,77	3	23,08	1	7,69	2	15,38	100	13	25,49
50 - 100	2	16,67	2	16,67	4	33,33	1	8,33	1	8,33	2	16,67	100	12	23,53
100 - 200	1	7,14	-	-	3	21,43	7	50,00	1	7,14	2	14,29	100	14	27,45
200 - 300	0	0	1	20,00	1	20,00	1	20,00	1	20,00	1	20,00	100	5	9,80
300 - 400	1	25,00	-	-	-	-	1	25,00	2	50,00	-	-	100	4	7,84
400 - 500	-	-	-	-	-	-	1	33,33	1	33,33	1	33,33	100	3	5,88
Total	6	11,76	4	7,84	12	23,53	14	27,45	7	13,73	8	15,69	100	51	100

Quadro 39 – Relação entre o valor financiado para a compra dos bens e a renda bruta anual

Fonte: Pesquisa de campo.

Analisando o Quadro 40 que mostra a relação entre os objetos de investimento e o valor financiado para a sua compra, observa-se que os agricultores que compraram apenas tratores ou tratores e implementos, financiaram, predominantemente, quantias entre R\$50.000,00 e R\$90.000,00. Os agricultores que investiram apenas em implementos financiaram quantias menores, até R\$30.000,00 (66,67%), e entre R\$30.000,00 e R\$50.000,00 (33,33%).

Os produtores rurais que investiram na construção de aviários e chiqueiros financiaram o limite máximo disponível pelo Programa, ou então próximo dele (75% e 33,33%, respectivamente).

Objetos de investimento	Valor financiado para a compra do bem (em mil reais)														
	0 - 30		30 - 50		50 - 70		70 - 90		90 - 110		110 - 130		Total	Total da amostra	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%	Nº	%
Tratores	1	7,69	-	-	6	46,15	4	30,77	2	15,38	-	-	100	13	25,49
Tratores e implementos	-	-	-	-	2	20,00	5	50,00	-	-	3	30,00	100	10	19,61
Implementos	2	66,67	1	33,33	-	-	-	-	-	-	-	-	100	3	5,88
Construção de chiqueiros	1	16,67	-	-	1	16,67	-	-	2	33,33	2	33,33	100	6	11,76
Ampliação de chiqueiros	-	-	-	-	2	100	-	-	-	-	-	-	100	2	3,92
Construção de aviários	-	-	-	-	-	-	1	25,00	-	-	3	75,00	100	4	7,84

Objetos de investimento	Valor financiado para a compra do bem (em mil reais)														
	0 - 30		30 - 50		50 - 70		70 - 90		90 - 110		110 - 130		Total	Total da amostra	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%	Nº	%
Equipamentos para aviários	1	33,33	1	33,33	-	-	1	33,33	-	-	-	-	100	3	5,88
Galpão e implementos	-	-	1	50,00	-	-	1	50,00	-	-	-	-	100	2	3,92
Sala de ordenha e implementos	-	-	-	-	-	-	2	50,00	2	50,00	-	-	100	4	7,84
Sala de ordenha	-	-	-	-	1	100	-	-	-	-	-	-	100	1	1,96
Resfriador de leite	1	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	1	1,96
Caldeira	-	-	1	100	-	-	-	-	-	-	-	-	100	1	1,96
Fábrica de ração	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100	-	-	100	1	1,96
Total	6	11,76	4	7,84	12	23,53	14	27,45	7	13,73	8	15,69	100	51	100

Quadro 40 – Relação entre o objeto de investimento e o valor financiado

Fonte: Pesquisa de campo.

No Quadro 41 é possível observar que os agricultores familiares que não utilizaram o período de carência disponibilizado pelo Programa financiaram, principalmente, valores entre R\$50.000,00 e R\$70.000,00 (35,71%), e entre R\$110.000,00 e R\$130.000,00 (21,43%). Os produtores rurais que utilizaram 1 e 2 anos de carência, realizaram financiamentos, principalmente, entre R\$70.000,00 e R\$90.000,00 (45,45% e 26,67%, respectivamente).

Período de carência	Valor financiado para compra do bem (em mil reais)												Total	Total da Amostra	
	0 - 30		30 - 50		50 - 70		70 - 90		90 - 110		110 - 130			%	Nº
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%			
Sem carência	2	14,28	1	7,14	5	35,71	2	14,28	1	7,14	3	21,43	100	14	27,45
1 ano	-	-	1	9,09	2	18,18	5	45,45	1	9,09	2	18,18	100	11	21,57
2 anos	3	20	2	13,33	3	20,00	4	26,67	1	6,67	2	13,33	100	15	29,41
3 anos	1	9,09	-	-	2	18,18	3	27,27	4	36,36	1	9,09	100	11	21,57
Total	6	11,76	4	7,84	12	23,53	14	27,45	7	13,73	8	15,69	100	51	100

Quadro 41 – Relação entre o valor financiado para a compra dos bens e o período de carência

Fonte: Pesquisa de campo.

b) Valor total do investimento

No Quadro 42 verifica-se que, os investimentos realizados pelos agricultores familiares com menos de 30 anos de idade são superiores a R\$30.000,00, sendo que, 57,13%

realizaram investimentos entre R\$30.000,00 e R\$90.000,00, e 42,85% realizaram investimentos acima de R\$130.000,00. Assim, pode-se deduzir que os mais jovens investiram, provavelmente, em atividades como a avicultura ou suinocultura, que exigem maiores montantes de investimento, ou ainda, terem a característica de empreendedores. Outra observação que vale ser destacada, é que os agricultores com idade superior a 60 anos não realizaram investimentos acima de R\$90.000,00, o que pode ser um indicativo de que estes sejam menos propensos a assumir riscos.

Idade (anos)	Valor total do investimento (em mil reais)																Total	Total da Amostra	
	0 - 30		30 - 50		50 - 70		70 - 90		90 - 110		110 - 130		130 - 150		Acima de 150				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%	Nº	%
Menos de 30	-	-	1	14,28	2	28,57	1	14,28	-	-	-	-	2	28,57	1	14,28	100	7	13,73
31 - 40	-	-	-	-	1	25,00	-	-	1	25,00	-	-	2	50,00	-	-	100	4	7,84
41 - 50	1	5,55	4	22,22	2	11,11	5	27,78	2	11,11	3	16,67	1	5,55	-	-	100	18	35,29
51 - 60	-	-	1	7,69	3	23,07	5	38,46	1	7,69	1	7,69	1	7,69	1	7,69	100	13	25,49
Mais de 60	1	11,11	-	-	2	22,22	4	44,44	2	22,22	-	-	-	-	-	-	100	9	17,65
Total	2	3,92	6	11,76	10	19,61	15	29,41	6	11,76	4	7,84	6	11,76	2	3,92	100	51	100

Quadro 42 – Relação entre o valor total do investimento e a idade dos agricultores familiares

Fonte: Pesquisa de campo.

Observando o Quadro 43, verifica-se que os agricultores com propriedades de até 10 hectares de extensão, adquiriram bens de diversos valores, tanto inferiores a R\$30.000,00 (15,38%), como superiores a R\$130.000,00 (23,07%). Os que possuem extensões de terras entre 10 e 20 hectares realizaram investimentos entre R\$ 30.000,00 e acima de R\$ 150.000,00.

Entre os que têm 30 e 40 hectares, 75% realizaram investimentos nos valores entre R\$130.000,00 e R\$150.000,00; e os proprietários de extensões maiores que 40 hectares realizaram investimentos entre R\$70.000,00 e R\$110.000,00. Portanto, o que se verifica é o fato de que os proprietários de extensões de terras menores também realizaram grandes investimentos, principalmente em atividades como avicultura e suinocultura, que exigem grandes montantes para entrarem em funcionamento, mas podem ser praticadas em pequenas áreas.

Tamanho da propriedade (hectares)	Valor total do investimento (em mil reais)																Total	Total da Amostra	
	0 - 30		30 - 50		50 - 70		70 - 90		90 - 110		110 - 130		130 - 150		Acima de 150				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%	Nº	%
0 - 10	2	15,38	1	7,69	1	7,69	2	15,38	2	15,38	2	15,38	2	15,38	1	7,69	100	13	25,50
10 - 20	-	-	4	25,00	4	25,00	4	25,00	1	6,25	2	12,50	-	-	1	6,25	100	16	31,37
20 - 30	-	-	1	6,25	4	25,00	8	50,00	2	12,50	-	-	1	6,25	-	-	100	16	31,37
30 - 40	-	-	-	-	1	25,00	-	-	-	-	-	-	3	75,00	-	-	100	4	7,84
Acima de 40	-	-	-	-	-	-	1	50,00	1	50,00	-	-	-	-	-	-	100	2	3,92
Total	2	3.92	6	11.76	10	19.61	15	29.41	6	11.76	4	7.84	6	11.76	2	3.92	100	51	100

Quadro 43 – Relação entre o valor total do investimento e o tamanho da propriedade rural

Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto aos dados presentes no Quadro 44, é possível observar que, dos que possuem renda anual bruta entre R\$10.000,00 e R\$50.000,00, 30,77% compraram bens no valor entre R\$50.000,00 e R\$70.000,00; e 15,38% investiram valores acima de R\$150.000,00. Dos que possuem renda entre R\$300.000,00 e R\$400.000,00, 50% investiram quantias entre R\$90.000,00 e R\$110.000,00.

A partir dos dados expressos no quadro, pode-se inferir que os agricultores, mesmo com rendas menores, realizaram altos investimentos e isso pode ser explicado pelo fato destes terem investido principalmente em construção e ampliação de chiqueiros e aviários, que implicam no dispêndio de grandes montantes em dinheiro.

Renda bruta anual (em mil reais)	Valor total do investimento (em mil reais)																Total	Total da amostra	
	0 - 30		30 - 50		50 - 70		70 - 90		90 - 110		110 - 130		130 - 150		Acima de 150				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%	Nº	%
10 - 50	1	7,69	1	7,69	4	30,77	2	15,38	1	7,69	-	-	2	15,38	2	15,38	100	13	25,49
50 - 100	-	-	4	33,33	1	8,33	3	25,00	-	-	3	25,00	1	8,33	-	-	100	12	23,53
100 - 200	1	7,14	-	-	4	28,57	6	42,86	1	7,14	-	-	2	14,29	-	-	100	14	27,45
200 - 300	-	-	-	-	1	20,00	2	40,00	1	20,00	-	-	1	20,00	-	-	100	5	9,80
300 - 400	-	-	1	25,00	-	-	1	25,00	2	50,00	-	-	-	-	-	-	100	4	7,84
400 - 500	-	-	-	-	-	-	1	33,33	1	33,33	1	33,33	-	-	-	-	100	3	5,88
Total	2	3,92	6	11,76	10	19,61	15	29,41	6	11,76	4	7,84	6	11,76	2	3,92	100	51	100

Quadro 44 – Relação entre o valor total do investimento e a renda anual bruta dos agricultores familiares

Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto aos dados presentes no Quadro 45 é possível observar que, os tratores adquiridos pelo Programa Mais Alimentos custaram entre R\$50.000,00 e R\$110.000,00. Observa-se, também, que 100% dos agricultores que investiram na construção de chiqueiros investiram valores superiores a R\$110.000,00, e dentre estes, 33,33% investiram valores superiores a R\$150.000,00. As construções de aviários também exigiram investimentos entre R\$130.000,00 e R\$150.000,00 em 75% dos casos.

Objetos de investimento	Valor total do investimento (em mil reais)																Total	Total da Amostra	
	0 - 30		30 - 50		50 - 70		70 - 90		90 - 110		110 - 130		130 - 150		Acima de 150				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%	Nº	%
Tratores	-	-	-	-	6	46,15	6	46,15	1	7,69	-	-	-	-	-	-	100	13	25,49
Tratores e implementos	-	-	-	-	2	20,00	4	40,00	1	10,00	1	10,00	2	20,00	-	-	100	10	19,61
Implementos	1	33,33	2	67,67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	3	5,88
Construção de chiqueiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	50,00	1	16,67	2	33,33	100	6	11,76
Ampliação de chiqueiro	-	-	-	-	2	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	2	3,92
Construção de aviários	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25,00	-	-	3	75,00	-	-	100	4	7,84
Equipamentos para aviários	-	-	2	67,67	-	-	1	33,33	-	-	-	-	-	-	-	-	100	3	5,88
Galpão e implementos	-	-	-	-	-	-	2	100	-	-	-	-	-	-	-	-	100	2	3,92
Sala de ordenha e implementos	-	-	-	-	-	-	2	50,00	2	50,00	-	-	-	-	-	-	100	4	7,84
Sala de ordenha	-	-	1	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	1	1,96
Resfriador de leite	1	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	1	1,96
Caldeira	-	-	1	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	1	1,96
Fábrica de ração	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100	-	-	-	-	-	-	100	1	1,96
Total	2	3,92	6	11,76	10	19,61	15	29,41	6	11,76	4	7,84	6	11,76	2	3,92	100	51	100

Quadro 45 – Relação entre o valor total do investimento e os objetos de investimento

Fonte: Pesquisa de campo.

c) Período de carência

No Quadro 46 é possível verificar a relação entre a idade dos agricultores entrevistados e o período de carência por eles utilizado nos financiamentos do PRONAF Mais Alimentos. Entre os agricultores com menos de 30 anos, predomina a utilização do período de 2 anos de carência (42,86%), seguido da escolha em não utilizar a carência (28,57%). Entre os que possuem de 31 a 40 anos, existe um equilíbrio entre a utilização de 2 e 3 anos de carência

(50% cada). Entre a faixa etária de 41 a 50 anos, destaca-se a opção de não utilizar o período de carência (44,44%)

Idade (anos)	Período de carência								Total	Total da Amostra	
	Sem carência		1 ano		2 anos		3 anos				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%			%	Nº	%
Menos de 30	2	28,57	1	14,28	3	42,86	1	14,28	100	7	13,73
31 - 40	-	-	-	-	2	50,00	2	50,00	100	4	7,84
41 - 50	8	44,44	3	16,67	4	22,22	3	16,67	100	18	35,29
51 - 60	2	15,38	4	30,77	4	30,77	3	23,08	100	13	25,49
Mais de 60	2	22,22	3	33,33	2	22,22	2	22,22	100	9	17,65
Total	14	27,45	11	21,57	15	29,41	11	21,6	100	51	100

Quadro 46 – Relação entre o período de carência e a idade dos agricultores familiares

Fonte: Pesquisa de campo.

Analisando o Quadro 47 que mostra a relação entre o tamanho da propriedade rural e o período de carência, observa-se que os agricultores com propriedades com até 10 hectares de extensão utilizam, principalmente, períodos de 2 anos de carência (38,46%). Entre os que possuem propriedades entre 10 e 20 hectares, e também entre 30 e 40 hectares, destacam-se as escolhas da não utilização da carência (43,75% e 50%, respectivamente); enquanto os que possuem propriedades entre 20 e 30 hectares distribuem-se na utilização de 1, 2 e 3 anos de carência (31,25% cada).

Tamanho da propriedade (hectares)	Período de carência								Total	Total da Amostra	
	Sem carência		1 ano		2 anos		3 anos				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%	Nº	%
0 - 10	4	30,77	2	15,38	5	38,46	2	15,38	100	13	25,50
10 - 20	7	43,75	3	18,75	4	25,00	2	12,5	100	16	31,37
20 - 30	1	6,25	5	31,25	5	31,25	5	31,25	100	16	31,37
30 - 40	2	50,00	1	25,00	-	-	1	25,00	100	4	7,84
Mais de 40	-	-	-	-	1	50,00	1	50,00	100	2	3,92
Total	14	27,45	11	21,57	15	23,41	11	21,57	100	51	100

Quadro 47 – Relação entre o período de carência e o tamanho da propriedade rural

Fonte: Pesquisa de campo.

Da observação dos dados do Quadro 48 observa-se que, para os que possuem renda entre R\$10.000,00 e R\$50.000,00, 38,46% utilizaram ou estão utilizando 2 anos de carência;

entre os que têm renda entre R\$50.000,00 e R\$100.000,00, 41,67% optaram por não utilizar o período de carência. Entre os que utilizaram ou estão utilizando 3 anos de carência destacam-se os que possuem renda anual acima de R\$400.000,00 (33,33%); e os que têm renda anual entre R\$100.000,00 e R\$200.000,00 (28,75%). Dentre os agricultores que não usaram a carência, destacam-se principalmente os que auferem uma renda anual entre R\$300.000,00 e R\$400.000,00 (50%).

Renda anual bruta (em mil reais)	Período de carência								Total	Total da Amostra	
	Sem carência		1 ano		2 anos		3 anos				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%	Nº	%
10 - 50	4	30,77	3	23,08	5	38,46	1	7,69	100	13	25,49
50 - 100	5	41,67	1	8,33	3	25,00	3	25,00	100	12	23,53
100 - 200	2	14,29	3	21,43	5	35,71	4	28,75	100	14	27,45
200 - 300	-	-	4	80,00	-	-	1	20,00	100	5	9,80
300 - 400	2	50,00	-	-	1	25,00	1	25,00	100	4	7,84
400 - 500	1	33,33	-	-	1	33,33	1	33,33	100	3	5,88
Total	14	27,45	11	21,57	15	29,41	11	21,57	100	51	100

Quadro 48 – Relação entre o período de carência e a renda anual bruta

Fonte: Pesquisa de campo.

3.2.3 Os objetos de investimento e seus efeitos nas famílias rurais e nos sistemas de produção agropecuários

Neste item são apresentadas as relações entre os objetos de investimento e os efeitos do investimento para as famílias de agricultores rurais e para os sistemas de produção.

No Quadro 49 observa-se que, os tratores foram os objetos de investimento que predominaram entre a faixa etária de 41 a 50 anos (46,15%), e entre os maiores de 60 anos (30,77%). A construção de chiqueiros predominou entre os agricultores de 51 a 60 anos (50%), seguido dos agricultores entre 41 e 50 anos de idade (33,33%). A construção de aviários predominou entre os agricultores com idade entre 31 e 40 anos (75%).

Objetos de investimento	Idade										Total	Total da Amostra	
	Menos de 30		31 - 40		41 - 50		51 - 60		Mais de 60				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%	Nº	%
Tratores	1	7,69	-	-	6	46,15	2	15,38	4	30,77	100	13	25,49
Tratores e implementos	2	20,00	-	-	3	30,00	4	40,00	1	10,00	100	10	19,61

Objetos de investimento	Idade										Total	Total da Amostra	
	Menos de 30		31 - 40		41 - 50		51 - 60		Mais de 60				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%	Nº	%
Implementos	-	-	1	33,33	1	33,33	-	-	1	33,33	100	3	5,88
Construção de chiqueiros	1	16,67	-	-	2	33,33	3	50,00	-	-	100	6	11,76
Ampliação de chiqueiros	1	50,00	-	-	1	50,00	-	-	-	-	100	2	3,92
Construção de aviários	-	-	3	75,00	-	-	1	25,00	-	-	100	4	7,84
Equipamentos para aviários	-	-	-	-	1	33,33	1	33,33	1	33,33	100	3	5,88
Galpão e implementos	1	50,00	-	-	-	-	1	50,00	-	-	100	2	3,92
Sala de ordenha e implementos	1	25,00	-	-	-	-	1	25,00	2	50,00	100	4	7,84
Sala de ordenha	-	-	-	-	1	100	-	-	-	-	100	1	1,96
Resfriador de leite	-	-	-	-	1	100	-	-	-	-	100	1	1,96
Caldeira	-	-	-	-	1	100	-	-	-	-	100	1	1,96
Fábrica de ração	-	-	-	-	1	100	-	-	-	-	100	1	1,96
Total	7	13,73	4	7,84	18	35,29	13	25,49	9	17,65	100	51	100

Quadro 49 – Relação entre o objeto de investimento e a idade do agricultor familiar

Fonte: Pesquisa de campo.

No Quadro 50 observa-se a relação entre os objetos de investimento e o tamanho da propriedade dos agricultores familiares. Vale destacar, principalmente, o tamanho das propriedades que adquiriram somente tratores, sendo todas inferiores a 30 hectares. Outra questão que se destaca na tabela abaixo é o fato de 100% dos novos investimentos em construção de aviários ser empreendido em propriedades inferiores a 20 hectares, assim como 66,67% das novas construções de chiqueiros.

Objetos de investimento	Tamanho da propriedade (hectares)										Total	Total da Amostra	
	0 - 10		10 - 20		20 - 30		30 - 40		Mais de 40				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%	Nº	%
Tratores	3	23,08	5	38,46	5	38,46	-	-	-	-	100	13	25,49
Tratores e implementos	3	30	1	10,00	3	30,00	2	20,00	1	10,00	100	10	19,61
Implementos	1	33,33	2	66,67	-	-	-	-	-	-	100	3	5,88
Construção de chiqueiros	1	16,67	3	50,00	1	16,67	1	16,67	-	-	100	6	11,76
Ampliação de chiqueiros	-	-	-	-	2	100	-	-	-	-	100	2	3,92

Objetos de investimento	Tamanho da propriedade (hectares)										Total	Total da Amostra	
	0 - 10		10 - 20		20 - 30		30 - 40		Mais de 40				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		%	Nº
Construção de aviários	3	75,00	1	25,00	-	-	-	-	-	-	100	4	7,84
Equipamentos para aviários	1	33,33	2	66,67	-	-	-	-	-	-	100	3	5,88
Galpão e implementos	-	-	1	50,00	1	50,00	-	-	-	-	100	2	3,92
Sala de ordenha e implementos	-	-	-	-	2	50,00	1	25,00	1	25,00	100	4	7,84
Sala de ordenha	-	-	-	-	1	100	-	-	-	-	100	1	1,96
Resfriador de leite	1	100	-	-	-	-	-	-	-	-	100	1	1,96
Caldeira	-	-	1	100	-	-	-	-	-	-	100	1	1,96
Fábrica de ração	-	-	-	-	1	100	-	-	-	-	100	1	1,96
Total	13	25,5	16	31,37	16	31,4	4	7,84	2	3,92	100	51	100

Quadro 50 – Relação entre o objeto de investimento e o tamanho da propriedade rural

Fonte: Pesquisa de campo.

Um dos questionamentos feitos aos agricultores entrevistados foi o efeito que os bens que eles adquiriram pelo PRONAF Mais Alimentos causaram tanto para a família quanto para os sistemas de produção. Essas relações são apresentadas nos quadros abaixo.

No quadro 51 é possível observar que para 76,92% dos agricultores que adquiriram somente um trator, o efeito desta compra foi a diminuição da penosidade do trabalho, e para 23,08% proporcionou melhoria na renda familiar. Para 90% dos entrevistados que compraram um trator mais implementos, e para 100% dos que adquiriram somente implementos, o principal efeito foi a diminuição da penosidade do trabalho. Para 100% dos agricultores que investiram em galpões e implementos, salas de ordenha e caldeira, o efeito foi a facilitação do trabalho realizado no dia-a-dia.

Verifica-se, também, que 100% dos que investiram na construção de aviários, ampliação de chiqueiros, resfriadores de leite e fábrica de ração obtiveram como consequência do investimento o aumento da renda familiar. Assim, pode-se dizer que os entrevistados que investiram na mecanização das propriedades rurais obtiveram como efeito do investimento a facilitação dos serviços realizados, enquanto que os agricultores que investiram nas novas construções e ampliações de aviários e chiqueiros auferiram maior renda familiar, devido ao aumento ou diversificação da produção.

Objeto de investimento	Efeito do investimento para a família				Total 1	Total da amostra	
	Melhoria na renda		Diminuição da penosidade do trabalho				
	Nº	%	Nº	%	%	Nº	%
Trator	3	23,08	10	76,92	100	13	25,49
Trator e implementos	1	10,00	9	90,00	100	10	19,61
Implementos	-	-	3	100	100	3	5,88
Construção de chiqueiros	4	66,67	2	33,33	100	6	11,76
Ampliação de chiqueiros	2	100	-	-	100	2	3,92
Construção de aviários	4	100	-	-	100	4	7,84
Equipamentos p/aviários	1	33,33	2	66,67	100	3	5,88
Galpão e implementos	-	-	2	100	100	2	3,92
Sala de ordenha e implementos	1	25,00	3	75,00	100	4	7,84
Sala de ordenha	-	-	1	100	100	1	1,96
Resfriador de leite	1	100	0	0	100	1	1,96
Caldeira	-	-	1	100	100	1	1,96
Fábrica de ração	1	100	-	-	100	1	1,96
Total	18	32,29	33	64,71	100	51	100

Quadro 51 – Relação entre o objeto de investimento e o efeito do investimento para a família

Fonte: Pesquisa de campo.

Em relação às variáveis expressas no Quadro 52, observa-se que para 92,31% dos agricultores que adquiriram somente tratores, o efeito que a aquisição proporcionou foi o aumento da produtividade do trabalho; assim como para 100% dos que compraram tratores e implementos; e para 66,67% dos que compraram apenas implementos. Também verifica-se que o aumento da produtividade do trabalho foi o principal efeito causado nos sistemas de produção para 100% dos agricultores que adquiriram equipamentos para aviários, galpão e implementos, sala de ordenha e implementos, caldeira e fábrica de ração. Portanto, sugere-se que a mecanização proporcionou maior facilidade na execução do trabalho rural, ou seja, houve um aumento na produtividade do trabalho.

Já o efeito do aumento da produção foi mais sentido para 66,67% dos que investiram na construção de chiqueiros, 75% dos que construíram novos aviários e 100% dos entrevistados que investiram na ampliação de chiqueiros.

Objeto de investimento	Efeito do investimento nos sistemas de produção								Total	Total da amostra	
	Aumento da produtividade da terra		Aumento da produtividade do trabalho		Aumento da produção		Diversificação dos sistemas produtivos				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		%	Nº
Trator	1	7,69	12	92,31	-	-	-	-	100	13	25,49
Trator e implementos	-	-	10	100	-	-	-	-	100	10	19,61
Implementos	1	33,33	2	66,67	-	-	-	-	100	3	5,88
Construção de chiqueiros	-	-	-	-	4	66,67	2	33,33	100	6	11,76
Ampliação de chiqueiros	-	-	-	-	2	100	-	-	100	2	3,92
Construção de aviários	-	-	-	-	3	75,00	1	25,00	100	4	7,84
Equipamentos p/aviários	-	-	3	100	-	-	-	-	100	3	5,88
Galpão e implementos	-	-	2	100	-	-	-	-	100	2	3,92
Sala de ordenha e implementos	-	-	4	100	-	-	-	-	100	4	7,84
Sala de ordenha	-	-	1	100	-	-	-	-	100	1	1,96
Resfriador de leite	-	-			-	-	1	100	100	1	1,96
Caldeira	-	-	1	100	-	-	-	-	100	1	1,96
Fábrica de ração	-	-	1	100	-	-	-	-	100	1	1,96
Total	2	3,92	36	70,59	9	17,65	4	7,84	100	51	100

Quadro 52 – Relação entre o objeto de investimento e o efeito do investimento nos sistemas produtivos

Fonte: Pesquisa de campo.

3.2.4 Sugestões dos agricultores familiares

Com base na relação expressa no Quadro 53, é possível visualizar que grande parte dos entrevistados sugeriu que fossem diminuídas as dificuldades de acesso ao crédito, as garantias exigidas para aprovar o financiamento e, principalmente, diminuir a burocracia (31,37% dos entrevistados). Analisando a relação entre idade e sugestões dos entrevistados, observa-se que entre os que possuem menos de 30 anos, 42,86% sugerem o aumento do prazo de pagamento, 42,86% sugerem a diminuição das dificuldades de acesso, e 14,30% indicam que gostariam que aumentasse o limite máximo de crédito a disposição do agricultor nesse Programa. Entre os que se situam na faixa etária dos 31 aos 40 anos, 75% também gostariam que diminuíssem as dificuldades de acesso e 25% que aumentasse o limite de crédito.

Assim, pode-se verificar que os agricultores mais jovens sugerem a diminuição das dificuldades de acesso, e isso se traduz, principalmente, nas garantias que as instituições

financeiras exigem para aprovação dos financiamentos, por muitas vezes não terem tantas garantias a oferecer, e frequentemente terem que hipotecar toda sua propriedade e/ou rebanho.

Sugestão dos agricultores	Idade										Total	
	Menos de 30		31-40		41-50		51-60		Mais de 60			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Aumentar o prazo de pagamento	3	42,86	-	-	2	11,11	-	-	3	33,33	8	15,69
Diminuir as dificuldades	3	42,86	3	75	4	22,22	5	38,46	1	11,11	16	31,37
Financiar terras	-	-	-	-	5	27,78	1	7,70	1	11,00	7	14,00
Diminuir os juros	-	-	-	-	1	5,55	2	15,40	1	11,10	4	7,84
Garantir preços mínimos	-	-	-	-	1	5,55	1	7,69	-	-	2	3,90
Aumentar o limite de crédito	1	14,30	1	25	3	16,70	1	7,69	1	11,10	7	14,00
Proporcionar garantias	-	-	-	-	-	-	1	7,69	1	11,10	2	3,90
Nada	-	-	-	-	2	11,11	2	15,38	1	11,11	5	9,80
Total		100		100		100		100		100		100
Total da amostra	7	13,73	4	7,84	18	35,29	13	25,65	9	17,65	51	100

Quadro 53 – Relação entre a idade e a sugestão/opinião dos agricultores em relação ao PRONAF Mais Alimentos

Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto aos dados presentes no Quadro 54, é possível observar que entre os que possuem propriedades com até 10 hectares, 53,85% sugerem diminuir as dificuldades de acesso ao crédito, e 23,08% gostariam que houvesse um aumento no limite máximo de crédito. Sugere-se, portanto, o mesmo que constatamos em relação à idade dos agricultores mais jovens, pois os que possuem extensões de terras menores não possuem tantas posses que possam dar como garantia para aprovação dos financiamentos.

Já entre os que possuem maiores extensões de terras, como por exemplo, entre 30 e 40 hectares e mais de 40 hectares, 50% sugerem o aumento do prazo de pagamento; outro dado importante que pode ser observado na quadro 54 é a sugestão do financiamento de terras pelo Programa Mais Alimentos, sugestão esta que se destaca na categoria entre 20 e 30 hectares (31,25%).

Sugestão dos agricultores	Tamanho da propriedade (hectares)										Total	
	0-10		10 - 20		20-30		30-40		Mais de 40			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Aumentar o prazo de pagamento	-	-	3	18,75	2	12,20	2	50	1	50	8	15,69
Diminuir as dificuldades	7	53,85	3	18,75	5	31,25	1	25	-	-	16	31,37
Financiar terras	-	-	2	12,50	5	31,25	-	-	-	-	7	13,70
Diminuir juros	-	-	2	12,50	2	12,50	-	-	-	-	4	7,84
Garantir preços mínimos	1	7,69	1	6,25	-	-	-	-	-	-	2	3,92
Aumentar o limite de crédito	3	23,08	1	6,25	1	6,25	1	25	1	50	7	13,70
Proporcionar garantias	-	-	1	6,25	1	6,25	-	-	-	-	2	3,92
Nada	2	15,38	3	18,75	-	-	-	-	-	-	5	9,80
Total		100		100		100		100		100		100
Total da amostra	13	25,5	16	31,37	16	31,37	4	7,84	2	3,92	51	100

Quadro 54 – Relação entre o tamanho da propriedade e a sugestão/opinião dos agricultores em relação ao PRONAF Mais Alimentos

Fonte: Pesquisa de campo.

Analisando as variáveis do Quadro 55, visualiza-se que entre os que possuem renda bruta anual entre R\$10.000,00 e R\$50.000,00, 30,77% gostariam que houvesse uma diminuição nas dificuldades de acesso ao crédito, 15,38% sugeriram um aumento no prazo de pagamento e diminuição nas taxas de juros e 23,08% estão satisfeitos, ou seja, não mudariam nada no Programa. Entre os que possuem renda de R\$50.000,00 a R\$100.000,00, as sugestões que se destacam são facilitar o acesso ao crédito (41,67%) e o financiamento de terras, e garantia de preços mínimos para os produtos agrícolas (16,67% cada).

Já entre os que têm renda anual bruta de R\$100.000,00 a R\$200.000,00, destacam-se, principalmente, as reivindicações de facilidades ao crédito (42,86%) e aumento do limite máximo de crédito disponível (28,37%). Entre os que possuem renda anual bruta de R\$200.000,00 a R\$300.000,00, 40% sugeriram o financiamento de terras pelo Programa Mais Alimentos, pois isso facilitaria a aquisição de maiores extensões de terras a um juro acessível e também poderia ajudar a manter os jovens no campo. Já entre os que faturam entre R\$300.000,00 a R\$400.000,00 ou mais, destacam-se as propostas de aumento do prazo de pagamento.

Sugestão dos agricultores	Renda anual bruta (em mil reais)												Total	
	10 - 50		50-100		100-200		200-300		300-400		400-500			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Aumentar o prazo de pagamento	2	15,38	-	-	1	7,14	-	-	2	50	3	100	8	15,69
Diminuir as dificuldades	4	30,77	5	41,67	6	42,86	1	20	-	-	-	-	16	31,37
Financiar terras	1	7,69	2	16,67	2	14,29	2	40	-	-	-	-	7	13,73
Diminuir os juros	2	15,38	1	8,33	-	-	1	20	-	-	-	-	4	7,84
Garantir preços mínimos	-	-	2	16,67	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3,92
Aumentar o limite de crédito	1	7,69	1	8,33	4	28,57	1	20	-	-	-	-	7	13,73
Proporcionar garantias	-	-	-	-	-	-	-	-	2	50	-	-	2	3,92
Nada	3	23,08	1	8,33	1	7,14	-	-	-	-	-	-	5	9,80
Total		100		100		100		100		100		100		100
Total da amostra	13	25.49	12	23.53	14	27.45	5	9.8	4	7.84	3	5.88	51	100

Quadro 55 – Relação entre a renda anual bruta e a sugestão/opinião dos agricultores em relação ao PRONAF Mais Alimentos

Fonte: Pesquisa de campo.

No quadro 56 observa-se que entre os entrevistados que buscaram financiamentos entre R\$70.000,00 e R\$90.000,00, 50% sugeriram facilitar o acesso ao crédito, assim como 42,86% dos que financiaram valores entre R\$90.000,00 e R\$110.000,00. É possível observar, também, que à medida em que aumenta o valor financiado por parte dos agricultores familiares, aumentam suas preocupações em relação ao limite de crédito e à falta de garantias por parte do Estado em caso de imprevistos.

A partir disso, pode-se inferir que os agricultores que financiaram praticamente o limite máximo de crédito disponível realizaram investimentos que custaram mais que R\$130.000,00 e, por isso, sugeriram aumentar os limites de crédito; ao mesmo tempo, por terem realizado altos investimentos, gostariam que houvessem garantias por parte do Governo caso ocorressem imprevistos, tanto nas plantações como na criação de animais, pois esses altos investimentos geram altas prestações anuais, o que causa certa inquietação nos agricultores.

Sugestão dos agricultores	Valor financiado (em mil reais)												Total	
	0-30		30-50		50-70		70-90		90-110		110-130			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Aumentar o prazo de pagamento	2	33,33	1	25	2	16,67	1	7,14	1	14,29	1	12,50	8	15,69
Diminuir dificuldades	1	16,67	-	-	3	25,00	7	50,00	3	42,86	2	25,00	16	31,37
Financiar terras	1	16,67	-	-	2	16,67	3	21,43	1	14,29	-	-	7	13,70
Diminuir juros	2	33,33	2	50	-	-	-	-	-	-	-	-	4	7,84
Garantir preços mínimos	-	-	-	-	-	-	1	7,14	-	-	1	12,50	2	3,92
Aumentar o limite de crédito	-	-	-	-	1	8,33	2	14,29	-	-	4	50,00	7	13,70
Proporcionar garantias	-	-	-	-	-	-	-	-	2	28,57	-	-	2	3,92
Nada	-	-	1	25	4	33,33	-	-	-	-	-	-	5	9,80
Total		100		100		100		100		100		100		100
Total da amostra	6	11,76	4	7,84	12	23,53	14	27,45	7	13,73	8	15,69	51	100

Quadro 56 – Relação entre o valor financiado e a sugestão/opinião dos agricultores em relação ao PRONAF Mais Alimentos

Fonte: Pesquisa de campo.

3.3 Influência dos mediadores

Um dos objetivos específicos do trabalho foi analisar a atuação dos mediadores na elaboração de projetos através dos quais se dá a alocação dos recursos do PRONAF Mais Alimentos. Portanto, nesta seção é apresentado o resultado das entrevistas realizadas com os mediadores que se envolvem no processo de alocação desses recursos, que são representantes das instituições financeiras, EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

3.3.1 Mediadores políticos

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) são organizações responsáveis pela luta e mobilização dos agricultores. Neste trabalho são classificados como mediadores políticos porque são representados pelos dirigentes sindicais que agem nos processos de organização dos agricultores, na veiculação das informações gerais do Programa e fazem a mediação prioritária entre os agricultores e as esferas públicas no encaminhamento das demandas de políticas públicas para o segmento.

Todo o processo de acesso ao crédito rural inicia pelo STR, pois ele é o responsável pelo enquadramento dos agricultores segundo as classificações dos mesmos, e fornecedor da DAP (Declaração de Aptidão do PRONAF)⁵. “O sindicato tem que ter pulso firme, ou seja, tem que ver quem é agricultor familiar, e não ceder um milímetro sequer para aqueles que não se enquadram nas normas do Programa, pois tem muita gente de olho nesse dinheiro barato”(Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teutônia). Então, a fiscalização e o enquadramento dos agricultores como familiares, são papéis fundamentais dos sindicatos de trabalhadores rurais, além da luta por recursos sempre mais viáveis, e do diálogo com o agricultor e sua família, sempre com o intuito de explicar e orientar.

Segundo a presidente do Sindicato, o PRONAF Mais Alimentos veio para consolidar muita coisa dentro da agricultura familiar, principalmente por causa do volume de recursos baratos a disposição dos produtores. Apesar disso, a grande preocupação por parte do STR é o risco que existe dentro desse Programa, que no município de Teutônia e também na região como um todo está associado à falta de garantias por parte das integradoras⁶ em relação ao produto (frango, suíno e leite). Ela ainda acrescenta:

Nós apoiamos o projeto, é claro, nunca podemos ser contra os investimentos no setor rural, no setor agrícola, mas estamos exigindo, estamos debatendo muito a questão dos integrados⁷, que hoje é um modelo que praticamente domina a nossa região, onde o produtor é responsável pela mão-de-obra, pelos investimentos, pelo meio-ambiente, pelas exigências sanitárias, e não tem garantia nenhuma de que a integradora permanecerá com ele pelo menos durante os 10 anos que o agricultor tem para pagar o investimento (Presidente do STR de Teutônia).

Observa-se, portanto, que o grande gargalo da situação debatida pelo movimento sindical é a incerteza e a falta de garantia que os produtores rurais têm em relação às integradoras, pois não existe segurança de que elas manterão os contratos com os produtores,

⁵ A DAP é o instrumento legal que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do PRONAF, em atendimento ao estabelecido no Manual de Crédito Rural. Cabe ainda ao STR esclarecer aos agricultores familiares quanto às normas do Programa, das linhas de crédito disponíveis, dos prazos de amortização, do seguro agrícola.

⁶ Integração agroindustrial ou integração é o sistema de parceria integrada entre produtores agrícolas e agroindústrias integradoras, visando planejar e realizar a produção de matéria-prima, bens intermediários ou de consumo final, e cujas responsabilidades e obrigações recíprocas são estabelecidas em contratos de integração (Projeto Lei do Senado, Nº 330, de 2011).

⁷ Produtor integrado: produtor agropecuário, pessoa física ou jurídica, que individualmente ou de forma associativa, com ou sem a cooperação laboral de prepostos, vincula-se à integradora por meio de contrato de parceria integrada, com o fornecimento de bens e serviços, para produção de matéria-prima, bens intermediários ou de consumo final (Projeto Lei do Senado, Nº 330, de 2011).

pelo menos durante o período em que estes estarão pagando seus investimentos. Isso, de fato, poderá se tornar um problema no futuro, porque o valor anual das parcelas do financiamento atingem valores altos para alguns produtores que investiram altos montantes, chegando próximo dos 15 mil reais, e em alguns casos até ultrapassando esse valor. Conforme a presidente do STR

o objetivo do Programa é aumentar a produção e a produtividade, mas nós ainda não temos a garantia de que o mercado vai nos contemplar, que as integradoras e que as indústrias vão cumprir, dentro dos elos da cadeia, uma prática justa de remuneração para cada elo da cadeia. Essa é a nossa questão hoje, um preço justo dentro das integradoras, um preço garantido, para cobrir esses investimentos realizados.

O STR, além de orientar os agricultores para realizarem investimentos com consciência, que sejam viáveis economicamente, incentiva investimentos que tragam qualidade de vida para o agricultor e sua família, pois segundo a sua presidente, “tem muitos agricultores que fazem esse investimento e não sabem mais a diferença entre dia de semana, feriado, natal ou aniversário do filho, é tudo igual”. Assim, a entrevistada concorda que o Programa Mais Alimentos está colaborando muito para a melhora da qualidade de vida em termos de facilitação do trabalho, mais conforto, mais praticidade, mas mesmo assim ela questiona essa qualidade de vida.

(...) mas qualidade de vida para mim também é ter um tempo de lazer, um tempo para a família, para visitar os vizinhos, e tudo isso se perdeu, porque agora a máquina está aí e precisa ser paga, portanto, precisa ser usada. Os aviário que antes tinham 10 mil frangos agora tem 20 a 30 mil frangos, e tudo isso precisa ser cuidado, então as famílias não tem mais tempo para se ocupar com outras coisas a não ser com a propriedade, a manutenção do trator e dos equipamentos. A eficiência exige a ocupação permanente e isso, pra mim, também não é qualidade de vida (Presidente do STR de Teutônia).

Quando questionada sobre quem seriam os maiores beneficiários dessa linha de crédito, a representante do STR declarou que os agricultores são muito beneficiados por esse crédito barato, principalmente os que já possuem uma determinada estrutura, um suporte para poder cumprir com as garantias exigidas pelas instituições financeiras. Além destes,

(...) os maiores beneficiários são, com certeza, os bancos, pois eles estão ganhando muito bem por cada operação, por cada contrato que é feito. Eu acho que os bancos estão em primeiro lugar, pois o dinheiro é o governo que subsidia, não é o banco que fornece o dinheiro a 2% ao ano. Em segundo lugar eu acredito que sejam as empresas e grandes monopólios que nós estamos sustentando dentro desse modelo que temos, começando pela transgenia, pelo monopólio das sementes, pela produção de químicos, são empresas que faturam em cima dos subsídios que o governo libera

para a agricultura familiar. E em terceiro, também temos as vendedoras de máquinas, sementes, defensivos agrícolas e agrotóxicos.

Portanto, observa-se que esse crédito disponível para os agricultores familiares, além de trazer benefícios para os próprios, também beneficia outros agentes envolvidos no processo, seja de forma direta ou indireta.

Em relação à viabilidade dos investimentos feitos pelos agricultores familiares no município de Teutônia, o STR acredita que para a maioria os projetos são e serão viáveis, pois possuem características de gestores, sabem administrar seus empreendimentos. Além disso, na visão da presidente, a diversificação das atividades produtivas também pode ser um indicativo para o sucesso, mesmo que “não seja correto uma atividade cobrir a outra, mas pelo menos assim possuem uma válvula de escape caso algo dê errado”.

Um dos problemas já identificados no município de Teutônia em relação aos investimentos do Mais Alimentos são os empreendimentos superdimensionados, investimentos que foram mal direcionados, que podem vir a se tornar inviáveis, ou então que terão que contar com o apoio de programas como o “tapa a tapa”.

(...) hoje existe um “tapa a tapa”, que são em torno de 25 mil reais que a pessoa recebe para poder pagar a parcela do ano. Esses 25 mil reais também são emprestados para o agricultor por 10 anos, com juro de 2% ao ano, para poder tapar o furo do ano corrente. Isso é o que chamamos de subsídio da agricultura, mas eu não concordo com isso, com esses custeios anuais que são feitos. Em anistia hoje nem se fala, porque nós sabemos que nem os bancos e nem o governo vão nos ceder anistia (Presidente do STR de Teutônia).

Assim, pode-se ver que o Estado está solucionando o problema apenas temporariamente, mas a dívida continua ativa, apenas prorrogando o endividamento futuro.

As possíveis causas dos empreendimentos superdimensionados, como exposto acima, podem ser consequência das exigências das próprias integradoras e também por falta de técnicos a disposição para melhores orientações, pois, segundo a entrevistada, “a assistência técnica e extensão rural de Teutônia deixam a desejar, por não contemplar toda essa diversidade de informação, produção e mercado”. Além disso,

Também temos hoje os aviários superfaturados como, por exemplo, a construção de aviários muito, muito sofisticados, quando se sabe que um alojamento de madeira pode ser tão eficiente quanto um de ferro ou de concreto, e então muitos agricultores entram nessa onda, mas a viabilidade não funciona. O problema é que muitas vezes os agricultores buscam outras linhas de crédito para complementar o orçamento do investimento, a juros mais altos, de bancos privados, o que inviabiliza a atividade. Temos hoje, do meu ponto de vista, investimentos sofisticados demais (Presidente do STR de Teutônia).

Assim, observa-se que a economia rural do município de Teutônia é muito baseada em três modelos produtivos, atividade leiteira, avicultura e suinocultura, que são atividades pertencentes ao sistema de integração. Mas esse sistema de integração, assim como se mostra positivo para o município por absorver a produção dos produtores rurais, pode se tornar excludente em determinados momentos.

Hoje o mercado e a integração são excludentes porque eles querem faturar, eles são extremamente capitalistas, visam o faturamento, (...) o sistema integrado é de exclusão, porque ele exige hoje investimentos muito altos e no outro ano ele exige um reinvestimento para se adequar às regras, principalmente à questão da sanidade e meio ambiente. E aí, os produtores poderão ter algumas limitações de mão-de-obra, de capital, de capacidade para fazer cumprir as exigências, e então, eles estarão fora do mercado, sem nenhuma garantia (Presidente do STR de Teutônia).

Portanto, novas alternativas de atividades e mudança nos modelos de produção com diversificação da produção poderiam ser alternativas para as propriedades que estão na dependência das exigências das integradoras, pois o município tem potencialidade para a fruticultura, olericultura, produção de mel, entre outras atividades.

De acordo com o STR, o PRONAF Mais Alimentos está proporcionando a alavancagem da produção e produtividade nos municípios, mas por outro lado, ainda existe incerteza em relação à capacidade de pagamento dos financiamentos por parte dos agricultores familiares. O grande desafio do Governo, e que é também uma luta constante do STR, é a garantia de renda do produtor rural, através de seguros e garantia de preços mínimos para os produtos agrícolas.

3.3.2 Mediadores técnicos

Os mediadores técnicos são representados, especialmente, pela EMATER e pelos agentes financeiros, cujas funções estão relacionadas com a elaboração e análise dos projetos técnicos produtivos na aplicação dos recursos do PRONAF, além de serem os responsáveis pelo apoio aos agricultores em relação ao suporte técnico na execução e desenvolvimento dos projetos financiados.

a) EMATER

A EMATER é o principal órgão de extensão rural e assistência técnica a disposição dos produtores rurais do município de Teutônia. O extensionista entrevistado era o

responsável chefe pelo escritório da EMATER no município de Teutônia (as perguntas a ele aplicadas podem ser visualizadas no Anexo D).

Ao ser questionado se as demandas dos agricultores familiares estariam sendo levadas em consideração na elaboração das políticas públicas, sua resposta se mostrou positiva, “pois nos últimos anos as políticas públicas têm suprido boa parte das demandas dos produtores rurais, principalmente a partir de seguros agrícolas, PRONAF Mulher, PRONAF Jovem, prorrogação de dívidas, ampliação de créditos e redução de juros, como é o caso do PRONAF Mais Alimentos”.

Segundo o extensionista, o PRONAF Mais Alimentos tem contribuído para facilitar o trabalho no campo através de fornecimento de crédito para melhorias e construção de instalações, aquisição de equipamentos que reduzem a mão-de-obra, que segundo o mesmo, está cada vez mais escassa no meio rural, além de contribuir para a manutenção do jovem no campo.

Na opinião do extensionista, o principal objetivo do Programa Mais Alimentos está sendo atingido, ou seja, a disponibilidade desse crédito para investimentos têm contribuído para o aumento da produtividade, sendo que diretamente, os maiores beneficiados desta linha de crédito são os produtores do meio rural, mas indiretamente, toda a sociedade é beneficiada pela estabilidade da produção de alimentos, continuidade da produção e redução dos preços dos alimentos.

Segundo o extensionista, na maioria das vezes, os produtores têm feito boas escolhas em relação ao investimento a realizar:

(...) na maioria das vezes sim, por consciência dos próprios produtores e por orientações por parte da assistência técnica e extensão rural. Entretanto, alguns acabam investindo em equipamentos além de sua necessidade, por pressão de vendedores, facilidade de crédito e status, como por exemplo, a aquisição de um trator mais potente do que seria necessário (Extensionista da Emater).

Conforme o exposto pelo profissional técnico, pode-se dizer que apesar da extensão rural possuir um papel fundamental na orientação dos produtores em relação ao investimento adequado do dinheiro, em investir no que realmente é necessário e chamando atenção para o risco de gastos desnecessários em equipamentos e instalações superdimensionados, ainda ocorrem falhas, e isso se deve principalmente “ao baixo número de funcionários frente ao grande número de produtores que precisam ser atendidos” (Extensionista da EMATER).

Como observado na seção anterior, grande parte dos investimentos realizados a partir do Mais Alimentos foi destinado para a compra de novos tratores, mas de acordo com o

extensionista, para melhorar a produtividade não necessariamente é preciso modernizar a frota:

Hoje em dia, a escassez de mão-de-obra e a busca por mais conforto nas atividades rurais leva a um maior investimento na compra de tratores e equipamentos que facilitem o trabalho. Isto também é importante para manter o homem e o jovem no campo, desde que devidamente dimensionados às reais necessidades da propriedade. O que algumas vezes ocorre é que, devido à facilidade de crédito, alguns produtores adquirem mais de um trator ou tratores superdimensionados para suas atividades, gerando endividamento. Para melhorar a produtividade não necessariamente é preciso modernizar a frota, mas este é um dos fatores que contribuem para isso. Cada caso é um caso. A extensão tem papel fundamental na orientação dos produtores em investir adequadamente seu dinheiro (Extensionista da EMATER).

De modo geral, porém, a avaliação do extensionista chefe da EMATER de Teutônia em relação ao PRONAF Mais Alimentos é positiva, ou seja, tem atendido às expectativas em função das quais foi criado; caso contrário, em muitas situações não seria possível manter o homem no campo sem a disponibilidade de crédito a juros baixos.

b) Instituições financeiras

As instituições financeiras fazem parte do quadro dos mediadores técnicos e são as responsáveis pela aprovação ou reprovação dos projetos elaborados pela EMATER. Para esta pesquisa, foram entrevistados os gerentes de crédito rural de duas instituições, Banco do Brasil e Sicredi (Anexo C). A escolha dessas instituições se deve ao fato de serem os maiores financiadores da linha de crédito Mais Alimentos no município de Teutônia, sendo que 60,78% dos agricultores entrevistados buscaram o crédito junto ao Banco do Brasil e 39,22% junto ao Sicredi.

A responsabilidade dessas organizações é muito grande, pois são elas que avaliam se o investimento realmente será viável, se os candidatos a tomadores de crédito possuem capacidade de pagamento, pois caso contrário, o financiamento é indeferido.

Em casos de inadimplência, eu vejo que os grandes vilões são as instituições financeiras, porque são elas que têm a responsabilidade de aprovar ou não os financiamentos, ou seja, só por ser um direito disponível ao produtor, o banco não pode, a meu ver, aprovar a liberação do dinheiro se não tiver certeza de que o produtor terá condições de pagar (Gerente de crédito rural do Sicredi).

Segundo o gerente de crédito rural do Sicredi, a Cooperativa de Crédito não tem aprovado financiamentos sem conhecer as propriedades rurais e suas realidades em relação à

produção e faturamento. O Banco do Brasil realiza essas visitas somente quando acha necessária uma avaliação mais detalhada do que o exposto nos projetos da EMATER.

Nós aqui, Sicredi de Teutônia, não temos feito financiamentos sem conhecer a propriedade. A EMATER também faz isso, mas é uma segurança a mais que nós temos aqui, porque esses projetos podem ser elaborados de diversas formas, e a EMATER usa um cálculo que eles chamam de manutenção familiar, que na verdade é o cálculo da produção bruta menos as despesas, resultando na sobra líquida; e sobre essa sobra líquida se tira a manutenção familiar. Para a nossa instituição, o valor mínimo considerado para a manutenção familiar é um salário mínimo por pessoa, enquanto que para a EMATER validar um projeto, eles consideram apenas 200 reais por pessoa, ou seja, como se o produtor fosse viver somente com 200 reais por mês, isso é muito pouco para assumir um compromisso, um financiamento, por isso que nós também realizamos essas visitas e refizemos os cálculos (Gerente de crédito rural do Sicredi).

(...) mas o que nós procuramos fazer é uma análise bem criteriosa, quando possível visitamos as propriedades para ver se realmente terão condições de cumprir seus compromissos. Às vezes os produtores ficam chateados por não terem seus projetos aprovados, mas é melhor receber um “não” antes do que depois estar endividado (Gerente de crédito rural do Banco do Brasil).

Como se pode observar acima, o órgão de extensão rural do município, EMATER, é responsável pela elaboração dos projetos, e os extensionistas são considerados mediadores legítimos dos interesses e necessidades dos agricultores, além de terem papel crucial na mediação entre os agricultores e os bancos. Mas nem sempre essa mediação consegue atingir os objetivos dos agricultores familiares, pois quem realmente decide sobre a aprovação ou não dos projetos não é a EMATER, e sim os bancos, que são os responsáveis pela liberação do dinheiro que viabilizará o investimento.

Uma das grandes reclamações dos agricultores familiares entrevistados foi a questão das dificuldades de acesso ao crédito, principalmente em se tratando das garantias exigidas pelas instituições financeiras, como já comentado no capítulo anterior. O Banco do Brasil e o Sicredi possuem políticas de garantias diferentes uma das outras, como afirmam os entrevistados.

Nós sempre exigimos como garantia 100% do financiamento. Se for máquina, equipamento ou implementos é a própria máquina que pode ficar na garantia. Quando os projetos são de construção, seja de galpões, chiqueiros ou aviários, o que geralmente fica como garantia é a terra, porque é uma forma mais econômica para o agricultor conseguir fazer o financiamento. Como já disse, as garantias que nós pedimos é de 1 por 1, além de exigirmos um avalista. Para aceitarmos os avalistas, verificamos se esta é uma pessoa idônea e se possui bens em nome, compatível com o valor do financiamento. Nós não adotamos como regra que o avalista tenha que ter um valor X para assumir como avalista, mas avaliamos sim a produção e renda deste cidadão, pois caso o tomador de crédito não pague, o primeiro a ser acionado será o avalista, então este também precisa ter essa capacidade de pagamento (Gerente de crédito rural do Sicredi).

A política do Banco do Brasil, a gente chama de 2 por 1, se você pegar 100 mil reais, terá que me dar 200 mil de garantia. Pode ser o próprio bem financiado, ou outro bem do agricultor, ou então um avalista. Imóveis a gente procura evitar pegar como garantia, até porque consideramos que a hipoteca é bastante onerosa para o produtor. O avalista comprova que tem bens em nome e também pode complementar o valor da garantia caso o agricultor não tenha o suficiente. É bem simples, o produtor traz o projeto da EMATER, a comprovação da renda, das garantias e a documentação necessária. Quando achamos necessário averiguar melhor a situação do produtor, realizamos visitas às propriedades (Gerente de crédito rural do Banco do Brasil).

Observa-se que o Banco do Brasil não é muito favorável a aceitar como garantia terras e imóveis do produtor rural, pois acredita ser mais oneroso para o mesmo, diferente do Sicredi. Nas entrevistas realizadas com os agricultores, percebeu-se que a escolha por uma ou outra instituição financeira na busca por crédito, se deu exatamente por causa das garantias exigidas.

O Banco do Brasil não queria minha terra como garantia. Queria minhas vacas, mas isso eu achei sem cabimento, aí fui no Sicredi e eles aceitaram (Agricultor 7, 59 anos).

O Banco do Brasil queria as vacas como garantia e isso eu achei uma piada, porque depois eu quero vender mais uma vaca e tenho que pedir permissão para o banco, isso é um absurdo, eles queriam vinte vacas como garantia. Ai acabamos fazendo pelo Sicredi, demorou um pouco, mas eles aceitaram as terras como garantia (Agricultor 16, 60 anos).

Outra reclamação bastante repetida pelos agricultores entrevistados foi a questão da cobrança de seguros, além dos juros de 2% ao ano sobre o saldo devedor. Segundo os agricultores, essas cobranças extras, aumentam muito o valor das prestações.

O juro é barato, eles dizem que é 2% ao ano, mas na verdade não é só isso, dá mais que 2% se somar tudo que o banco pede e cobra, seguro do trator, seguro de vida e tudo isso, pelo menos uns 4% ao ano de juro (Agricultor 47, 67 anos).

(...) assim que eu puder, eu vou quitar o trator, porque isso se torna caro, todos os seguros: o do trator, de vida, e assim vai. O juro é barato, mas no fim isso se soma, é uma taxa aqui outra ali (...) e o banco sabe como é, não bota para perder. Tem que fazer seguro de vida, e meu filho, que é advogado, fez os cálculos: se eu pago o trator em 10 anos, vai dar em torno de R\$11.000,00 só em seguro. Tem gente que não faz esses cálculos, acha que tudo é muito bom e barato, mas não é bem assim (Agricultor 4, 68 anos).

Eu acho que esse financiamento deveria ser feito de uma maneira que o banco não lucrasse tanto. O banco te exige seguro de vida e seguro disso e daquilo, é uma taxa aqui e outra ali. Só de seguro de vida eu pago R\$49,00 por mês. O Banco do Brasil exige que tu mantenha uma conta corrente e ai eles descontam um monte de taxas. É certo que no mínimo R\$100,00 por mês eles descontam de taxas e seguro de vida, ou seja, eu vou gastar mais ou menos R\$10.000,00 só em taxas e seguros até eu terminar de pagar o trator, e isso eu acho errado, o banco lucra muito em cima da gente (Agricultora 12, 45 anos).

(...) esses seguros que eles exigem é uma encheção de saco, já estou cheio disso, até seguro de vida eu tive que fazer. Esse Mais Alimentos, esse subsidio que o governo dá, o banco come, o banco é o que mais ganha. É seguro de vida, é seguro do trator, isso tudo é enganação, para o pessoal achar que fez um bom negócio, mas aos poucos o banco tira proveito dos colonos (Agricultor 13, 62 anos).

Os representantes dos bancos, ao serem questionados sobre a questão dos seguros, fizeram questão de deixar claro que os seguros não são uma exigência, mas sim sugestões que eles expõem aos clientes. “O seguro não é obrigatório, mas o que a gente aconselha ao nosso produtor quando eles fazem o financiamento é o seguro de vida. Mas nós não obrigamos ninguém a fazer o seguro, apenas orientamos, e normalmente eles fazem. O valor é sempre compatível com o montante do financiamento” (Gerente de crédito rural do Banco do Brasil).

No Sicredi, além de indicarem o seguro de vida, existe a incidência da taxa do seguro prestamista sobre o saldo devedor.

O financiamento em si, ele tem uma cobertura de um seguro prestamista. Esse seguro é cobrado, para se caso acontecer alguma fatalidade com o proponente do financiamento, indiferente de quantas prestações ainda faltam para pagar, a dívida é coberta pela seguradora. Já o seguro de vida é um dinheiro que vai para a família em caso de falecimento do tomador de crédito. A taxa do seguro prestamista é de 0,052% sobre o saldo devedor. De R\$100.000,00, ele vai pagar R\$52,00 de seguro prestamista, ou seja, é um valor baixíssimo, e se caso ocorrer alguma coisa com o produtor, a família não vai mais precisar pagar, a dívida será quitada. Mas acima de 66 anos, esse seguro prestamista passa a ser mais alto, em torno de 0,7% sobre o saldo devedor. Nesse caso, o que nós podemos fazer é isentar ele do pagamento deste seguro, mas aí também, caso ocorra alguma fatalidade com esse produtor, a família ficará responsável pela quitação da dívida restante (Gerente de crédito rural do Sicredi).

Portanto, apesar dos agricultores afirmarem que são obrigados a acatar as exigências dos bancos, os gerentes de ambas as instituições reiteram que não obrigam ninguém a fazer, apenas indicam. Os produtores se mostraram bastante insatisfeitos com essas cobranças, mas sabe-se que essa é a forma pela qual as instituições financeiras obtêm ganhos e lucros, através das movimentações financeiras dos seus clientes, por isso solicitam que tenham no mínimo uma conta corrente ativa na instituição fornecedora de crédito.

Em relação aos índices de inadimplência, os gerentes das duas organizações ressaltaram que ainda não existe inadimplência decorrente dessa linha de crédito, no máximo atraso de algumas parcelas, mas nada que não tenha sido resolvido através da prorrogação do período de carência, já que os motivos foram plausíveis (destruição de galpões por causa de temporais e vendavais).

Além disso, na visão dos gerentes de crédito, o PRONAF Mais Alimentos está proporcionando a permanência do pessoal mais jovem nas propriedades rurais, porque mesmo

que antes já existissem linhas de crédito para os produtores familiares, os valores ofertados eram menores e os juros mais altos, dificultando o acesso a esse crédito. Com o Programa Mais Alimentos houve melhoria nas condições de crédito, e assim está possibilitando a modernização das propriedades e a produção em maior escala, tornando-as mais competitivas, o que motiva os mais jovens a permanecerem na atividade rural.

Em relação ao Programa, os gerentes sabem que o sistema de garantia exigido pelas instituições financeiras é um entrave para o acesso fácil ao crédito, mas também é um fator bastante relativo, pois a responsabilidade dessas organizações é grande: assim como elas podem ser vistas como as “vilãs” do sistema de crédito, elas também podem ser as responsáveis por evitar um futuro cenário de endividamento dos produtores rurais.

Em relação ao limite de crédito disponível, segundo os profissionais, nem sempre 130 mil reais são suficientes, mas é um valor considerável, sobretudo considerando a possibilidade de pagamento que os produtores possuem.

4 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Destaca-se, nesse capítulo, a importância dada aos recursos disponibilizados pelo PRONAF Mais Alimentos pelos agricultores familiares, bem como a racionalidade dos mesmos na sua utilização, tendo em vista que o que move os agricultores na direção do Programa é a possibilidade de alternativas para viabilizar o bem-estar da família e melhorar o desempenho de seus sistemas produtivos.

A racionalidade e, conseqüentemente, a tomada de decisão dos agricultores familiares, estão conectados com a realidade na qual eles se encontram. São sujeitos que analisam, interpretam e reposicionam as influências externas recebidas, visando preservar as condições necessárias que garantam a reprodução social e material das unidades familiares de produção.

Segundo Tedesco (1999, p.33), os agricultores familiares se dividem em consolidados, em transição e periféricos ou de subsistência, o que é condizente com a realidade em que vivem. Ao aplicar-se tal classificação na tentativa de caracterizar os agricultores familiares de Teutônia, verifica-se que estes podem ser classificados, na sua maioria, como consolidados, que segundo Tedesco (1999), são aqueles que possuem propriedades semi especializadas e diversificadas, desenvolvendo de três a cinco atividades para obtenção de renda, tais como: culturas de lavouras de verão e inverno, bovinocultura de leite, suinocultura, avicultura e olericultura. Não são propriedades muito grandes, como se observou nesta pesquisa, em que 88,24% das propriedades visitadas possuíam até 30 hectares de extensão mas que usam alta tecnologia e geralmente recorrem ao crédito rural. Caracterizam-se como produtores esclarecidos e cujo proprietário mora na propriedade.

Através do PRONAF Mais Alimentos, os agricultores familiares contam com a possibilidade de utilizar o financiamento de crédito rural para viabilizar o acesso às novas tecnologias e aperfeiçoar os recursos de produção, modernizar a infraestrutura produtiva visando o aumento da produtividade e, conseqüentemente, o aumento da competitividade, potencializando as condições de acesso ao mercado. Este processo auxilia as transformações exigidas para a inserção mercantil, por meio do progresso técnico dos agricultores familiares ao transformar e mercantilizar as relações no meio rural.

A busca de produção agrícola para atender às trocas mercantis estabelece o reconhecimento da vinculação crescente dos agricultores familiares com o mercado, como principal estratégia de viabilização econômica. Este fator, contudo, requer a incorporação de uma nova racionalidade na aplicação dos recursos, especialmente do crédito rural, com o

objetivo de transformar as unidades familiares de produção em empreendimentos viáveis economicamente. Este processo pressupõe a incorporação de habilidades técnicas de gerenciamento voltadas à competitividade econômica, dado que o mercado determina o sucesso ou fracasso da integração mercantil em resposta às habilidades dos atores em se adequarem à constante competição. Um dos requisitos para tanto é a contínua necessidade de potencializar e maximizar recursos investidos, que exigem ganhos de produtividade do trabalho e da produção, sendo esta a meta do Programa Mais Alimentos.

Mas esta contínua necessidade de se adequar ao mercado para tornar-se competitivo, nem sempre é desejo direto do próprio agricultor e sim exigências que são feitas a ele para que se mantenha no mercado, como pode ser verificado nos depoimentos abaixo:

(...) Hoje a Languiru já está nos exigindo que junto aos chiqueiros tenha um banheiro e um escritório para os técnicos poderem trabalhar e trocar de roupa. Eles estão começando a exigir e até final de 2012, eles querem que isso esteja tudo pronto por causa da exportação, quando eles vão começar com o frigorífico de porco em Poço das Antas (Agricultora 34, 57 anos).

(...) ah, nós colocamos as cortinas e os silos automatizados porque a Cooperativa Languiru já estava solicitando, só que nós ainda não tínhamos feito porque nós não tínhamos reservas, mas aí quando veio esse Mais Alimentos a gente aproveitou (Agricultor 27, 49 anos).

(...) o reajuste no valor dos lotes de frango e suínos é muito baixo, tá na mesma faixa há anos, mas eles continuam exigindo melhorias, aí complica porque a gente tem gastos, mas o dinheiro que entra não sobe muito, mesmo tendo um incentivo da Cooperativa, porque se a gente coloca uma estrumeira de acordo, ganha um pouco mais, se coloca silos, sobe mais um pouco e assim vai, mas a gente gasta muito pra colocar isso em dia (Agricultor 24, 62 anos).

Observa-se, portanto, que grande parte dos investimentos são realizados por exigência do mercado, ou seja, por solicitação das empresas compradoras, integradoras ou cooperativas. No caso do município de Teutônia, destaca-se a Cooperativa Languiru, que possui sistemas de integração completos nos ramos da avicultura, suinocultura e gado leiteiro. A Cooperativa Languiru é muito importante para a economia do município e para os agricultores da região, principalmente pela certeza de que sua produção terá colocação no mercado, mas para que isso aconteça, os agricultores precisam se adequar a algumas exigências da Cooperativa.

Ao atenderem às exigências do mercado, as famílias de agricultores rurais estão cada vez mais se especializando em uma determinada atividade, com o objetivo de se tornarem mais competitivos: “hoje em dia a pequena propriedade só se viabiliza em determinado volume, porque eles pagam muito pouco por unidade, então para ser viável a produção tem que ser maior, em grande escala” (Agricultor 24, 62 anos). Assim, os agricultores deixam de

lado, aos poucos, a diversificação da produção para o autoconsumo. Isso também já foi observado em um estudo feito por Gazolla (2004), no qual ele destaca que a incorporação dos chamados insumos modernos, como uma das evidências da mercantilização da agricultura, tem a virtude de fazer crescer a produtividade agrícola em níveis impensados, entretanto, simultaneamente, as necessidades básicas dos agricultores já não são preenchidas com os produtos para autoconsumo, tornando-se predominantemente mercantilizados.

Segundo Veiga (1992) e Abramovay (1998), os agricultores, ao se enveredarem no avanço tecnológico na busca do aumento da renda através do aumento da produtividade, terão o incremento de sua renda dissipado com a queda dos preços, com o aumento dos custos de produção ou com o aumento do custo da terra; contudo, se não apostarem no progresso técnico e na modernização, as suas propriedades em pouco tempo estarão sucateadas e suas atividades não terão competitividade mínima em relação aos outros agricultores.

O que os autores argumentam, vai ao encontro da principal preocupação exposta pela Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teutônia, pois os produtores rurais precisam se adequar às exigências do mercado para não serem excluídos, mas ao mesmo tempo, o grande gargalo dessa situação, debatida constantemente pelo movimento sindical, é a incerteza e a falta de garantia que os produtores rurais têm em relação às integradoras, pois não existe segurança de que os contratos serão mantidos, pelo menos durante o período de pagamento das prestações do investimento realizado.

Esse movimento contínuo de modernização via reposição de máquinas e equipamentos vai ocorrer em espaços cada vez mais curtos, em um processo ininterrupto. Na concepção de Lamarche (1998), foi construído um amplo arranjo entre os representantes dos agricultores, o Estado e o setor industrial que permitiram impor aos agricultores o modelo produtivista sem nenhuma alternativa. E isso se deve ao fato de os agricultores operarem em mercados imperfeitos, onde há muitos produtores ofertando produtos e poucos compradores. Os agricultores familiares não possuem força suficiente para influenciar a formação dos preços dos seus produtos ante a urgência em vendê-los, pois, quase sempre, atuam condicionados pela necessidade de dinheiro, ou pela impossibilidade de armazená-los, ficando a mercê dos preços pagos pelos compradores.

Para tentar modificar o cenário em que se encontram os agricultores familiares, o empenho do STR é de fundamental importância, pois é o responsável por auxiliar na execução e controle social das políticas públicas construídas para o meio rural. Essa é a razão que confere ao STR um papel relevante no âmbito do PRONAF, não apenas para operar o crédito através do enquadramento da DAP, mas também para discutir com os agricultores familiares,

amparados pela assistência técnica, de que forma aproveitar melhor os recursos através dos projetos financiados.

No município de Teutônia observou-se que o STR é um mediador importante na defesa dos interesses dos agricultores familiares e na divulgação dos programas que beneficiam seus associados, buscando, sempre, orientá-los da melhor maneira possível. Mas em relação a influência sobre a aplicação dos recursos, o STR possui pouca participação, assim como a EMATER.

Aos mediadores técnicos como a EMATER, compete a elaboração e formalização dos projetos dos agricultores beneficiados, obedecendo às condições e regras legais explicitados no Manual de Crédito Rural. Não obstante, os técnicos limitam-se à aplicação dos critérios expressos na legislação, e nem sempre fazem a devida reflexão sobre a viabilidade técnica dos empreendimentos em face às condições dos agricultores. “A EMATER não veio visitar a nossa propriedade, eu só fui lá e pedi pra que eles fizessem um projeto porque eu precisava levar no banco e encaminhar o financiamento” (Agricultora 11, 46 anos). Percebe-se, portanto, que a extensão rural e assistência técnica no município de Teutônia geralmente restringe-se aos procedimentos burocráticos na elaboração dos projetos para efeitos de acesso ao crédito.

Um agente externo que influenciou bastante na decisão de investir, principalmente na mecanização através de tratores e implementos, foram os vendedores, sempre com um grande apelo comercial:

Os vendedores de tratores vinham até aqui no pátio uma vez por semana. Eles vinham oferecer e eles sabem de todas as linhas de créditos, quais são as mais em conta para o produtor; e eles vieram até que eu resolvi fechar o negocio. Se eles têm uma noção de que tu tá interessado, eles não te deixam mais em paz (Agricultor 18, 50 anos).

Constatou-se na pesquisa que 50,98% dos agricultores entrevistados investiram os recursos do PRONAF Mais Alimentos na compra de tratores e implementos; e no município como um todo, no período de julho de 2008 até dezembro de 2011, 49,63% dos recursos foram investidos em mecanização agrícola.

Observou-se que os agricultores familiares não são apenas objetos passivos da intervenção do Estado ou das organizações de mediação que atuam no meio rural, são atores que refletem, conhecem e agem. As decisões e ações dos agricultores familiares relativas à condução de suas atividades de produção são coerentes e racionais. Elas visam atender um ou mais objetivos percebidos como possíveis pelo grupo familiar, tendo em vista a percepção que

os agentes possuem da situação e das finalidades atribuídas às suas unidades de produção, como podemos observar nos depoimentos abaixo:

Um dos motivos de nós ter comprado esse trator é que o guri irá ficar aqui em casa trabalhando com nós, se não, por mim, não teria comprado. Mas se eu não fizer melhorias e investir na propriedade, o guri também não tem como continuar depois, porque não vai conseguir competir no mercado. O trator velho não tinha a força que esse trator novo tem, então agora o serviço rende bem mais (Agricultor 12, 45 anos).

O trator foi uma boa aquisição porque a gente não depende de outros, fazemos os serviços nas horas certas; porque muitas vezes depender de outros a gente perde o momento certo de lavar, plantar, passar o defensivo agrícola, colher e fazer silagem. Porque nessas épocas quase todos os prestadores de serviço estão ocupados, e assim, a gente não depende de outros, e ainda pode ganhar um dinheirinho prestando serviço. Além disso, o trator proporcionou aumento da produção e da produtividade, até arrendamos mais terras para plantar (Agricultor 26, 55 anos).

Conforme Hillig (2008), a racionalidade estratégica leva os agricultores a aplicarem os recursos da maneira mais adequada a sua realidade e conforme as suas necessidades percebidas. Na pesquisa de campo, verificou-se que 43,14% dos entrevistados realizaram os investimentos com o objetivo de maximizar os lucros da propriedade rural. “(...) o objetivo é diminuir custos e aumentar lucros porque quando realizamos o investimento, o retorno que esperávamos era não precisar pagar por hora para o serviço terceirizado, porque é muito caro, em torno de R\$80,00 por hora, enquanto que o nosso custo é em torno de R\$30,00 a hora” (Agricultor 1, 50 anos). Conforme Chayanov (1925/1986), citado por Abramovay (1998), esses agricultores utilizam insumos não só como forma de obter maior quantidade possível de produto, como também levam em conta o nível relativo de preços de mercado. Desta forma estão minimizando custos e maximizando os resultados econômicos de sua produção.

Já para Petersen (1998), as decisões dos agricultores familiares são tomadas tendo em vista, primeiro, o atendimento das necessidades básicas da família e a manutenção das capacidades produtivas do meio rural natural, considerado patrimônio familiar. Entende-se, dessa forma, que o lucro não é o objetivo primordial dos agricultores familiares, que se utilizam de estratégias variadas no sentido de minimizar os riscos e garantir a reprodução da família.

A sala de ordenha foi para facilitar e agilizar a ordenha, porque agora em questão de 1h e 20min ou 1h e 30min a gente ordenha 50 vacas, sendo que antes a gente mal conseguia ordenhar a metade das vacas nesse tempo, e olhe lá, quando não precisava de mais tempo; e agora também a gente não precisa mais se ajoelhar embaixo das vacas, ou ficar com um banquinho, agora a gente pode ficar ereto (Agricultora 44, 22 anos).

O principal objetivo era facilitar o trabalho, porque antes eu tinha que me abaixar umas 5 vezes em cada vaca e a coluna não permite mais isso. Agora a gente faz o serviço de pé. Além disso, eles também pagam um pouco mais por litro de leite e isso sempre ajuda. Só com o que eles me pagam a mais por litro de leite por causa da sala de ordenha, que é 2 centavos a mais por litro, eu já pago a prestação da sala de ordenha, porque isso dá uns 800 reais a mais por mês na conta de leite, e no ano eu consigo pagar a prestação da sala, ou seja, ela se paga por si própria, além de facilitar e agilizar nosso serviço (Agricultor 25, 62 anos).

Segundo Porto (2003), a racionalidade econômica desta categoria é diferente dos agricultores capitalistas. Essa racionalidade dos agricultores familiares se expressa, também, na forma de organização da unidade produtiva, considerando que a gestão e a execução das atividades são realizadas pela própria família. Nesta pesquisa obtivemos como resultado que 41,18% dos agricultores entrevistados realizaram seus investimentos devido à aversão à penosidade, sendo que enquanto as necessidades básicas da família não forem atingidas, haverá disposição a um grande sacrifício em trabalho. Portanto, esses agricultores agiram com intuito de facilitar o seu trabalho e assim garantir com mais facilidade as necessidades básicas da família, principalmente os agricultores com mais idade.

Em relação à racionalidade dos agricultores familiares, pode-se dizer que eles agem baseados em um conjunto de fatores, sendo que o destino dado aos recursos disponíveis pelo PRONAF Mais Alimentos não depende apenas do fato de que o objeto de investimento pode reduzir a penosidade do trabalho, mas, sobretudo, dos impactos que os gastos de investimento terão sobre o consumo familiar e dos usos alternativos do trabalho poupado, conforme exposto por Abramovay (1998).

Em relação à viabilidade do investimento, o fator mais considerado na decisão de investir, nesse caso, foi o juro baixo de 2% ao ano, justificando o investimento para 66,67% (34) dos entrevistados. “Nós já temos dois tratores, até que bons, mas com esse juro barato, tinha que aproveitar, porque o trator que nós compramos antes desse novo pelo Mais Alimentos, a gente já pagou bem mais caro” (Agricultor 46, 70 anos).

Além da viabilidade do investimento, outro motivo levado em consideração na hora do investimento foi o significado do próprio objeto de investimento. Constatou-se que para 41,18% (21) dos entrevistados, o principal objetivo ao realizarem a compra foi a diminuição da penosidade do trabalho: “Nosso principal objetivo era facilitar o serviço, então resolvemos investir nisso porque nós também não somos mais tão novos” (Agricultor 16, 60 anos); seguido de 29,41% (15) que tinham como objetivo o aumento da produtividade agrícola, sendo que este também é o principal objetivo do próprio Programa Mais Alimentos: “Nosso objetivo é plantar e colher; e o trator ajuda a render mais o serviço. Rende e facilita mais o

serviço, porque na hora de fazer silagem a gente já precisa de três tratores, um que corta, outro compacta, o outro tem que puxar a silagem” (Agricultor 46, 70 anos). Os recursos do PRONAF Mais Alimentos, além de permitirem a compra de objetos de investimento que tinham como objetivo a diminuição da penosidade do trabalho ou o aumento da produtividade agrícola, também possibilitaram a realização de sonhos: “(...) mas meu sonho era comprar um trator novo, na minha vida eu sempre falava para a mulher: - será que eu nunca vou chegar a comprar um trator novo? E agora, por causa do juro baixo, eu aproveitei e também consegui comprar” (Agricultor 51, 59 anos).

Os investimentos realizados a partir dos recursos disponibilizados pelo PRONAF Mais Alimentos proporcionaram aumento do bem-estar familiar para 100% dos entrevistados, se manifestando através da diminuição da penosidade do trabalho para 64,71% dos entrevistados e melhoria da renda familiar para os demais 35,29% dos entrevistados. “Nosso bem-estar melhorou muito. Minha esposa fazia 60 horas por semana. Agora trabalha só 40h semanais como professora. Durante 11 anos ela trabalhou 3 turnos, mas agora que aumentou um pouco a minha renda por causa do novo aviário, nós decidimos que ela ia aliviar um pouco sua jornada” (Agricultor 36, 35 anos).

Além dos recursos do PRONAF Mais Alimentos proporcionarem bem-estar familiar, também provocaram mudanças nos sistemas produtivos, aumentando principalmente a produtividade do trabalho, o que foi constatado em 70,59% das propriedades visitadas: “agilizou muito o trabalho, porque agora não precisa mais ficar trocando os implementos, assim cada trator já fica com um ou outro implemento, não precisa ficar trocando cada vez que queremos usar e isso agiliza bastante e também facilita o serviço” (Agricultor 21, 47 anos).

Quando questionados sobre o que poderia ser melhorado na linha de crédito PRONAF Mais Alimentos, a principal reclamação e sugestão dos agricultores entrevistados foi diminuir as dificuldades e garantias exigidas para acessar o crédito (31,37%). Esta reclamação pôde ser mais notada principalmente entre os agricultores com idade e renda inferiores, e propriedades com menores extensões de terras, fato que justifica tal reclamação, pois estes, muitas vezes, não possuem a renda e nem as propriedades requeridas pelas instituições de financiamento, tendo que recorrer a outros meios ou então desistir do financiamento, já que são os bancos que possuem o poder de decisão, ou seja, que aprovam ou reprovam os projetos. Dessa forma, pode-se sugerir que, possivelmente, o fracasso de algumas políticas públicas relacionadas ao crédito rural seja resultado das regras formais e informais que regem as relações do sistema

financeira em geral e deste com os demais mediadores do arranjo institucional que dão apoio a essa política pública (SAYAD, 1984).

Além das reclamações sobre o excesso de garantias na aprovação dos projetos, 15,69% (8) dos entrevistados sugeriram aumentar o prazo de pagamento e 13,73% (7) dos entrevistados sugeriram aumentar o limite máximo de crédito disponibilizado pelo Programa.

Deveriam aumentar o valor do financiamento porque R\$130.000,00 não é muito dinheiro. Poderiam liberar mais dinheiro, pelo menos pra quem tivesse condições de pagar mais, e nas mesmas condições, de 2% ao ano. Um aviário, por exemplo, não se constrói abaixo de R\$200.000,00; e com R\$130.000,00, ou tu faz uma chinelagem, uma coisa por cima, ou então vai ter que fazer milagres ou já ter um dinheiro no bolso, porque com R\$130.000,00 não se faz um aviário, pelo menos não para que ele se pague mesmo. Com esse dinheiro se faz um aviário bom de no máximo 50, 60 m, e aí, ele não vai conseguir se pagar com os lotos de frango. (Agricultor 1, 50 anos).

O aumento do limite máximo de crédito é a principal reivindicação dos produtores rurais que investiram principalmente na construção e ampliação de aviários e chiqueiros, pois são atividades que exigem investimentos elevados. Outro fator considerado foi o financiamento de terras (13,73%). “Poderiam financiar terra pelo Mais Alimento, pois pra comprar terra os juros são muito altos, e aí eles deveriam oferecer um período maior para pagar, assim como oferecem para a construção da casa própria”(Agricultor 2, 48 anos). Além de poder aumentar as áreas produtivas, o financiamento de terras poderia favorecer a permanência dos jovens no campo. “É uma pena que a terra não entre nesse financiamento porque aí muitos jovens teriam mais condições de ficar na roça comprando suas próprias terras, porque muitas vezes na casa dos pais ou sogros não funciona, aí eles vão trabalhar como assalariados nas firmas e saem da propriedade rural” (Agricultor 45, 55 anos).

Ainda em relação ao financiamento de terras, um problema que se percebe de maneira geral, não relacionado diretamente com o Programa Mais Alimentos, é a falta de uma linha de crédito específica para adquirir terras. Os prazos de pagamento geralmente são curtos e as taxas de juros muito altas. Deste modo, para que esses investimentos em terra sejam rentáveis, a produção que ela proporciona teria que ser muito rentável, o que geralmente não ocorre, principalmente na atualidade, em que o preço da terra está supervalorizado. Ou seja, hoje o financiamento de terras ainda é muito penoso, quase inviável, o que faz com que as propostas dos agricultores sejam muito relevantes.

Outra reivindicação importante por parte dos agricultores familiares é a garantia dos preços dos produtos agrícolas:

“Acho que o governo deveria garantir para nós um preço mínimo para conseguirmos pagar as prestações do financiamento. É um compromisso que a gente tem agora. Agora mesmo, tem essa seca. Se não der milho, vai faltar comida para as vacas, temos que gastar mais com ração, e mesmo assim o litro do leite caiu de preço, sendo que isso deveria ser ao contrário. Como vamos honrar nossos compromissos? O governo tem que cuidar para os preços agrícolas não caírem muito, porque se não daqui um tempo não irá valer a pena ficar na agricultura. Eles precisam manter os preços competitivos” (Agricultor 16, 60 anos).

Alguns agricultores de Teutônia já compreenderam a situação de fragilidade a que estão expostos e revelam a inconsistência das políticas públicas focadas apenas no crédito rural, ao enfatizarem a necessidade de políticas complementares, especialmente no tocante à remuneração dos produtos agrícolas e políticas de garantia em caso de imprevistos. Os depoimentos revelam, em acordo com Toledo (2009), a capacidade analítica dos agricultores em perceber o universo de dificuldade e limitações em que estão inseridos e utilizar suas próprias informações para compreender e prever cenários que expressam as múltiplas racionalidades que fundamentam as ações, desejos, capacidades e práticas envolvidas nesse processo.

CONCLUSÃO

Hoje a literatura nos mostra diversos estudos que apontam a relevância do PRONAF, que vem se constituindo em elemento central na abundância de estudos institucionais de parte significativa da intelectualidade acadêmica brasileira.

Neste contexto, procurou-se, nesta dissertação, chegar a uma visão geral de uma linha de crédito de longo prazo, criada recentemente, destinada a financiar investimentos nas propriedades dos agricultores familiares, a Linha Especial de Crédito de Investimento para a Produção de Alimentos, mais conhecida como PRONAF Mais Alimentos, que tem como principal objetivo o incremento da produtividade da agricultura familiar. No entanto, o objetivo central da pesquisa foi analisar a importância e os efeitos que o PRONAF Mais Alimentos tinha sobre os agricultores familiares do município de Teutônia/RS.

Para a execução dos objetivos estipulados, o presente estudo foi realizado por meio de uma pesquisa exploratória, com dados quantitativos e qualitativos. Os dados foram obtidos por meio de questionários e entrevistas aplicados a uma amostra de 51 agricultores familiares do município de Teutônia, além de entrevistas com mediadores técnicos e políticos considerados importantes no processo de acesso ao crédito rural.

Dos elementos de descrição da amostra, pode-se destacar que a maioria dos entrevistados tem mais de 41 anos (78,43%) e é predominantemente do sexo masculino (76,47%). Todos os entrevistados são filhos ou foram filhos de agricultores, sendo todos de origem germânica.

Os agricultores entrevistados podem ser classificados como “consolidados”, conforme classificação de Tedesco (1999), pois possuem propriedades semi automatizadas e diversificadas, se destacando a bovinocultura leiteira como principal atividade (64,71%), seguida da avicultura (23,53%) e suinocultura (11,76%). Observa-se que, a atividade leiteira é uma atividade significativa na economia do município de Teutônia, mas entre os agricultores mais jovens existe uma busca maior por atividades como a suinocultura e avicultura, deduzindo-se, portanto, que estas são atividades menos penosas, que exigem menos dedicação por parte dos agricultores, principalmente se essas forem mecanizadas.

O tamanho das propriedades não é grande, destacando-se propriedades com até 30 hectares (88,24%). Apesar de predominar a pequena propriedade entre todos os entrevistados, percebe-se que as propriedades maiores (acima de 30 hectares) pertencem à agricultores com idade superior a 40 anos. Vale ressaltar também, que todos os entrevistados com idade

inferior a 30 anos trabalham e moram em terras herdadas pelos familiares, sejam pais ou sogros, o que pode ser uma explicação para o fato de não possuírem propriedades acima de 30 hectares, pois elas possivelmente foram fracionadas no processo de partilha da herança.

Em relação à integração com o mercado, 86,27% dos entrevistados são cooperativados da Cooperativa Languiru, importante organização para os agricultores da região e também para a economia do município de Teutônia. Na análise interpretativa das falas dos agricultores familiares, percebeu-se que a Cooperativa Languiru é um forte mediador e influenciador das decisões tomadas pelos agricultores no sentido de direcionar a aplicação dos recursos disponibilizados pelo PRONAF Mais Alimentos. A Cooperativa fomenta a mecanização e melhorias na infraestrutura das propriedades rurais, pois é uma empresa que visa a competitividade frente a seus concorrentes no mercado nacional e internacional. Deste modo, o que está posto é o processo de transformação do agricultor familiar em empreendedor e comerciante, voltado para o lucro preconizado pela lógica do mercado, como regra básica de sobrevivência e da integração mercantil, a qual exige planejamento, profissionalismo e a combinação entre eficiência técnica e eficiência econômica, tendo os mecanismos creditícios uma relevante importância para modificar as bases produtivas e organizativas do trabalho dos agricultores.

Os mediadores políticos (STR) e técnicos (principalmente EMATER) sempre foram vistos como importantes na destinação correta dos recursos do PRONAF, mas o que se observa hoje é que este processo se tornou apenas uma formalização burocrática para a liberação dos recursos, sem que haja a devida problematização dos projetos financiados, visando o melhor aproveitamento de tais recursos.

Em relação à racionalidade dos agricultores familiares, observa-se que 52,94% dos agricultores agiram com o objetivo maior de maximizar o lucro da família a partir da diversificação da produção e, aumento da produção e produtividade. Entre esses agricultores se encontram, principalmente, os de menos idade, menores extensões de terras e menor renda anual bruta, que buscam através do Programa, melhorar as condições financeiras da família. A redução da penosidade do trabalho caracteriza a racionalidade de 41,18% dos entrevistados, destacando-se, principalmente, entre os agricultores mais velhos e com propriedades maiores.

Entre os agricultores mais jovens e com menor renda, o retorno (relação custo/benefício) do investimento, juntamente com os juros baixos, foram os fatores determinantes do financiamento em busca de um investimento viável, enquanto que, entre os mais velhos, o retorno não se mostrou relevante, destacando-se, além do juro baixo, o prazo de pagamento.

Os recursos do PRONAF Mais Alimentos no município de Teutônia foram, principalmente, destinados para a compra de novos tratores (45,10% dos entrevistados) e implementos agrícolas, com o objetivo de aumentar a produtividade agrícola e diminuir a penosidade do trabalho no meio rural. Portanto, os agricultores familiares de Teutônia são atores sociais que analisam, interpretam e reposicionam as influências externas recebidas, com base na capacidade e percepção de cada um, visando a preservação das condições necessárias que garantem a reprodução social e material das unidades familiares de produção. Ou seja, os agricultores familiares possuem a sua própria racionalidade e levam vários fatores em consideração na hora de investir.

De modo geral, os agricultores encontram-se satisfeitos com essa linha de crédito, até porque nunca houve a disponibilização dos mesmos recursos a juros tão baixos, de apenas 2% ao ano, além de proporcionar aumento do bem-estar familiar, e aumento da produção e produtividade, tanto da terra, quanto do trabalho agrícola. Porém, ainda existem algumas reivindicações que gostariam que fossem atendidos como, por exemplo, a diminuição da burocracia e garantias exigidas pelas instituições financeiras para liberar o crédito, aumento do prazo de pagamento, aumento do limite máximo de crédito disponível para cada agricultor, além de se preocuparem com a desvalorização dos preços agrícolas, o que poderia vir a causar uma possível “onda” de endividamento. Assim, pode-se sugerir que um possível endividamento dos agricultores familiares, caso ocorra, não será resultado das taxas de juros cobradas, mas da incapacidade de resposta dos sistemas produtivos em função dos riscos ambientais e de mercado. Uma possível alternativa que o Governo poderia utilizar para estimular o agricultor a pagar em dia, seria introduzir uma espécie de bônus de adimplência, ou seja, o produtor que pagasse em dia, sem atraso, mereceria um bônus na hora do pagamento, que poderia ser na forma de desconto ou qualquer outro benefício, mas que incentivasse sempre a adimplência.

Pode-se dizer que de alguma maneira este trabalho contribuiu para aumentar os conhecimentos relacionados a essa nova linha de crédito, conhecida como PRONAF Mais Alimentos, atingindo assim o seu objetivo principal. No entanto, é possível observar algumas limitações desta pesquisa, uma delas refere-se à amostra. O principal problema da amostra é que, em função do contexto regional, os agricultores pesquisados possuem todos o mesmo perfil. Além disso, a mesma poderia ser ampliada para que os dados tivessem maior confiabilidade, porém a amostra usada é considerada satisfatória para fins deste estudo. Outra limitação da pesquisa é o caráter exploratório da mesma, obtendo algumas informações mais superficiais sobre o real impacto do Programa sobre os agricultores familiares; portanto, seria

interessante o uso mais expressivo de testes multivariados na busca de maiores confirmações dos dados apresentados.

Também salienta-se que os resultados do estudo restringem-se a uma realidade local e faz com que não necessariamente estes sejam aplicáveis a outras realidades do Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Relatório institucional da Secretaria da Agricultura Familiar**. Brasília. SAF/MDA/PNUD. Projeto BRA/98/012. 2002.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas (SP): Editora HUCITEC – UNICAMP, 1998.

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In: **Textos para discussão**, n 641, Rio de Janeiro: IPEA, abril, 1999.

ALBUQUERQUE, A. F.; FILHO, E. E. **Administrar é decidir: a visão de Herbert A. Simon**. 2005. 11p. Disponível em: <http://www.ceul.ufms.br/dcs/dconline/artigos/artigo_01.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2011.

ALMEIDA, M. W. B. **Redescobrimos a família rural**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº1, vol.1: 66-83. 1986.

ALMEIDA, R. C. **Caminhos do vale**. Associação dos Municípios de Turismo da Região dos Vales – Amturval. Caxias do Sul: Loigraf, 2003.

ARAÚJO, T. B. As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In: Santos Junior, Orlando Alves dos *et al* (orgs). **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BACHA, C. J. C, DANELON, L., DEL BEL FILHO, E. Evolução da taxa de juros real do crédito rural no Brasil – período de 1985 a 2003. **Revista Teoria e Evidências Econômicas**, Passo Fundo, v. 14, n.26, p.43-69, maio 2006.

BALESTRIN, A. Uma análise da contribuição de Herbert Simon às teorias organizacionais. In: **Revista Eletrônica de Administração** [on line]. Porto Alegre: V. 08, n. 4, jul – ago de 2002. Disponível em: <http://www.read.ea.ufrgs.br/edicoes/pdf/artigo_94.pdf>. Acesso em: 18 nov.2011. 1-17 p.

BARROS, G. **Racionalidade e organizações: um estudo sobre comportamento econômico na obra de Herbert A. Simon**. São Paulo, 2004. 145 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2004.

BAPTISTA, F. O. **Agricultura e capitalismo na Europa do Sul**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1997.

BARTRA, A. **El comportamiento económico de la producción campesina**. México: Universidad Autónoma Chapingo, 1982. (Colléction Cuardenos Universitários).
BELIK, W. **PRONAF: Avaliação da operacionalização do programa**. Campinas, Universidade Estadual de Campinas – NEA, 2001. 32 p.

BRASIL. **Lei n. 11326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <WWW.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 14 de maio de 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Plano safra para agricultura familiar 2008/2009.** Brasília.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Plano safra para agricultura familiar 2009/2010.** Brasília.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Plano safra para agricultura familiar 2010/2011.** Brasília.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Plano safra para agricultura familiar 2011/2012.** Brasília.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Cartilha plano safra 2009/2010.** Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/1816/codInterno/21797>. Acesso em: 17 de novembro de 2011.

BUANAIN, A.M; SOUZA FILHO, H. M. de. **A política agrícola no Brasil:** evolução e principais instrumentos. 2006. Disponível em: <www.enad.org.br>. Acesso em: 17 de abril de 2011.

CARRIERI, A. P. **A racionalidade administrativa:** os sistemas de produção e o processo de decisão-ação em unidades de produção rural. Lavras. 208 p. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura de Lavras, Universidade Federal – Minas Gerais, 1992.

CORRÊA V. P.; SILVA, F. F. Análise das liberações recentes de recursos do Pronaf: uma mudança na lógica de distribuição? **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.4838, n.1, jan-mar. 2007.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S.(Org.) **Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil.** Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 2001. p. 15-52.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil.** Campinas: Ícone, 1985.

DEPONTI, C. M. Teoria social e o lugar da agricultura familiar na sociedade contemporânea: estudo analítico-comparativo das distribuições brasileiras ao debate. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Anais...**Londrina: SOBER, 2007.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável.** Brasília, DF: FAO/INCRA, 1994. 24p. (Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036).

FELDENS, L. P. **A dimensão da pequena propriedade no Rio Grande do Sul**. Secretaria da Agricultura. 1989. 154 p.

FLEXOR G. G.; LEITE, S. P. Análise de políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas. In: LIMA, E. F.; DELGADO, N.; MOREIRA, R. (Orgs). **Mundo rural IV: configurações rural-urbanas – poderes e políticas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 199-216.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: MOTA, José Aroudo (Org). **Planejamento e políticas públicas**. Rio de Janeiro: IPEA/PPP, jun.2000, n.21, p.211-259.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GUILHOTO, J.M. *et al.*, **Agricultor familiar na economia: Brasil e Rio Grande do Sul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Estudos NEAD n. 9, 2005.

HESSEL, L. F. **O município de Estrela: história e crônica**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1987.

HILLIG, C. **A cidadania e a racionalidade técnico burocrática nas estratégias de apropriação do Pronaf pelos agricultores familiares**. (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

HOLANDA, N. **Avaliação de programas**. Conceitos básicos sobre a avaliação “ex post” de programas e projetos. Fortaleza: ABC Editora, 2006.

INSTITUTO BASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA. **Perfil dos municípios brasileiros 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em 9 de setembro de 2011.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2011.

KAGEYAMA, Â. (coord.) O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. (Orgs.) **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990. p.113-145.

LAMARCHE, H. (coord.) **Agricultura familiar: do mito a realidade**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998. v. 2.

LEITE, S. P. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LEITE, S. (Org.) **Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil**. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 2001.

LIMA, A.P. de.; BASSO, N.; NEUMANN, P.S.; SANTOS, A.C. dos.; MULLER, A.G. **Administração da unidade de produção familiar**: modalidades de trabalho com agricultores. 3. ed. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2005. 224p.

MANUAL do crédito rural. Disponível em:
<WWW.4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsDenorMCR:dvDenorMCR>. Acesso em: 02 de abril de 2011.

MARQUES, P. E. M. Participação e Pronaf: um estudo do poder, dos atores e dos conflitos em torno dos conselhos municipais de desenvolvimento rural. In SCHNEIDER, S. et al (orgs). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: UFRGS editora, 2004.

MARTINS, M. A. H. **Metodologia da pesquisa** – 2002. Disponível em:
<<http://mariaalicehof5.vilabol.uol.com.br>>. Acesso em: 16/12/2011.

MASSUQUETTI, A. **A mudança no padrão de financiamento da agricultura brasileira no período 1965-97**. Dissertação de Mestrado, IEPE – UFRGS, 1999).

MATTEI, L. **PRONAF 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Brasília: MDA, 2006.

_____. **Impactos do PRONAF**: uma análise dos indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. 2005, 136p. (Série Estudos NEAD, 11).

_____. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 4., 2001, Belém. **Anais...**Belém: SBS, 2001.

PETERSEN, P. **Pesquisa participativa: um conceito em evolução**. Rio de Janeiro: ASPTA, 1998.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, R. *apud* THEODORSON, G. A. & THEODORSON, A. G.(1995). **Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública**. Sítio Scielo Public Health
<http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S003489101995000400010&script=sci_arttext&tlng=> Acessado em 17 de junho de 2012.

PORTO, V. H. F. Sistemas Agrários: **Uma revisão conceitual e de métodos de identificação como estratégias para o delineamento de políticas públicas**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.20, n.1, p.97-121, jan/abr.2003.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RUIZ, J.A. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SAYAD, J. **Crédito rural no Brasil**: avaliação das críticas e das propostas de reforma. São Paulo: Pioneira FIPE, 1984.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 359p.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S. *et al* (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 2004.

SHANIN, T. **Natureza y lógica de la economia campesina**. Barcelona: Anagrama, 1976.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado Nº 330**. 2011. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=92151&tp=1>. Acesso em 10 de junho de 2012.

SORIANO, R. R. **Manual de pesquisa social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, v.8, n.16, p. 20-45, jul/dez.2006.

SOUZA, C. B.; CAUME, D. J. Crédito rural e agricultura familiar no Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2ª ed., Porto Alegre, Artmed, 2008.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF. 1999. 405p.

TERRA, L. U. **A cédula de produto rural (CPR) como alternativa para a cultura da soja. 2002**. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

TEUTÔNIA. Prefeitura Municipal de Teutônia. Disponível em: <http://www.teutonia.com.br/turi.html>. Acesso em 2 de janeiro de 2012.

TOLEDO, V. M. La racionalidade ecológica de la producción campesina. In: GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. **Ecología, campesinato e história**. Madrid: Piqueta, 1993. p. 197-218

TOLEDO, E. N. B. **O PRONAF em Salvador das Missões**: Contradições de uma política de crédito. (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

VEIGA, J. E. Uma linha estratégica de desenvolvimento agrícola. **Revista de Economia Política**. V.12, n.2 (46), abril/jun. 1992.

_____. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Edusp/HUCITEC, 1991.

ANEXOS

Anexo A – Distribuição da quantidade e montante dos contratos do Programa PRONAF Mais Alimentos nos municípios do RS

UF	Município	2008/2009		2009/2010		2010/2011		TOTAL (2008/2011)	
		Contratos	Montante	Contratos	Montante	Contratos	Montante	Contratos	Montante
RS	ACEGUA	34	2.232.651	28	1.606.041	22	822.189	84	4.660.881
	AGUA SANTA	19	1.120.424	47	2.529.585	42	2.897.099	108	6.547.108
	AGUDO	47	3.057.632	41	2.744.023	17	882.153	105	6.683.808
	AJURICABA	29	1.719.899	87	5.042.714	45	2.292.910	161	9.055.523
	ALECRIM	14	790.908	17	602.191	4	406.599	35	1.799.698
	ALEGRETE	67	3.387.080	85	3.163.557	71	2.530.783	223	9.081.420
	ALEGRIA	12	752.260	15	462.176	21	1.357.373	48	2.571.809
	ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL	12	771.391	12	679.717	5	232.783	29	1.683.891
	ALPESTRE	1	67.193	9	419.313	14	661.543	24	1.148.049
	ALTO ALEGRE	19	1.166.190	25	1.712.212	20	1.284.499	64	4.162.901
	ALTO FELIZ	10	479.050	18	1.020.437	10	607.813	38	2.107.300
	AMARAL FERRADOR	1	64.555	3	125.429	5	389.175	9	579.159
	AMETISTA DO SUL	5	141.785	1	66.997	5	188.962	11	397.744
	ANDRE DA ROCHA	6	271.126	2	24.378	5	215.291	13	510.795
	ANTA GORDA	35	2.052.478	52	2.941.761	48	2.050.153	135	7.044.392
	ANTONIO PRADO	114	5.629.083	114	5.414.536	37	2.708.753	265	13.752.372
	ARAMBARE	-	-	-	-	1	70.818	1	70.818
	ARATIBA	29	1.542.836	59	2.709.927	28	1.229.396	116	5.482.159
	ARROIO DO MEIO	50	2.840.846	71	3.544.950	38	1.993.731	159	8.379.527
	ARROIO DO PADRE	1	39.406	6	337.248	3	181.937	10	558.591
	ARROIO DO SAL	2	31.083	-	-	1	69.429	3	100.512
	ARROIO DO TIGRE	28	1.781.274	66	4.196.737	30	1.521.048	124	7.499.059
	ARROIO DOS RATOS	2	169.429	3	208.322	4	278.063	9	655.814
	ARROIO GRANDE	35	1.625.591	22	1.392.617	11	553.559	68	3.571.767
	ARVOREZINHA	4	109.589	29	1.487.452	38	2.790.924	71	4.387.965
	AUGUSTO PESTANA	47	3.137.196	93	5.499.157	63	2.814.317	203	11.450.670
	AUREA	34	1.424.434	30	1.381.454	26	886.734	90	3.692.622
	BAGE	-	-	9	587.555	7	387.460	16	975.015
	BALNEARIO PINHAL					1	51.855	1	51.855
	BARAO	15	733.110	10	511.267	6	461.378	31	1.705.755
	BARAO DE COTEGIPE	26	1.350.163	72	3.699.929	22	953.773	120	6.003.865
	BARAO DO TRIUNFO	2	129.110	5	289.783	7	438.365	14	857.258
	BARRA DO GUARITA	5	304.984	12	497.265	6	233.499	23	1.035.748
	BARRA DO QUARAI	-	-	3	33.500	-	-	3	33.500
	BARRA DO RIBEIRO	6	373.425	16	1.078.064	6	376.169	28	1.827.659

BARRA DO RIO AZUL	19	933.408	34	1.173.653	11	525.693	64	2.632.754
BARRA FUNDA	13	607.866	28	1.260.009	10	301.861	51	2.169.736
BARRACAO	7	310.199	15	614.760	7	260.644	29	1.185.604
BARROS CASSAL	4	192.285	10	635.951	2	155.334	16	983.570
BENJAMIM CONSTANT DO SUL	2	122.015	12	528.159	6	303.536	20	953.710
BENTO GONCALVES	140	6.170.020	180	7.759.919	104	5.016.237	424	18.946.176
BOA VISTA DAS MISSOES	9	524.649	6	351.263	7	316.693	22	1.192.605
BOA VISTA DO BURICA	13	747.145	35	1.895.397	23	1.447.994	71	4.090.536
BOA VISTA DO CADEADO	2	137.610	10	466.124	7	404.975	19	1.008.709
BOA VISTA DO INCRA	16	753.110	37	1.994.375	11	523.176	64	3.270.661
BOA VISTA DO SUL	14	623.623	47	2.461.571	29	1.453.780	90	4.538.974
BOM JESUS	10	734.589	18	1.253.714	15	707.424	43	2.695.727
BOM PRINCIPIO	44	1.885.537	46	2.121.860	10	628.237	100	4.635.634
BOM PROGRESSO	3	54.194	11	678.895	7	279.061	21	1.012.150
BOM RETIRO DO SUL	11	702.760	34	1.698.526	9	439.675	54	2.840.961
BOQUEIRAO DO LEAO	4	160.247	11	484.196	16	653.307	31	1.297.750
BOSSOROCA	3	71.621	2	138.857	6	404.266	11	614.744
BOZANO	6	389.513	9	514.590	19	1.176.322	34	2.080.425
BRAGA	6	277.614	11	517.313	5	300.563	22	1.095.490
BROCHIER	13	746.339	26	1.641.887	17	1.061.586	56	3.449.812
BUTIA	-	-	3	208.287	3	148.400	6	356.687
CACAPAVA DO SUL	1	64.555	12	832.283	6	331.189	19	1.228.027
CACEQUI	27	1.926.933	32	1.688.677	44	1.779.229	103	5.394.839
CACHOEIRA DO SUL	19	1.047.250	58	3.833.035	29	1.838.058	106	6.718.343
CACIQUE DOBLE	12	674.558	42	2.029.759	33	1.474.796	87	4.179.113
CAIBATE	6	399.464	8	397.705	9	525.634	23	1.322.803
CAICARA	20	1.220.734	30	1.614.852	25	1.128.116	75	3.963.702
CAMAQUA	11	744.228	24	1.468.618	8	525.610	43	2.738.455
CAMARGO	6	193.223	43	2.179.880	31	1.120.465	80	3.493.568
CAMBARA DO SUL	1	93.673	12	487.473	12	331.054	25	912.200
CAMPESTRE DA SERRA	22	953.820	41	1.841.752	19	1.029.758	82	3.825.330
CAMPINA DAS MISSOES	31	1.253.718	62	2.465.854	47	1.945.306	140	5.664.878
CAMPINAS DO SUL	13	746.611	7	403.432	11	576.257	31	1.726.300
CAMPO BOM	4	131.990	5	321.626	6	298.600	15	752.216
CAMPO NOVO	7	218.138	17	869.409	9	497.205	33	1.584.752
CAMPOS BORGES	3	240.486	8	498.573	6	315.117	17	1.054.176
CANDELARIA	35	2.212.231	44	2.891.063	10	672.061	89	5.775.355
CANDIDO GODOI	35	1.512.014	55	3.070.948	45	2.290.432	135	6.873.394
CANDIOTA	-	-	1	13.000	4	208.936	5	221.936

CANELA	-	-	4	237.099	1	99.966	5	337.065
CANGUCU	9	579.203	14	769.300	9	631.589	32	1.980.092
CANUDOS DO VALE	3	129.428	28	1.298.409	14	662.419	45	2.090.256
CAPAO BONITO DO SUL	1	50.000	1	9.700	-	-	2	59.700
CAPAO DO CIPO	2	90.855	2	38.804	4	236.878	8	366.537
CAPAO DO LEAO	5	233.989	8	393.393	2	117.776	15	745.158
CAPELA DE SANTANA	2	102.729	4	246.883	3	200.749	9	550.361
CAPITAO	11	499.377	78	3.501.174	41	2.526.023	130	6.526.574
CAPIVARI DO SUL	1	64.555	3	167.229			4	231.784
CARAA	10	518.931	5	332.043	4	203.014	19	1.053.988
CARAZINHO	4	177.727	5	272.284	8	462.530	17	912.541
CARLOS BARBOSA	33	1.958.561	108	5.586.508	33	1.825.902	174	9.370.971
CARLOS GOMES	18	860.524	20	578.096	10	377.010	48	1.815.630
CASCA	75	4.077.146	88	4.096.890	58	2.699.381	221	10.873.417
CASEIROS	9	505.079	23	1.346.625	6	225.478	38	2.077.182
CATUIPE	14	894.315	20	1.156.804	9	525.702	43	2.576.821
CAXIAS DO SUL	160	8.803.917	250	13.033.520	145	8.509.965	555	30.347.402
CENTENARIO	17	930.602	22	1.079.078	28	1.313.672	67	3.323.352
CERRITO	29	1.496.834	26	976.154	12	364.689	67	2.837.677
CERRO BRANCO	5	277.407	10	561.771	7	475.969	22	1.315.147
CERRO GRANDE	-	-	2	119.555	3	129.800	5	249.355
CERRO GRANDE DO SUL	6	370.750	17	1.053.952	12	607.401	35	2.032.103
CERRO LARGO	34	2.021.121	34	1.343.216	14	609.866	82	3.974.203
CHAPADA	27	1.600.506	66	3.398.198	38	1.723.292	131	6.721.996
CHARQUEADAS	-	-	8	387.082	1	34.905	9	421.987
CHARRUA	7	485.926	25	1.488.631	14	737.548	46	2.712.105
CHIAPETA	14	495.810	21	731.263	7	291.237	42	1.518.310
CHUI	-	-	3	70.580	2	50.000	5	120.580
CIDREIRA	-	-	2	138.858	-	-	2	138.858
CIRIACO	7	381.270	38	1.988.127	28	1.806.458	73	4.175.855
COLINAS	11	727.360	45	2.769.142	25	1.478.562	81	4.975.064
COLORADO	21	1.385.373	22	1.035.147	16	1.015.819	59	3.436.339
CONDOR	9	582.617	32	1.183.564	14	481.874	55	2.248.055
CONSTANTINA	65	3.310.574	85	3.608.151	28	1.463.556	178	8.382.281
COQUEIRO BAIXO	10	681.410	27	1.349.561	15	756.882	52	2.787.853
COQUEIROS DO SUL	8	508.107	24	1.345.230	16	644.200	48	2.497.537
CORONEL BARROS	10	607.599	23	1.305.633	7	436.328	40	2.349.560
CORONEL BICACO	27	1.504.599	43	1.757.088	22	735.158	92	3.996.845
CORONEL PILAR	38	1.388.347	53	2.097.608	43	1.728.155	134	5.214.110

COTIPORA	62	2.694.083	59	2.332.920	23	827.227	144	5.854.230
COXILHA	1	82.129	13	678.349	10	467.686	24	1.228.164
CRISSIUMAL	16	1.017.162	37	2.467.327	26	1.645.178	79	5.129.667
CRISTAL	10	690.612	6	366.786	5	312.494	21	1.369.893
CRISTAL DO SUL	2	138.856	13	529.026	22	1.512.726	37	2.180.608
CRUZ ALTA	9	572.448	31	1.473.510	14	629.998	54	2.675.956
CRUZALTENSE	4	312.286	19	980.895	6	515.357	29	1.808.538
CRUZEIRO DO SUL	45	2.308.546	48	2.204.528	26	1.286.942	119	5.800.016
DAVID CANABARRO	24	1.344.725	55	2.941.697	32	1.477.503	111	5.763.925
DERRUBADAS	29	2.049.050	47	2.137.059	7	312.400	83	4.498.508
DEZESSEIS DE NOVEMBRO	2	138.858	4	226.723	9	451.725	15	817.306
DILERMANDO DE AGUIAR	6	344.167	7	463.742	9	514.500	22	1.322.409
DOIS IRMAOS	4	253.870	3	154.186	1	12.000	8	420.056
DOIS IRMAOS DAS MISSOES	2	133.984	16	854.300	5	193.957	23	1.182.241
DOIS LAJEADOS	48	2.307.645	58	2.782.022	46	1.969.617	152	7.059.284
DOM FELICIANO	1	69.574	4	177.214	2	129.247	7	376.035
DOM PEDRITO	22	1.089.436	53	2.123.883	13	372.388	88	3.585.707
DOM PEDRO ALCANTARA			2	95.459			2	95.459
DOM PEDRO DE ALCANTARA	12	274.965	8	171.234	9	294.846	29	741.045
DONA FRANCISCA	27	1.497.744	16	1.020.834	7	324.053	50	2.842.631
DOUTOR MAURICIO CARDOSO	41	2.302.773	64	2.867.156	33	1.527.613	138	6.697.542
DOUTOR RICARDO	1	44.777	12	634.202	11	580.591	24	1.259.570
ELDORADO DO SUL	-	-	3	91.552	-	-	3	91.552
ENCANTADO	4	147.839	45	2.332.443	14	634.433	63	3.114.715
ENCRUZILHADA DO SUL	15	955.337	12	572.435	8	424.829	35	1.952.602
ENGENHO VELHO	18	981.040	17	936.826	3	163.856	38	2.081.722
ENTRE RIOS DO SUL	1	64.555	6	167.866	11	538.910	18	771.332
ENTRE-IJUIS	9	547.736	20	995.293	25	1.467.842	54	3.010.871
EREBANGO	22	1.267.527	11	610.759	6	311.600	39	2.189.886
ERECHIM	71	3.659.145	74	3.900.350	22	1.164.258	167	8.723.753
ERNESTINA	4	191.110	14	799.827	20	998.341	38	1.989.278
ERVAL GRANDE	3	217.789	34	1.320.264	13	549.199	50	2.087.252
ERVAL SECO	7	326.743	24	1.168.554	13	885.833	44	2.381.130
ESMERALDA	11	556.482	11	565.481	6	213.093	28	1.335.056
ESPERANCA DO SUL	-	-	12	606.223	11	622.057	23	1.228.280
ESPUMOSO	15	963.198	54	3.448.346	46	3.707.098	115	8.118.642
ESTACAO	25	1.589.076	29	1.592.124	9	509.524	63	3.690.724
ESTANCIA VELHA	2	117.328	1	28.179	1	56.997	4	202.504
ESTEIO	-	-	1	47.150	-	-	1	47.150

ESTRELA	51	3.072.413	110	6.343.214	40	2.362.546	201	11.778.173
ESTRELA VELHA	17	1.115.598	39	2.000.913	17	769.879	73	3.886.390
EUGENIO DE CASTRO	20	1.210.233	27	1.250.418	23	1.275.214	70	3.735.865
FAGUNDES VARELA	56	3.284.421	58	3.151.434	40	1.620.722	154	8.056.577
FARROUPILHA	89	4.560.682	189	9.316.770	89	4.775.268	367	18.652.720
FAXINAL DO SOTURNO	74	4.609.566	39	2.101.801	16	868.595	129	7.579.962
FAXINALZINHO	6	380.764	16	668.868	8	260.822	30	1.310.454
FAZENDA VILANOVA	4	218.804	9	573.718	6	240.196	19	1.032.718
FELIZ	22	1.148.515	28	1.561.568	8	576.915	58	3.286.998
FLORES DA CUNHA	104	5.129.715	126	5.820.037	68	3.401.852	298	14.351.604
FLORIANO PEIXOTO	26	1.616.802	33	1.344.911	12	448.634	71	3.410.347
FONTOURA XAVIER	3	99.029	23	1.076.095	14	457.673	40	1.632.797
FORMIGUEIRO	43	2.968.464	31	1.540.962	9	548.554	83	5.057.980
FORQUETINHA	11	747.609	29	1.796.637	8	467.770	48	3.012.016
FORTALEZA DOS VALOS	12	654.819	46	2.552.466	20	1.266.881	78	4.474.166
FREDERICO WESTPHALEN	18	1.145.256	69	4.006.986	40	2.063.662	127	7.215.904
GARIBALDI	86	3.733.247	107	4.474.121	46	1.886.132	239	10.093.500
GARRUCHOS	2	133.984	7	445.951	4	220.160	13	800.095
GAURAMA	13	610.681	41	1.670.745	28	894.749	82	3.176.175
GENERAL CAMARA	2	114.555	4	300.851	9	248.346	15	663.752
GENTIL	9	513.766	21	1.236.959	17	737.496	47	2.488.221
GETULIO VARGAS	50	3.070.050	68	3.129.398	42	2.184.622	160	8.384.070
GIRUA	11	620.326	40	1.938.216	29	1.460.314	80	4.018.856
GLORINHA	3	156.626	4	238.650	1	57.400	8	452.676
GRAMADO	13	683.219	11	633.198	6	225.872	30	1.542.289
GRAMADO DOS LOUREIROS	1	69.429	5	230.953	2	143.345	8	443.727
GRAMADO XAVIER	-	-	3	201.479	7	498.549	10	700.028
GRAVATAI	1	71.305	8	475.793	1	99.179	10	646.277
GUABIJU	20	1.021.518	21	776.811	8	234.380	49	2.032.709
GUAIBA	2	133.984	6	339.004	1	69.429	9	542.417
GUAPORE	89	4.053.289	53	2.193.359	31	1.250.204	173	7.496.852
GUARANI DAS MISSOES	31	1.672.352	44	2.510.166	28	1.951.709	103	6.134.227
HARMONIA	16	707.880	41	1.894.266	17	968.946	74	3.571.092
HERVAL	11	858.617	37	1.932.245	15	802.552	63	3.593.414
HORIZONTALINA	21	1.235.196	44	1.916.694	15	1.212.520	80	4.364.410
HULHA NEGRA	5	262.569	15	1.037.905	3	221.480	23	1.521.954
HUMAITA	45	2.226.823	39	2.263.687	20	1.056.393	104	5.546.903
IBARAMA	-	-	1	77.899	-	-	1	77.899
IBIACA	13	453.437	37	2.147.358	21	1.048.847	71	3.649.642

IBIRAIARAS	52	2.741.650	53	2.634.234	33	1.199.310	138	6.575.194
IBIRAPUITA	2	133.984	33	2.053.265	14	649.671	49	2.836.920
IBIRUBA	41	2.736.736	125	7.455.640	74	3.660.270	240	13.852.646
IGREJINHA	-	-	7	241.024	7	202.911	14	443.935
IJUI	27	1.748.879	85	4.987.746	52	2.763.825	164	9.500.450
ILOPOLIS	5	266.203	10	592.009	11	540.744	26	1.398.956
IMIGRANTE	3	189.342	42	2.115.399	24	1.317.116	69	3.621.857
INDEPENDENCIA	20	1.023.978	28	1.417.725	22	1.294.413	70	3.736.116
INHACORA	1	50.000	-	-	4	159.290	5	209.290
IPE	99	5.833.562	54	2.604.908	46	2.249.298	199	10.687.768
IPIRANGA DO SUL	24	1.357.077	43	2.320.113	26	905.866	93	4.583.056
IRAI	13	808.834	27	1.303.746	14	706.385	54	2.818.965
ITAARA	-	-	2	144.337	1	69.428	3	213.765
ITACURUBI	-	-	6	290.557	2	159.915	8	450.472
ITAPUCA	2	129.110	18	1.253.161	11	752.636	31	2.134.907
ITAQUI	3	151.592	14	620.874	6	262.487	23	1.034.953
ITATI	-	-	4	122.238	2	76.336	6	198.574
ITATIBA DO SUL	15	817.148	26	1.423.581	9	394.027	50	2.634.756
IVORA	12	785.961	15	870.843	6	321.718	33	1.978.522
IVOTI	4	111.091	9	497.789	4	227.667	17	836.547
JABOTICABA	15	670.271	15	919.000	13	856.984	43	2.446.255
JACUIZINHO	-	-	5	366.492	3	193.769	8	560.261
JACUTINGA	26	1.577.358	6	171.035	4	238.103	36	1.986.496
JAGUARAO	10	443.061	16	696.394	12	355.092	38	1.494.547
JAGUARI	26	1.440.361	33	1.698.632	21	1.129.872	80	4.268.865
JAQUIRANA	4	219.956	4	237.185	5	300.336	13	757.477
JARI	6	394.827	15	894.401	10	468.923	31	1.758.151
JOIA	10	667.295	36	2.113.951	22	1.089.082	68	3.870.328
JULIO DE CASTILHOS	34	2.065.260	46	2.837.493	46	2.426.144	126	7.328.897
LAGOA BONITA DO SUL	-	-	2	143.129	2	260.000	4	403.129
LAGOA DOS TRES CANTOS	20	1.142.090	19	850.389	10	646.745	49	2.639.224
LAGOA VERMELHA	48	2.031.118	48	2.236.844	33	1.137.585	129	5.405.547
LAGOAO	-	-	5	282.500	8	411.014	13	693.514
LAJEADO	6	389.079	12	672.885	5	463.069	23	1.525.033
LAVRAS DO SUL	1	79.229	9	655.283	5	195.568	15	930.080
LIBERATO SALZANO	34	1.810.384	38	1.967.641	36	1.927.616	108	5.705.641
LINDOLFO COLLOR	5	277.321	5	233.691	1	92.500	11	603.512
LINHA NOVA	6	371.791	16	1.004.549	4	267.972	26	1.644.312
MACAMBARA	-	-	27	1.332.703	5	239.640	32	1.572.343

MACHADINHO	11	394.331	130	4.853.357	72	2.035.279	213	7.282.967
MAMPITUBA	7	197.843	26	619.891	15	466.218	48	1.283.953
MANOEL VIANA	5	326.347	6	357.772	3	85.235	14	769.354
MAQUINE	19	1.018.166	29	1.533.082	1	69.429	49	2.620.677
MARATA	17	964.613	30	1.909.338	27	2.488.088	74	5.362.039
MARAU	26	1.496.494	125	6.852.450	77	3.839.262	228	12.188.206
MARCELINO RAMOS	28	1.158.001	34	1.548.251	18	835.424	80	3.541.676
MARIANA PIMENTEL	6	374.372	12	765.389	3	224.071	21	1.363.832
MARIANO MORO	14	697.750	30	1.148.457	7	487.400	51	2.333.607
MARQUES DE SOUZA	12	831.487	36	2.276.211	24	1.188.694	72	4.296.392
MATA	10	602.367	9	400.522	1	52.049	20	1.054.938
MATO CASTELHANO	2	132.429	7	401.615	15	955.212	24	1.489.256
MATO LEITAO	12	959.850	20	1.391.284	11	622.598	43	2.973.732
MATO QUEIMADO	11	703.985	26	1.000.228	12	383.047	49	2.087.260
MAXIMILIANO DE ALMEIDA	15	791.310	43	1.611.631	22	1.193.656	80	3.596.597
MINAS DO LEAO	-	-	1	69.429	4	147.500	5	216.929
MIRAGUAI	1	69.428	17	779.781	11	469.835	29	1.319.044
MONTAURI	24	1.352.508	25	1.009.695	13	595.199	62	2.957.402
MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	28	1.590.797	30	1.444.404	28	1.105.426	86	4.140.626
MONTE BELO DO SUL	57	1.871.759	55	1.957.532	31	1.010.983	143	4.840.274
MONTENEGRO	42	2.369.179	52	2.886.393	18	607.966	112	5.863.538
MORMACO	-	-	20	1.238.005	8	547.386	28	1.785.391
MORRINHOS DO SUL	13	365.532	24	533.984	3	58.173	40	957.690
MORRO REDONDO	13	637.921	16	512.928	7	284.988	36	1.435.837
MORRO REUTER	5	247.723	9	453.875	4	210.675	18	912.273
MOSTARDAS	1	33.800	2	138.858	-	-	3	172.658
MUCUM	8	390.722	15	658.327	10	580.279	33	1.629.328
MUITOS CAPOES	18	1.048.717	7	351.264	11	574.698	36	1.974.679
MULITERNO	26	1.378.860	23	896.914	15	542.313	64	2.818.087
NAO-ME-TOQUE	21	1.075.861	28	1.386.923	19	1.039.663	68	3.502.447
NICOLAU VERGUEIRO	3	114.115	5	307.958	7	557.332	15	979.405
NONOAI	9	605.119	15	668.949	3	208.334	27	1.482.402
NOVA ALVORADA	7	411.920	29	1.536.336	22	1.170.228	58	3.118.484
NOVA ARACA	22	1.384.221	25	1.238.720	23	1.058.868	70	3.681.809
NOVA BASSANO	42	2.169.887	55	2.429.068	34	2.054.523	131	6.653.478
NOVA BOA VISTA	17	1.039.748	41	2.262.396	10	323.243	68	3.625.387
NOVA BRESCIA	10	494.459	61	3.506.041	26	1.043.902	97	5.044.402
NOVA CANDELARIA	22	1.464.376	31	1.735.292	27	1.349.085	80	4.548.753
NOVA ESPERANCA DO SUL	16	879.476	15	572.700	9	313.239	40	1.765.415

NOVA HARTZ	-	-	1	57.547	1	22.595	2	80.142
NOVA PADUA	47	2.129.282	64	4.083.403	42	3.019.836	153	9.232.521
NOVA PALMA	96	6.102.958	44	2.364.187	28	1.106.906	168	9.574.051
NOVA PETROPOLIS	36	2.006.189	37	1.981.732	12	731.979	85	4.719.900
NOVA PRATA	13	706.961	44	1.619.061	25	867.182	82	3.193.204
NOVA RAMADA	6	388.970	13	802.868	20	1.117.630	39	2.309.468
NOVA ROMA DO SUL	84	4.108.167	83	3.634.628	44	2.373.965	211	10.116.760
NOVA SANTA RITA	7	458.423	17	1.188.585	9	575.372	33	2.222.380
NOVO BARREIRO	10	506.234	17	842.214	8	506.494	35	1.854.942
NOVO CABRAIS	12	688.231	20	1.254.774	16	1.080.257	48	3.023.262
NOVO HAMBURGO	22	904.717	28	1.114.487	10	644.783	60	2.663.987
NOVO MACHADO	19	1.074.028	21	1.307.804	22	1.320.913	62	3.702.745
NOVO TIRADENTES	1	64.555	8	419.009	9	602.312	18	1.085.876
NOVO XINGU	17	1.037.235	17	669.521	2	138.857	36	1.845.613
OSORIO	8	395.200	6	391.462	1	50.000	15	836.662
PAIM FILHO	25	1.106.503	47	2.050.379	24	1.116.518	96	4.273.400
PALMARES DO SUL	1	64.555	2	101.429	1	69.429	4	235.413
PALMEIRA DAS MISSOES	11	706.482	25	1.374.805	20	1.194.354	56	3.275.641
PALMITINHO	12	676.828	41	3.140.049	8	454.844	61	4.271.721
PANAMBI	13	871.473	19	1.258.431	11	484.951	43	2.614.855
PANTANO GRANDE	2	167.277	9	379.228	16	847.593	27	1.394.097
PARAI	32	1.746.735	66	3.170.660	35	1.179.269	133	6.096.664
PARAISO DO SUL	34	2.440.463	25	1.684.785	15	922.069	74	5.047.317
PARECI NOVO	18	875.609	23	1.287.138	12	615.532	53	2.778.279
PAROBE	2	35.200	3	142.256	1	13.889	6	191.344
PASSA SETE	4	225.641	9	534.103	2	134.852	15	894.595
PASSO DO SOBRADO	6	415.101	13	773.007	7	384.665	26	1.572.773
PASSO FUNDO	20	999.466	21	1.471.391	24	2.066.213	65	4.537.070
PAULO BENTO	11	605.582	13	664.413	9	366.063	33	1.636.058
PAVERAMA	-	-	21	983.891	3	242.172	24	1.226.063
PEDRAS ALTAS	-	-	2	85.429	1	70.500	3	155.929
PEDRO OSORIO	6	340.524	9	475.257	1	51.855	16	867.636
PEJUCARA	8	531.298	4	349.600	6	418.938	18	1.299.836
PELOTAS	52	2.579.207	68	3.585.703	35	2.075.595	155	8.240.505
PICADA CAFE	18	893.036	10	397.353	5	325.264	33	1.615.653
PINHAL	-	-	24	1.152.473	17	1.145.325	41	2.297.798
PINHAL DA SERRA	5	355.360	11	396.169	9	263.846	25	1.015.376
PINHAL GRANDE	26	1.375.607	10	502.662	13	924.373	49	2.802.642
PINHEIRINHO DO VALE	15	758.324	32	1.636.639	19	808.569	66	3.203.532

PINHEIRO MACHADO	2	105.429	10	616.274	-	-	12	721.703
PIRAPO	5	286.212	16	852.058	9	361.086	30	1.499.356
PIRATINI	8	478.620	24	1.188.240	12	528.453	44	2.195.313
PLANALTO	7	224.316	13	396.240	14	488.528	34	1.109.084
POCO DAS ANTAS	4	157.506	19	1.098.710	12	735.734	35	1.991.950
PONTAO	10	265.548	13	1.110.452	16	1.079.724	39	2.455.724
PONTE PRETA	13	758.943	9	490.811	14	1.148.668	36	2.398.422
PORTAO	6	312.362	3	163.799	2	144.197	11	620.358
PORTO ALEGRE	2	57.780	1	92.500	1	69.428	4	219.708
PORTO LUCENA	14	494.925	16	736.463	14	588.640	44	1.820.028
PORTO MAUA	4	214.037	8	533.653	8	205.899	20	953.589
PORTO VERA CRUZ	1	87.877	5	317.612	2	127.061	8	532.550
PORTO XAVIER	15	350.723	19	715.795	5	122.177	39	1.188.695
POUSO NOVO	3	199.906	33	1.865.511	20	756.085	56	2.821.502
PRESIDENTE LUCENA	8	484.735	7	425.083	2	95.553	17	1.005.371
PROGRESSO	5	173.480	33	2.046.708	20	1.037.965	58	3.258.153
PROTASIO ALVES	16	803.191	20	982.367	10	396.064	46	2.181.622
PUTINGA	15	672.662	32	1.546.213	26	1.180.560	73	3.399.435
QUARAI	11	665.707	44	1.252.374	6	125.720	61	2.043.802
QUATRO IRMAOS	4	192.555	12	616.241	2	109.428	18	918.224
QUEVEDOS	3	201.150	9	717.006	7	402.605	19	1.320.761
QUINZE DE NOVEMBRO	24	1.058.562	57	2.794.584	40	1.844.103	121	5.697.249
REDENTORA	13	544.526	38	1.712.085	27	1.088.163	78	3.344.774
RELVADO	24	1.198.051	63	2.362.622	22	540.391	109	4.101.064
RESTINGA SECA	93	5.603.912	60	1.206.147	38	2.260.113	191	9.070.172
RIO DOS INDIOS	1	64.555	7	473.428	6	364.308	14	902.291
RIO GRANDE	6	337.879	32	1.864.229	4	253.893	42	2.456.001
RIO PARDO	19	1.135.158	33	1.875.306	36	2.312.748	88	5.323.212
RIOZINHO	1	75.605	1	80.976	-	-	2	156.581
ROCA SALES	17	662.791	52	2.912.415	38	2.170.053	107	5.745.259
RODEIO BONITO	6	323.210	12	779.582	27	1.280.618	45	2.383.410
ROLADOR	4	180.371	16	889.861	8	476.736	28	1.546.968
ROLANTE	1	49.990	3	129.332	10	507.088	14	686.410
RONDA ALTA	36	1.499.338	73	2.981.923	24	1.200.277	133	5.681.538
RONDINHA	41	1.554.736	70	3.063.462	65	3.037.769	176	7.655.967
ROQUE GONZALES	43	2.523.705	23	1.190.499	21	868.348	87	4.582.552
ROSARIO DO SUL	12	764.865	49	2.685.343	44	2.243.292	105	5.693.500
SAGRADA FAMILIA	6	372.292	11	587.079	2	35.200	19	994.571
SALDANHA MARINHO	13	850.772	26	1.693.153	13	762.971	52	3.306.896

SALTO DO JACUI	6	198.575	16	968.103	8	361.742	30	1.528.420
SALVADOR DAS MISSOES	21	1.276.791	28	1.248.460	23	1.175.069	72	3.700.320
SALVADOR DO SUL	9	565.707	18	1.032.528	15	1.176.690	42	2.774.925
SANANDUVA	70	4.265.445	89	5.028.446	53	2.512.359	212	11.806.250
SANTA BARBARA DO SUL	6	387.820	26	1.881.064	16	1.096.209	48	3.365.093
SANTA CECILIA DO SUL	2	129.110	18	1.035.255	16	998.556	36	2.162.921
SANTA CLARA DO SUL	14	731.591	27	1.278.646	10	442.127	51	2.452.364
SANTA CRUZ DO SUL	23	1.490.402	49	2.653.642	24	1.420.950	96	5.564.994
SANTA MARGARIDA DO SUL	10	585.248	8	450.445	2	157.843	20	1.193.536
SANTA MARIA	78	4.894.165	93	5.862.862	36	1.871.275	207	12.628.302
SANTA MARIA DO HERVAL	22	1.327.407	34	1.858.279	8	554.138	64	3.739.824
SANTA ROSA	43	2.608.101	70	3.649.216	42	2.201.414	155	8.458.731
SANTA TEREZA	15	526.596	23	819.933	10	354.114	48	1.700.643
SANTA VITORIA DO PALMAR	5	145.419	26	657.064	9	320.458	40	1.122.941
SANTANA DA BOA VISTA	-	-	2	148.958	3	184.180	5	333.137
SANTANA DO LIVRAMENTO	68	2.081.629	100	3.607.725	33	1.148.253	201	6.837.606
SANTIAGO	4	192.702	21	1.352.318	12	651.471	37	2.196.491
SANTO ANGELO	56	3.636.162	82	4.027.847	37	2.025.096	175	9.689.105
SANTO ANTONIO DA PATRULHA	14	942.729	16	1.054.433	9	463.904	39	2.461.066
SANTO ANTONIO DAS MISSOES	3	249.246	13	632.008	8	376.023	24	1.257.277
SANTO ANTONIO DO PALMA	22	1.369.358	62	3.649.892	21	882.845	105	5.902.095
SANTO ANTONIO DO PLANALTO	4	308.286	14	834.759	8	423.752	26	1.566.797
SANTO AUGUSTO	12	384.211	27	1.199.152	9	401.178	48	1.984.541
SANTO CRISTO	111	5.638.556	65	3.092.667	34	2.219.574	210	10.950.797
SANTO EXPEDITO DO SUL	12	700.265	34	1.861.331	17	503.995	63	3.065.591
SAO BORJA	28	951.819	61	2.918.201	7	366.445	96	4.236.465
SAO DOMINGOS DO SUL	11	736.532	17	947.221	12	513.098	40	2.196.851
SAO FRANCISCO DE ASSIS	14	879.038	26	1.722.489	14	738.432	54	3.339.958
SAO FRANCISCO DE PAU	2	159.635	5	310.799	2	147.380	9	617.815
SAO FRANCISCO DE PAULA	18	1.172.353	23	1.610.154	14	771.468	55	3.553.974
SAO GABRIEL	35	2.460.169	32	2.015.348	4	261.827	71	4.737.344
SAO JERONIMO	2	133.984	15	744.401	18	1.254.945	35	2.133.330
SAO JOAO DA URTIGA	19	1.135.305	32	1.631.985	26	1.514.136	77	4.281.426
SAO JOAO DO POLESINE	28	1.929.292	17	867.967	9	465.803	54	3.263.062
SAO JORGE	21	1.181.238	59	2.386.091	22	740.727	102	4.308.056
SAO JOSE DAS MISSOES	35	1.558.752	26	983.942	14	439.009	75	2.981.703
SAO JOSE DO HERVAL	-	-	15	1.144.924	9	365.006	24	1.509.930
SAO JOSE DO HORTENCIO	15	997.506	26	1.743.573	12	781.639	53	3.522.718
SAO JOSE DO INHACORA	9	609.798	14	631.978	19	975.284	42	2.217.060

SAO JOSE DO NORTE	-	-	9	631.910	-	-	9	631.910
SAO JOSE DO OURO	13	598.610	24	1.318.391	13	585.635	50	2.502.636
SAO JOSE DO SUL	20	1.053.176	21	1.191.686	9	727.182	50	2.972.044
SAO JOSE DOS AUSENTES	36	1.901.568	64	3.651.180	28	1.728.043	128	7.280.791
SAO LEOPOLDO	2	39.228	4	81.971	3	68.111	9	189.310
SAO LOURENCO DO SUL	80	5.061.642	134	7.694.626	75	4.513.288	289	17.269.556
SAO LUIZ GONZAGA	5	339.124	19	1.268.769	12	669.673	36	2.277.566
SAO MARCOS	15	633.101	43	2.073.753	24	1.147.465	82	3.854.319
SAO MARTINHO	25	1.151.436	54	2.398.599	25	773.971	104	4.324.006
SAO MARTINHO DA SERRA	3	219.055	7	481.040	4	113.000	14	813.095
SAO MIGUEL DAS MISSOES	5	300.094	24	1.277.339	12	722.056	41	2.299.489
SAO NICOLAU	3	148.171	14	836.919	5	500.216	22	1.485.306
SAO PAULO DAS MISSOES	12	834.799	32	2.060.906	16	755.867	60	3.651.572
SAO PEDRO DA SERRA	6	185.305	8	437.903	6	370.392	20	993.600
SAO PEDRO DAS MISSOES	9	301.380	10	524.358	6	556.347	25	1.382.085
SAO PEDRO DO BUTIA	16	873.998	17	720.870	10	508.607	43	2.103.475
SAO PEDRO DO SUL	27	1.585.230	27	1.291.992	18	1.125.420	72	4.002.642
SAO SEBASTIAO DO CAI	26	1.368.739	13	580.512	16	752.241	55	2.701.492
SAO SEPE	27	1.692.194	43	2.631.026	11	556.131	81	4.879.351
SAO VALENTIM	10	525.946	25	894.606	12	645.862	47	2.066.415
SAO VALENTIM DO SUL	20	955.058	28	1.198.942	24	904.282	72	3.058.282
SAO VALERIO DO SUL	2	88.389	9	435.767	7	388.380	18	912.536
SAO VENDELINO	4	170.935	9	556.128	7	610.665	20	1.337.728
SAO VICENTE DO SUL	12	798.503	21	1.395.159	6	374.759	39	2.568.422
SAPIRANGA	3	123.743	9	578.299	6	348.606	18	1.050.648
SAPUCAIA DO SUL	-	-	1	10.000	-	-	1	10.000
SARANDI	79	4.094.784	110	5.523.819	42	2.586.871	231	12.205.474
SEBERI	28	1.538.335	33	2.261.106	19	1.414.959	80	5.214.400
SEDE NOVA	29	1.560.101	28	1.338.723	18	952.771	75	3.851.595
SEGREDO	15	955.777	18	1.226.037	11	857.937	44	3.039.751
SELBACH	38	2.465.074	23	1.213.333	26	1.774.293	87	5.452.700
SENADOR SALGADO FILHO	9	470.514	20	967.555	9	338.234	38	1.776.303
SENTINELA DO SUL	7	449.927	23	1.438.687	10	600.784	40	2.489.398
SERAFINA CORREA	46	2.787.857	57	2.590.722	23	924.523	126	6.303.102
SERIO	-	-	19	1.043.204	9	696.274	28	1.739.478
SERTAO	18	1.133.671	28	1.598.492	34	2.312.925	80	5.045.088
SERTAO SANTANA	4	275.915	15	949.695	9	582.738	28	1.808.348
SETE DE SETEMBRO	12	715.046	19	1.155.907	9	449.199	40	2.320.152
SEVERIANO DE ALMEIDA	18	845.635	32	1.355.541	22	1.148.607	72	3.349.783

SILVEIRA MARTINS	24	1.485.032	21	911.359	8	329.391	53	2.725.782
SINIMBU	-	-	1	65.837	2	136.378	3	202.215
SOBRADINHO	6	391.069	7	440.006	4	273.266	17	1.104.341
SOLEDADE	4	258.221	44	2.598.269	33	1.984.316	81	4.840.806
TABAI	-	-	4	276.919	-	-	4	276.919
TAPEJARA	13	758.055	40	2.321.201	37	2.294.418	90	5.373.674
TAPERA	12	511.767	23	1.158.990	11	1.012.409	46	2.683.166
TAPES	1	64.555	13	820.300	6	256.508	20	1.141.363
TAQUARA	9	251.427	33	1.121.882	20	528.392	62	1.901.701
TAQUARI	3	193.665	13	1.064.850	14	914.163	30	2.172.678
TAQUARUCU DO SUL	7	425.348	18	1.028.892	16	898.440	41	2.352.680
TAVARES	-	-	12	256.654	10	293.340	22	549.994
TENENTE PORTELA	64	3.956.138	78	3.395.369	14	825.117	156	8.176.624
TERRA DE AREIA	2	66.777	10	268.965	9	291.431	21	627.174
TEUTONIA	58	3.785.138	97	5.887.545	63	2.767.569	218	12.440.252
TIO HUGO	6	341.839	19	954.124	5	174.305	30	1.470.268
TIRADENTES DO SUL	19	1.102.077	25	1.441.606	15	806.998	59	3.350.681
TOROI	4	283.574	12	880.035	5	294.013	21	1.457.622
TORRES	8	485.256	15	817.447	7	402.282	30	1.704.985
TRAVESSEIRO	13	761.524	32	1.935.348	19	909.869	64	3.606.741
TRES ARROIOS	20	1.225.396	21	1.294.219	8	509.997	49	3.029.612
TRES CACHOEIRAS	11	167.802	16	254.886	16	268.272	43	690.961
TRES COROAS	6	121.531	7	423.509	3	74.239	16	619.279
TRES DE MAIO	50	2.710.725	78	4.092.861	42	2.140.805	170	8.944.391
TRES FORQUILHAS	6	136.869	5	118.292	5	164.048	16	419.209
TRES PALMEIRAS	21	1.218.670	8	377.757	18	837.241	47	2.433.668
TRES PASSOS	34	1.730.828	98	4.614.027	37	1.716.789	169	8.061.644
TRINDADE DO SUL	7	385.233	11	675.108	7	309.592	25	1.369.933
TRIUNFO	12	690.512	24	1.361.944	16	963.276	52	3.015.732
TUCUNDUVA	22	996.666	24	1.382.277	30	1.372.208	76	3.751.151
TUNAS	4	262.365	16	1.073.111	11	534.588	31	1.870.064
TUPANCI DO SUL	2	82.555	6	375.312	5	205.100	13	662.967
TUPANCIRETA	4	226.867	37	1.873.033	20	932.243	61	3.032.143
TUPANDI	9	511.139	22	1.362.566	14	653.414	45	2.527.119
TUPARENDI	39	2.330.098	52	2.672.445	36	1.742.438	127	6.744.981
TURUCU	10	631.214	11	683.654	5	263.926	26	1.578.794
UBIRETAMA	6	333.889	18	1.148.281	12	485.067	36	1.967.237
UNIAO DA SERRA	35	1.858.911	53	2.132.740	17	702.739	105	4.694.390
UNISTALDA	4	367.798	1	89.629	1	51.597	6	509.024

URUGUAIANA	2	139.880	24	690.221	3	75.243	29	905.344
VACARIA	27	1.279.957	41	1.300.097	15	757.200	83	3.337.254
VALE DO SOL	6	347.185	7	374.828	3	227.318	16	949.331
VALE REAL	25	927.099	10	386.898	3	81.157	38	1.395.154
VALE VERDE	1	46.684	2	159.858	2	102.100	5	308.642
VANINI	13	719.417	15	868.061	11	455.587	39	2.043.065
VENANCIO AIRES	40	2.564.561	57	3.400.220	29	1.720.278	126	7.685.059
VERA CRUZ	14	922.368	25	1.532.268	10	607.081	49	3.061.717
VERANOPOLIS	34	1.777.423	66	3.054.709	22	1.120.898	122	5.953.030
VESPASIANO CORREA	13	759.841	48	2.318.816	36	1.638.434	97	4.717.091
VIADUTOS	22	905.141	58	2.576.727	34	1.191.149	114	4.673.017
VIAMAO	29	1.546.462	32	1.511.104	6	166.977	67	3.224.544
VICENTE DUTRA	7	471.381	23	1.451.457	12	641.849	42	2.564.687
VICTOR GRAEFF	20	1.038.891	31	1.692.897	27	1.601.627	78	4.333.415
VILA FLORES	6	211.728	32	1.645.646	24	1.001.569	62	2.858.943
VILA LANGARO	19	1.146.798	41	2.188.090	37	2.005.594	97	5.340.482
VILA MARIA	21	1.304.079	60	3.545.211	24	1.520.437	105	6.369.727
VILA NOVA DO SUL	4	280.846	6	311.076	3	94.252	13	686.174
VISTA ALEGRE	8	370.330	27	1.472.828	23	1.248.237	58	3.091.395
VISTA ALEGRE DO PRATA	30	1.509.929	52	2.452.864	10	463.590	92	4.426.383
VISTA GAUCHA	30	1.522.264	46	1.974.835	11	485.128	87	3.982.227
VITORIA DAS MISSOES	8	508.654	32	1.768.823	25	1.175.563	65	3.453.040
WESTFALIA	15	787.971	51	3.149.420	38	2.310.606	104	6.247.997
RS Total	8.469	460.416.679	14.144	724.000.204	8.023	410.925.618	30.636	1.595.342.500

Fonte: SAF/MDA (julho de 2008 a março de 2011).

Anexo B – Questionário aplicado aos agricultores familiares

ASPECTOS ORGANIZACIONAIS DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR

1- Nome do Entrevistado: _____

2 – Localidade: _____

3- Identificação do Núcleo Familiar (Moradores)

Nome	Ocupação	Tempo	Idade

Ocupação: 1) Agricultor 2) Assalariado Rural Permanente 3) Assalariado Temporário 4) Assalariado Urbano 5) Do Lar 6) Comerciante 7) Estudante 8) Aposentado 9) Pluriatividade 10) Prestação de Serviço 11) Outros.

Tempo Dedicado para a Agricultura: 1) Integral 2) Metade do Tempo 3) Eventual 4) Nenhum.

4- Quais são as atividades produtivas desenvolvidas na propriedade (que o produtor julga em nível de importância)?

- 1ª : _____
 2ª : _____
 3ª : _____
 4ª : _____
 5ª : _____

5 – Atividade produtiva predominante: () Comercial () Autoconsumo.

6 – Tamanho da Propriedade: _____ Hectares.

7 -Mão-de-obra utilizada na propriedade:() Apenas familiar () Familiar e assalariada

8 – Relação com o Mercado: () Integração com Agroindústria
 () Produtor individual
 () Feiras
 () Cooperativado.

9 -Infraestrutura Pré-existente:() Chiqueiro _____
 () Aviário _____
 () Galpão _____
 () Trator _____
 () Implementos _____
 () Resfriador de leite _____
 () Colheitadeira/ceifa _____
 () Sala de ordenha _____
 () Casa de Madeira _____
 () Casa de Alvenaria _____

RACIONALIDADE DO AGRICULTOR FAMILIAR

10 – O que foi adquirido com o financiamento pelo Programa PRONAF Mais Alimentos? _____

11 – Qual o valor total do bem adquirido? _____

12 – Qual o valor financiado? _____

13 – Em que ano o senhor(a) realizou o investimento? _____

14 – Em quantos anos o senhor(a) irá pagar o empréstimo? _____

15 – O senhor(a) utilizou ou está utilizando o período de carência para começar a pagar o empréstimo? () Sim: Quanto tempo de carência? _____

() Não

Por quê? _____

16 – Com que recursos o senhor(a) tem conseguido pagar em dia as prestações do financiamento? _____

17 – Qual o motivo/razão que levou o senhor(a) a acessar o PRONAF Mais Alimentos?

() Maximizar Lucro

() Minimizar Riscos (Maximizar oportunidades de sobrevivência)

() Aversão à Penosidade (Atender às necessidades básicas da família).

RACIONALIDADE DO INVESTIMENTO

A – Viabilidade do Investimento

18 – Levou em consideração o retorno em relação ao investimento? De que forma? Que tipo de retorno era esperado? _____

19 – A taxa de juros também foi considerada? Ela influenciou na decisão de investir? _____

20 – O período de carência também foi levado em consideração? _____

21 – Em média, qual a renda mensal da propriedade?

() De 1 a 3 salários mínimos _____

() De 3 a 8 salários mínimos _____

() De 8 a 12 salários mínimos _____

() Mais de 12 salários mínimos _____

22 – Na busca de realizar um investimento viável, qual foi o fator mais considerado na decisão de investir?

- ☐ Retorno (relação custo/benefício)
- ☐ Juros baixos
- ☐ Período de carência
- ☐ Prazo de pagamento
- ☐ Outro _____

B – Significado do Objeto de Investimento

23 – Qual o principal objetivo que o senhor(a) pretendia atingir através da compra que esse programa (Mais Alimentos) proporcionou?_____

24 – E esse objeto de investimento atingiu o seu objetivo inicial?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Por quê? _____

25 – Quanto ao significado do objeto de investimento, qual foi o motivo/razão que mais pesou na decisão de investir?

- ☐ Diversificação da produção
- ☐ Aumento da produtividade
- ☐ Aumento da produção
- ☐ Diminuição da penosidade do trabalho
- ☐ Realização Pessoal
- ☐ Status
- ☐ Outro.

C – Influência Externa

26 – Quem os informou sobre a linha de crédito PRONAF Mais Alimentos?_____

27 – De que forma foi elaborado o projeto?_____

28 – Aqueles que fizeram o projeto influenciaram sua escolha de onde e como aplicar os recursos?_____

29 – De que forma o senhor(a) procurou interferir na elaboração do projeto?_____

30 – Quanto à influência externa, quem mais influenciou na decisão de investir?

- ☐ Sindicato dos trabalhadores rurais
- ☐ Técnicos da Emater
- ☐ Cooperativa
- ☐ Vendedores
- ☐ Outros agentes (parentes, vizinhos).

EFEITOS DO INVESTIMENTO

31 – O senhor(a) já está tendo custos de manutenção da sua aquisição feita com os recursos do PRONAF Mais Alimentos?_____

32 – A aquisição realmente proporcionou aumento da produtividade?_____

33 – O aumento da capacidade produtiva proporcionou melhor/maior inserção no mercado? De que maneira?_____

34 – Houve diversificação da produção após o investimento?_____

35 – Aumentou ou diminuiu o bem-estar familiar?_____

36 – O senhor considera que a compra do trator (se for o caso), foi a melhor alternativa para aumentar a produtividade?_____

37 – Qual o principal efeito/consequência do investimento para a família?

- ☐ Aumento do bem-estar
 - ☐ melhoria na renda
 - ☐ diminuição da penosidade do trabalho
- ☐ Diminuição do bem-estar
 - ☐ endividamento
 - ☐ Comprometimento da renda familiar
 - ☐ Menos tempo livre para o lazer
 - ☐ Outro.

38 – Qual o principal efeito nos sistemas de produção?

- ☐ Aumento da produtividade da terra
- ☐ Aumento da produtividade do trabalho
- ☐ Aumento da produção
- ☐ Maior flexibilidade operacional
- ☐ Diversificação dos sistemas produtivos
- ☐ Melhor inserção nos mercados.

39 – O senhor está satisfeito com a sua aquisição?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Por quê?_____

40 – Se o senhor(a) tivesse outra oportunidade para investir os recursos do PRONAF Mais Alimentos, em que você investiria?_____

41 – De que forma o senhor(a) acha que os recursos do PRONAF Mais Alimentos o ajudam a manter a família e a propriedade?_____

42 – Em sua opinião, o que poderia ser melhorado no PRONAF Mais Alimentos?_____

Anexo C – Questões aplicadas aos agentes das instituições financeiras

- Em sua opinião, o agricultor familiar está preparado para utilizar esse crescente volume de crédito oferecido pelo PRONAF Mais alimentos?
- Qual é a situação dos agricultores do município de Teutônia e municípios vizinhos com relação à adimplência (ou inadimplência)? Existe alguma estatística disponível?
- Quais os equipamentos mais financiados por esta linha de crédito e por quê?
- Na sua opinião, como funcionário, quais foram os principais efeitos (positivos e negativos) do PRONAF Mais Alimentos, atuando com agricultores familiares. É rentável para o Banco a operação de crédito com a agricultura familiar?
- O grande volume de recursos disponibilizados pelo PRONAF Mais Alimentos e a aparente facilidade de pagamento, pode acarretar o endividamento dos agricultores familiares?
- O senhor(a) teria outros dados que considera relevantes sobre o PRONAF Mais Alimentos que podem enriquecer a minha pesquisa?

Anexo D – Questões aplicadas à EMATER de Teutônia

- PRONAF Mais Alimentos têm alcançado êxitos em seus objetivos?
- Em que aspectos o PRONAF Mais Alimentos não correspondeu com as expectativas e/ou não cumpre os objetivos para o qual foi criado?
- As demandas dos agricultores familiares, bem como as demandas das demais partes integrantes (ATER, Sindicatos, Cooperativas, Governo) tem sido levadas em consideração na elaboração das políticas públicas?
- Que reflexo esse grande volume de recursos disponíveis ao agricultor familiar através do PRONAF Mais Alimentos exerce sobre o meio rural do município de Teutônia, no que se refere à eficiência dos sistemas de produção, melhorias na infraestrutura, aquisição de máquinas e equipamentos?
- É possível afirmar que a qualidade de vida da população rural melhorou com a atuação do PRONAF Mais Alimentos? É possível afirmar que a produtividade agrícola aumentou?
- O Programa foi lançado em um período em que o mundo enfrentava uma das piores crises econômicas do pós-guerra, com alta generalizada dos preços agrícolas, e o Brasil sofrendo intensamente com desastres climáticos. Porque, na sua opinião, este cenário foi o escolhido para o lançamento do Programa?
- Em sua opinião, quem são os maiores beneficiários desta linha de crédito?
- Você acha que os agricultores têm feito boas escolhas em relação aos investimentos com o PRONAF Mais Alimentos? Em investir, no que investir e no dimensionamento dos investimentos?
- Você acha que o Programa pode gerar um endividamento prejudicial aos próprios agricultores?
- Quais os equipamentos mais financiados por esta linha de crédito no município e por quê?
- Qual tem sido a função da EMATER na aplicação dos recursos do PRONAF Mais Alimentos?
- Quais as principais dificuldades que se apresentam para que a instituição possa desenvolver atividades para melhorar as condições de vida dos agricultores.
- Qual a sua avaliação sobre o Programa desde o seu surgimento?

Anexo E – Questões aplicadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teutônia

- O PRONAF Mais Alimentos tem alcançado êxitos em seus objetivos?
- Em que aspectos o PRONAF Mais Alimentos não correspondeu com as expectativas e/ou não cumpre com os objetivos para o qual foi criado?
- As demandas dos agricultores familiares, bem como as demandas das demais partes integrantes (ATER, Sindicatos, Cooperativas, Governo) tem sido levadas em consideração na elaboração das políticas públicas?
- Que reflexo esse grande volume de recursos disponíveis ao agricultor familiar através do PRONAF Mais Alimentos exerce sobre o meio rural do município no que se refere à eficiência dos sistemas de produção, melhorias na infraestrutura, aquisição de máquinas e equipamentos?
- É possível afirmar que a qualidade de vida da população rural melhorou com a atuação do PRONAF Mais Alimentos? Ou seja, o volume de recursos investidos na produção, comercialização, beneficiamento bem como capacitação, assistência técnica, otimização das infraestruturas exerce uma influência de melhora na qualidade de vida da população rural?
- É possível afirmar que a produtividade agrícola aumentou?
- O Programa foi lançado em um período em que o mundo enfrentava uma das piores crises econômicas do pós-guerra, com alta generalizada dos preços agrícolas, e o Brasil sofrendo intensamente com desastres climáticos. Por que este cenário foi o escolhido para o lançamento do Programa?
- Em sua opinião, quem são os maiores beneficiários desta linha de crédito?
- Você acha que os agricultores têm feito boas escolhas em relação aos investimentos com o PRONAF Mais Alimentos? Em investir, no que investir e no dimensionamento dos investimentos?
- Você acha que o Programa pode gerar um endividamento prejudicial aos próprios agricultores?
- Quais os equipamentos mais financiados por esta linha de crédito no município e por quê?
- O senhor(a) acha que o PRONAF Mais Alimentos proporciona maiores resultados para os agricultores que estão em melhores condições, ou seja, que já são mais capitalizados?

- Qual tem sido a função do STR na aplicação dos recursos do PRONAF Mais Alimentos?
- Quais são as grandes demandas que existem na agricultura familiar deste município que ainda necessitam ser atendidas pelas políticas públicas?
- Qual a sua avaliação sobre o Programa desde o seu surgimento?